

AS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES
SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL

2016

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda

Waldery Rodrigues Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente

Susana Cordeiro Guerra

Diretor-Executivo

Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Claudio Dutra Crespo

Diretoria de Geociências

João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática

José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Cadastro e Classificações

Francisco de Souza Marta

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Cadastro e Classificações

Estudos e Pesquisas
Informação Econômica
número 32

As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2016



Rio de Janeiro
2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1679-480X **Estudos e pesquisas Informação econômica**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas de autoria institucional.

A série **Estudos e pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4486-1

© IBGE. 2019

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil : 2016 / IBGE, Coordenação de Cadastro e Classificações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2019.

105p. – (Estudos e pesquisas. Informação econômica, ISSN 1679-480X ; n. 32).

Inclui bibliografia e glossário.
ISBN 978-85-240-4486-1

1. Assistência social. 2. Associações sem fins lucrativos. 3. Estatística. 4. Pesquisa. 5. Brasil. 6. Fundações e instituições beneficentes. I. IBGE. Coordenação de Cadastro e Classificações. II. Série.

CDU 311.21:061.235(81)
ECO

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Notas técnicas	9
Conceituação	10
Classificação das entidades sem fins lucrativos e identificação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	11
Entidades sem fins lucrativos	18
Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	21
Disseminação dos resultados	23
Regras de arredondamento	23
Regras de desidentificação	23
Análise dos resultados	25
O Perfil das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos em 2016	25
Quantas são?	25
Onde estão?	27
Qual a idade?	29
O que fazem?	30
Quantos trabalhadores empregam?	38

Qual o porte?	49
Qual a remuneração?	55
O crescimento recente das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	65
Conclusões	77
Referências	81
Anexos	
1 Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias - COPNI	85
2 Estrutura completa e notas explicativas da COPNI Ampliada	86
3 Tabela de Natureza Jurídica 2016	94
Glossário	97

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga, nesta publicação, estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - FASFIL, relativo ao ano de 2016, a partir das informações contidas no Cadastro Central de Empresas - CEMPRES do IBGE.

Este estudo foi divulgado, pela primeira vez, para o ano de 2002, sendo posteriormente realizado nos anos de 2005 e de 2010 com o objetivo de mapear o universo associativo e fundacional, no que tange à sua finalidade de atuação e sua distribuição espacial. Nas edições passadas, o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, como órgãos de estatística e pesquisa do governo federal, atuaram em conjunto, com a parceria, também, da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE.

Para a realização da presente edição, o IBGE contou com a colaboração de técnicos da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia - DIEST, do IPEA, nas discussões sobre a revisão metodológica efetuada e a crítica dos dados.

A metodologia do estudo passou por uma revisão a fim de incorporar novos critérios para a identificação das entidades sem fins lucrativos, visando refinar a determinação da sua finalidade em conformidade com a Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias (Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households - COPNI), da Organização das Nações Unidas - ONU.

Na análise dos resultados das FASFIL, buscou-se observar o perfil dessas entidades em relação à finalidade, idade, localização, emprego e remuneração em 2016 e, ainda, as mudanças ocorridas neste segmento entre 2010 e 2016.

Com os resultados ora divulgados, espera-se prover a sociedade com informações sobre as associações civis e as fundações privadas no Brasil e oferecer subsídios à realização de outras análises e avaliações necessárias a um maior conhecimento deste importante segmento da sociedade civil organizada.

As informações divulgadas podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza ainda o plano tabular completo do estudo das FASFIL com detalhamento geográfico por Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios, contemplando os anos de 2010 (metodologia revisada), 2013 e 2016.

O IBGE, em especial a equipe da Coordenação de Cadastro e Classificações, coloca-se à disposição para esclarecimentos e quaisquer outras formas de atendimento aos interessados.

Claudio Dutra Crespo

Diretor de Pesquisas

Introdução

Desde a primeira edição, o estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - FASFIL constitui referência de dados e análises para o conhecimento de uma parcela da sociedade civil organizada no Brasil, não apenas porque traz um agrupamento das organizações por áreas de atuação e informa sobre seus empregados, como também porque revela como essas organizações estão distribuídas no território brasileiro e qual sua perenidade.

Esse conjunto de informações contribui para se entender a dinâmica dessas organizações na história recente, que teve, na Constituição Federal do Brasil, de 1988, um marco importante no que se refere ao reconhecimento da organização e da participação social como direitos e valores a serem garantidos e fomentados. Como integrantes de movimentos sociais e outras iniciativas dos cidadãos, associações e fundações sem fins lucrativos são atores sociais e políticos que dão vida à experiência democrática no Brasil. Juntos, influenciam agendas públicas, exercem o controle social, atuam na execução de políticas públicas e criam novos projetos de interesse público.

A partir da Constituição Federal de 1988, há um incremento nos espaços de articulação com o Estado por meio da institucionalidade de organizações da sociedade civil. Nesse cenário, o atual estudo se insere, ao trazer informações atualizadas sobre o universo associativo e fundacional brasileiro, de modo a subsidiar análises e avaliações para essas organizações. Conhecer quantas são, onde estão, o que fazem, quanto empregam, entre outros aspectos, se faz importante.

O conhecimento sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos permite aperfeiçoar a formulação de políticas públicas e de propostas de regulação, tendo em vista o fomento à organização e à participação social. As entidades, por sua vez, terão à sua disposição informações úteis sobre o universo a que pertencem, as quais podem ainda servir como fonte relevante de estudos mais aprofundados em diversas áreas das Ciências Sociais. No que se refere à sociedade como um todo, espera-se estimular e qualificar o debate público sobre as características do segmento associativo e fundacional sem fins lucrativos no Brasil, sobre sua relevância e legitimidade, bem como sobre suas relações com os poderes públicos, as empresas, a mídia e a população em geral.

Ressalta-se que a metodologia do presente estudo passou por ajustes¹ no algoritmo de classificação das entidades sem fins de lucro, o que torna os resultados apresentados não diretamente comparáveis com os das versões anteriores.

A presente publicação é composta por uma primeira seção, que traz uma descrição metodológica sobre como o estudo foi realizado e o impacto dos refinamentos introduzidos. Em seguida, é apresentado um retrato das FASFIL, no ano de 2016, e sua evolução no período de 2010, 2013 e 2016. Na seção dedicada às conclusões, os principais resultados do estudo são retomados de forma sintética. Os anexos contêm a estrutura detalhada da COPNI, suas notas explicativas e a estrutura da Tabela de Natureza Jurídica 2016.

Assim como nas edições anteriores, o estudo foi realizado em conformidade com as recomendações internacionais, notadamente no que tange aos aspectos metodológicos².

¹ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o tópico “Classificação das entidades sem fins lucrativos e identificação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos”, na seção **Notas técnicas**.

² Ressalte-se que, à época do primeiro estudo, referente a 2002, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o IBGE, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE apresentaram a metodologia proposta, bem como os resultados preliminares, no âmbito de um *workshop*, a um conjunto de especialistas que contribuíram com seus comentários e sugestões para o aperfeiçoamento.

Notas técnicas

Este estudo foi realizado a partir de informações existentes no Cadastro Central de Empresas - CEMPRE³ do IBGE. O CEMPRE cobre o universo das organizações formais, ou seja, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal, que, no ano de referência, declararam exercer atividade econômica no Território Nacional nas pesquisas por empresas anuais do IBGE ou nos registros administrativos do Ministério do Trabalho. O CEMPRE abrange organizações de toda natureza jurídica⁴: órgãos da administração pública, entidades empresariais, entidades sem fins lucrativos, pessoas físicas e organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais.

A atualização do CEMPRE é realizada anualmente com informações oriundas das pesquisas por empresas anuais nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços realizadas pelo IBGE e, ainda, da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, ambos registros administrativos do Ministério do Trabalho. Cabe ressaltar que as informações derivadas das pesquisas do IBGE, por serem obtidas por meio de visitas diretas aos informantes, prevalecem sobre as demais.

³ Para informações mais detalhadas sobre o CEMPRE, consultar a página das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticas-economicas/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=o-que-e>>.

⁴ A estrutura detalhada dos códigos de natureza jurídica consta no Anexo 3. Para informações complementares, consultar a Tabela de Natureza Jurídica 2016, organizada no âmbito da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, por meio da Resolução CONCLA n. 1, de 28.04.2016, publicada no Diário Oficial da União em 02.05.2016, no endereço: <https://concla.ibge.gov.br/images/concla/resolucoes_e_atas/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CONCLA%2001_2016.pdf>.

As organizações estão estruturadas no CEMPRE com o código completo do CNPJ (14 dígitos), o que permite a identificação das suas unidades locais (endereços de atuação). As fontes de atualização fornecem dados cadastrais e econômicos, como razão social; código da natureza jurídica; classificação da atividade econômica, a partir da estrutura de códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0; endereço completo; nome fantasia; ano de fundação; pessoal ocupado total; pessoal ocupado assalariado; e salários e outras remunerações.

As unidades selecionadas neste estudo referem-se aos locais de atuação das organizações, equivalendo ao conceito de unidades locais adotado pelo CEMPRE.

Para a realização deste estudo, a existência do código de natureza jurídica no CEMPRE foi determinante por permitir a definição do âmbito das entidades sem fins lucrativos. As variáveis razão social, nome fantasia e o código CNAE também foram importantes, em um segundo momento, por contribuírem, ao lado dos códigos detalhados de natureza jurídica, para a classificação e alocação por finalidade das entidades sem fins lucrativos.

Conceituação

Com o objetivo de construção de estatísticas comparáveis internacionalmente, optou-se por seguir adotando como referência, para definição das FASFIL, a metodologia do *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts*, elaborado pela Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas - ONU, em conjunto com a Universidade John Hopkins, em 2002. Nesse sentido, foram consideradas FASFIL as organizações existentes no CEMPRE como entidades sem fins lucrativos (código de natureza jurídica iniciado por 3) e que se enquadrem, simultaneamente, nos cinco seguintes critérios:

- Privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades-fins;
- Institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- Autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

No caso brasileiro, esses critérios correspondem às seguintes figuras jurídicas, conforme o Art. 44 do Código Civil (Lei n. 10.406, de 10.01.2002): associações, fundações e organizações religiosas. As associações, de acordo com o Art. 53 da referida Lei, constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. As fundações, segundo o Capítulo III dessa Lei, são criadas por um instituidor, mediante escritura pública ou testamento, a partir de uma dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. As organizações religiosas, por sua vez, foram consideradas como uma terceira categoria por meio da Lei n. 10.825, de 22.12.2003, que estabeleceu como pessoa jurídica de direito privado essas organizações, que anteriormente se enquadravam na figura de associações.

As organizações sociais (OS), nos termos da Lei n. 9.637, de 15.05.1998, foram reconhecidas como natureza jurídica a partir da publicação da Tabela de Natureza Jurídica 2014. Tais organizações se constituem a partir de uma “outorga concedida pelo Estado” (LOPEZ, 2018, p. 46) a pessoas jurídicas de direito privado para desempenharem atividades de interesse público, ou seja, o poder público autoriza as OS a praticar atos em seu nome. Apesar da não uniformidade nos conceitos legais (CICONELLO, 2019), opta-se pela manutenção das OS no âmbito das FASFIL uma vez que não há obrigação legal da participação do poder público no Conselho de Administração nem do estabelecimento de contrato de gestão com o poder público (LOPEZ, 2018, p. 46).

As cooperativas sociais e as sociedades cooperativas, por sua vez, incluídas no conceito de organizações da sociedade civil (OSC), conforme a Lei n. 13.019, de 31.07.2014, são excluídas do âmbito das entidades sem fins lucrativos. Essas organizações, sociais ou não, são classificadas como cooperativas em geral, que constituem uma natureza jurídica empresarial (código 2⁵), ainda que sejam “integradas por trabalhadores em situação social vulnerável e tenham como finalidade o fomento e a capacitação de trabalhadores rurais ou ações de cunho social” (LOPEZ, 2018, p. 16). Ademais, “não há um registro oficial que reúna as cooperativas sociais e as demais que atuem em prol do interesse público” (LOPEZ, 2018, p. 16).

Classificação das entidades sem fins lucrativos e identificação das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

A classificação adotada para este estudo, tal qual nos anteriores, foi a Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households - COPNI⁶ (Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias), da família de classificações definida e reconhecida como tal pela Divisão de Estatísticas da ONU, adequada às necessidades do estudo, ou seja, uma COPNI Ampliada⁷. O principal argumento a favor dessa escolha é possibilitar a comparabilidade internacional: com efeito, a COPNI pertence à família de classificações da ONU e permite ajustes que a compatibilizam com as especificidades de cada país e de estudos relacionados, desde que se mantenham e registrem as correspondências com os grupos da estrutura internacional.

A aplicação efetiva da COPNI Ampliada exigiria o conhecimento da finalidade de atuação das entidades que compõem o universo das FASFIL, no entanto, as informações disponíveis restringem-se ao contido no CEMPRES e dizem respeito apenas ao código CNAE, que identifica a principal atividade econômica da entidade, e à natureza jurídica, que identifica a constituição jurídico-institucional das entidades públicas e privadas nos cadastros da administração pública do País. Assim, foi feito o reordenamento das entidades sem fins lucrativos, registradas no CEMPRES, nas categorias da COPNI Ampliada, pelos procedimentos descritos a seguir:

⁵ Ver nota de rodapé 4.

⁶ Para informações mais detalhadas sobre a COPNI, consultar a página da ONU no endereço: <https://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_84E.pdf>. O Anexo 1 apresenta a estrutura da COPNI traduzida para o português.

⁷ A classificação adotada é mais ampla do que a COPNI original, por incluir não somente as instituições privadas sem fins lucrativos a serviço das famílias (para uso do Sistema de Contas Nacionais - SCN), mas também o conjunto das entidades sem fins lucrativos, conforme definição da Tabela de Natureza Jurídica 2016. A estrutura completa e as notas explicativas da COPNI Ampliada encontram-se no Anexo 2.

- Geração de um subcadastro do CEMPRE composto pelas entidades privadas sem fins lucrativos, ou seja, aquelas com código de natureza jurídica iniciado por 3, não considerando, portanto, empresas, órgãos públicos e outras formas de organização.
- Seleção de unidades ativas, baseando-se nos critérios de condição de atividade utilizados para compor o CEMPRE. Esses critérios compreendem um conjunto de indicadores que avaliam, de forma simultânea, as situações cadastrais das fontes de atualização no ano de referência, o número de pessoas assalariadas, e o indicador de atividade da RAIS⁸, a saber:
 - Organizações provenientes da RAIS que tinham 5 ou mais pessoas ocupadas assalariadas em 31.12 do ano de referência, independentemente da situação cadastral da organização ou de qualquer outra informação; e
 - Organizações com 0 a 4 pessoas ocupadas assalariadas, que se declararam como "em atividade" na RAIS no ano de referência.
- Enquadramento do total das 526 481 entidades privadas sem fins lucrativos nos grupos e subgrupos propostos na COPNI Ampliada. A realização dessa atividade exigiu trabalho de crítica e apuração, qual seja: a) crítica do código CNAE 2.0, uma vez que existem alguns códigos COPNI que possuem correspondência direta com a atividade econômica e/ou natureza jurídica; b) alocação das entidades a partir do código CNAE 2.0, da natureza jurídica e/ou consultas telefônicas em caso de dúvidas; c) alocação do saldo das que não puderam ser classificadas pelo procedimento b) pelas palavras-chave da razão social e nome fantasia; e d) leitura dos subgrupos de modo a corrigir erros de classificação por meio da melhor adequação dos filtros ou palavras-chave aplicados nas etapas anteriores.
- Estabelecimento da classificação das FASFIL, retirando-se do universo das entidades sem fins lucrativos aquelas que não atendiam, simultaneamente, aos cinco critérios que as definem e caracterizam, quais sejam: organizações privadas, distribuidoras de lucro, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias.

Cabe ressaltar que a classificação das entidades sem fins lucrativos (natureza jurídica 3) com o código COPNI no Cadastro Central de Empresas - CEMPRE tornou-se parte do processo de crítica e foi incorporada às rotinas de trabalho.

As consultas telefônicas realizadas pelo Sistema de Manutenção Cadastral - SIMCAD do IBGE, citadas no item b), consistiram em contato com os informantes das instituições, por meio de ligação via Sistema CATI (Computer Assisted Telephone Interview) para verificação do código CNAE da entidade e sua finalidade de atuação, conforme a COPNI. No banco de dados do SIMCAD, foram investigadas 18 836 entidades, das quais foram classificadas 9 278. A Tabela 1, a seguir, apresenta a distribuição das entidades investigadas no SIMCAD, segundo sua classificação final na COPNI Ampliada.

⁸ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar a seção **Notas técnicas** da publicação *Estatísticas do cadastro central de empresas 2016* no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticas-economicas/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=publicacoes>>.

Tabela 1 - Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos classificadas pelo Sistema de Manutenção Cadastral - SIMCAD, segundo a COPNI Ampliada - Brasil - 2016

COPNI Ampliada	Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos classificadas pelo SIMCAD	
	Total	Percentual (%)
Total	9 278	100,0
Grupo 01 - Habitação	108	0,0
01.0 Habitação	108	0,0
Grupo 02 - Saúde	323	0,9
02.1 Hospitais	64	0,5
02.2 Outros serviços de saúde	259	0,4
Grupo 03 - Cultura e recreação	1 795	6,1
03.1 Cultura e arte	352	2,4
03.2 Esporte e recreação	1 443	3,7
Grupo 04 - Educação e pesquisa	1 833	15,5
04.1 Educação infantil	350	0,9
04.2 Ensino fundamental	124	0,6
04.3 Ensino médio	58	0,3
04.4 Educação superior	63	0,4
04.5 Caixas escolares e similares	688	12,5
04.6 Estudos e pesquisas	90	0,2
04.7 Educação profissional	82	0,1
04.8 Outras formas de educação/ensino	378	0,4
Grupo 05 - Assistência social	893	4,6
05.0 Assistência social	893	4,6
Grupo 06 - Religião	232	15,8
06.0 Religião	232	15,8
Grupo 07 - Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	1 365	11,7
07.1 Partidos políticos	2	2,5
07.2 Sindicatos, federações e confederações	56	3,7
07.3 Associações empresariais e patronais	223	1,4
07.4 Associações profissionais	463	2,1
07.5 Associações de produtores rurais	621	2,0
Grupo 08 - Meio ambiente e proteção animal	255	0,3
08.0 Meio ambiente e proteção animal	255	0,3
Grupo 09 - Desenvolvimento e defesa de direitos	1 142	5,7
09.1 Associações de moradores	247	1,7
09.2 Centros e associações comunitárias	415	2,1
09.3 Desenvolvimento rural	87	0,8
09.4 Emprego e treinamento	28	0,2
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	187	0,7
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	178	0,3
Grupo 10 - Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 332	39,4
10.1 Condomínios	605	34,4
10.2 Cartórios	7	1,1
10.3 Sistema S	3	0,7
10.4 Entidade de mediação e arbitragem	3	0,0
10.5 Comissão de conciliação prévia	-	-
10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais	36	0,1
10.7 Cemitérios e funerárias	21	0,0
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	657	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

A Tabela 2 mostra os resultados após a realização dos três primeiros procedimentos para o exercício de 2016. Nela se observa um total de 526 841 entidades ativas no CEMPRE como entidades sem fins lucrativos enquadradas nos grupos e subgrupos propostos pela COPNI Ampliada.

Tabela 2 - Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, segundo a COPNI Ampliada - Brasil - 2016

COPNI Ampliada	Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos	
	Total	Percentual (%)
Total	526 841	100,0
Grupo 01 - Habitação	163	0,0
01.0 Habitação	163	0,0
Grupo 02 - Saúde	4 721	0,9
02.1 Hospitais	2 464	0,5
02.2 Outros serviços de saúde	2 257	0,4
Grupo 03 - Cultura e recreação	32 268	6,1
03.1 Cultura e arte	12 552	2,4
03.2 Esporte e recreação	19 716	3,7
Grupo 04 - Educação e pesquisa	81 463	15,5
04.1 Educação infantil	4 872	0,9
04.2 Ensino fundamental	3 349	0,6
04.3 Ensino médio	1 627	0,3
04.4 Educação superior	1 999	0,4
04.5 Caixas escolares e similares	65 635	12,5
04.6 Estudos e pesquisas	1 315	0,2
04.7 Educação profissional	464	0,1
04.8 Outras formas de educação/ensino	2 202	0,4
Grupo 05 - Assistência social	24 067	4,6
05.0 Assistência social	24 067	4,6
Grupo 06 - Religião	83 053	15,8
06.0 Religião	83 053	15,8
Grupo 07 - Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	61 730	11,7
07.1 Partidos políticos	13 277	2,5
07.2 Sindicatos, federações e confederações	19 491	3,7
07.3 Associações empresariais e patronais	7 457	1,4
07.4 Associações profissionais	11 132	2,1
07.5 Associações de produtores rurais	10 373	2,0
Grupo 08 - Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,3
08.0 Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,3
Grupo 09 - Desenvolvimento e defesa de direitos	30 266	5,7
09.1 Associações de moradores	9 162	1,7
09.2 Centros e associações comunitárias	10 918	2,1
09.3 Desenvolvimento rural	4 291	0,8
09.4 Emprego e treinamento	871	0,2
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	3 430	0,7
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1 594	0,3
Grupo 10 - Outras instituições privadas sem fins lucrativos	207 421	39,4
10.1 Condomínios	181 335	34,4
10.2 Cartórios	5 781	1,1
10.3 Sistema S	3 431	0,7
10.4 Entidade de mediação e arbitragem	88	0,0
10.5 Comissão de conciliação prévia	12	0,0
10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais	645	0,1
10.7 Cemitérios e funerárias	196	0,0
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	15 933	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Com o quarto procedimento, foi definido o universo das entidades consideradas como FASFIL, excluindo-se as entidades dos seguintes subgrupos de finalidades da COPNI Ampliada: 04.5 Caixas escolares e similares; 07.1 Partidos políticos; 07.2 Sindicatos, federações e confederações; 10.1 Condomínios; 10.2 Cartórios; 10.3 Sistema "S"; 10.4 Entidade de mediação e arbitragem; 10.5 Comissão de conciliação prévia; 10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais; e 10.7 Cemitérios e funerárias. Os critérios de exclusão de cada subgrupo são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Critérios de exclusão dos subgrupos das entidades sem fins lucrativos para compor as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL - 2016

(continua)

Subgrupos	Critérios de exclusão das FASFIL
04.5 Caixas escolares e similares	As caixas escolares são unidades financeiras executoras e adquirem personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, quando registradas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal, como tais. Têm como principal função administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União, estados e municípios, e aqueles arrecadados pelas unidades escolares. Trata-se de unidades executoras do Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Não atendem ao critério de serem privadas.
07.1 Partidos políticos	Os partidos políticos são regidos por um arcabouço jurídico específico e controlados e fiscalizados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Trata-se, pois, de um sistema de partidos ancorados no direito público. Para que a organização partidária possa funcionar, deve haver um reconhecimento do TSE, que irá verificar vários requisitos, entre eles o seu caráter nacional. Portanto, podem ser livremente constituídos por qualquer grupo de pessoas. Tendo em vista essas especificidades, os partidos políticos não atendem ao critério de organização voluntária. A partir de 2016, abarcam as seguintes naturezas jurídicas: 325-5 - Órgão de Direção Nacional de Partido Político; 326-3 - Órgão de Direção Regional de Partido Político; 327-1 - Órgão de Direção Local de Partido Político; 328-0 - Comitê Financeiro de Partido Político; e 329-8 - Frente Plebiscitária ou Referendária
07.2 Sindicatos, federações e confederações	<p>No Brasil, a Constituição Federal assegura a liberdade de associação sindical ou profissional, contudo estabelece o regime da unicidade sindical, ou seja, é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município.</p> <p>A Constituição Federal do Brasil, de 1988, estabelece, também, a contribuição sindical oficial, com desconto em folha de pagamento, para custeio do sistema confederativo da representação sindical.</p> <p>A Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei n. 5.452, de 01.05.1943) elencam várias prerrogativas que só podem ser exercidas por organizações sindicais, tal como a participação nas negociações coletivas de trabalho.</p> <p>Em face dessas características, foram excluídas as entidades sindicais do grupo FASFIL, por não atenderem ao critério de organização voluntária, na medida em que a sua criação é condicionada a uma categoria profissional específica e à não existência de uma outra entidade sindical na mesma base territorial. O Manual da ONU citado como referência reconhece a possibilidade de as entidades sindicais fazerem parte da sociedade civil organizada, mas, ao adaptar os critérios para o universo das FASFIL no Brasil, tais entidades foram excluídas, sendo possível, encontrar esses dados - caso se queira realizar novos estudos e análises que as incluam - no Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA no seguinte endereço: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/fasfil/tabelas>.</p>
10.1 Condomínios	<p>Com o advento do novo Código Civil (Lei n. 10.406 de 10.01.2002), os condomínios edifícios passaram a ser regidos por essa lei. A Lei n. 4.591, de 16.12.1964, ficou restrita à normatização das incorporações imobiliárias e das construções de edificação em condomínio.</p> <p>Segundo os Art. 1.332 e 1.333 do Código Civil, institui-se o condomínio edilício por ato entre vivos ou testamento, registrado no Cartório de Registro de Imóveis. A Convenção que constitui o condomínio edilício deve ser subscrita pelos titulares de, no mínimo, dois terços das frações ideais e torna-se, desde logo, obrigatória para os titulares de direito sobre as unidades, ou para quantos sobre elas tenham posse ou detenção.</p>

Quadro 1 - Critérios de exclusão dos subgrupos das entidades sem fins lucrativos para compor as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL - 2016

(conclusão)

Subgrupos	Critérios de exclusão das FASFIL
10.1 Condomínios	<p>Embora seja uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, o condomínio é criado em razão de uma situação específica, que é a ocorrência fática de uma propriedade comum em edificações. Essa característica exclui os condomínios do critério de organização voluntária, na medida em que não podem ser livremente constituídos por qualquer grupo de pessoas. Eles devem ser criados compulsoriamente.</p> <p>Ademais, as regras da administração do condomínio, as competências do síndico, os principais direitos e deveres dos condôminos e outras regras gerais são definidos em lei, não havendo autonomia organizativa. Embora sejam autoadministrados, essa administração é limitada e condicionada ao disposto em lei.</p>
10.2 Cartórios	<p>Segundo a Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015, de 31.12.1973), os serviços concernentes aos Registros Públicos ficam a cargo de serventuários privativos nomeados de acordo com o estabelecido na Lei de Organização Administrativa e Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios (Lei n. 11.697, de 13.06.2008) e nas Resoluções sobre a Divisão e Organização Judiciária dos Estados.</p> <p>Os cartórios não atendem aos critérios de organizações privadas, autoadministradas e voluntárias, pois podem ser organizações públicas ou organizações privadas estabelecidas mediante uma concessão do Estado. Ademais, exercem uma função pública delimitada em lei referente aos registros públicos no País.</p>
10.3 Sistema S	<p>Os serviços sociais autônomos, embora sejam pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, são criados ou autorizados por lei. São também mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.</p> <p>Em face dessas características, foram excluídos do grupo das FASFIL, por não atenderem ao critério de organizações voluntárias, na medida em que não podem ser livremente constituídos por qualquer grupo de pessoas.</p>
10.4 Entidade de mediação e arbitragem	<p>De acordo com a Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996, as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.</p> <p>O árbitro escolhido pode ser qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes. Pode ser escolhido também um órgão arbitral institucional ou entidade especializada.</p> <p>Essas organizações, embora sejam privadas, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias, não atendem plenamente ao critério de não lucrativas, pois são criadas, em sua maioria, visando uma finalidade lucrativa de prestação de serviço de arbitragem.</p>
10.5 Comissão de conciliação prévia	<p>A Lei n. 9.958, de 12.01.2000, facultou às empresas e aos sindicatos a possibilidade de instituir Comissões de Conciliação Prévia, que devem ter composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.</p> <p>A lei citada, entre outras questões, define o número de membros da Comissão, o mandato de seus membros, bem como os procedimentos e prazos para a resolução dos conflitos trabalhistas.</p> <p>Em face dessas características, foram excluídas das FASFIL as Comissões de Conciliação Prévia, por não atenderem ao critério de organização voluntária, na medida em que só podem ser constituídas por empresas e sindicatos a partir de exigências legais específicas.</p>
10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais	<p>Não atendem ao critério de entidades privadas. Essas organizações são pessoas jurídicas de direito público. normalmente criadas por atos normativos emanados por um agente público.</p>
10.7 Cemitérios e funerárias	<p>Estas organizações podem assumir a forma de uma pessoa jurídica de direito público ou de direito privado com ou sem fins lucrativos. Não atendem aos critérios de organização privada, sem fins lucrativos e voluntária.</p>

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações.

Feita essa depuração, o universo das FASFIL, em 2016, reduz-se para 236 950 entidades, ordenadas nos grupos e subgrupos da classificação das entidades sem fins lucrativos, que representa a COPNI Ampliada sem os subgrupos que foram excluídos pelos critérios anteriormente mencionados. Essas informações são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de unidades locais das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número de unidades locais das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL	
	Total	Percentual (%)
Total	236 950	100,0
Habitação	163	0,1
01.0 Habitação	163	0,1
Saúde	4 721	2,0
02.1 Hospitais	2 464	1,0
02.2 Outros serviços de saúde	2 257	1,0
Cultura e recreação	32 268	13,6
03.1 Cultura e arte	12 552	5,3
03.2 Esporte e recreação	19 716	8,3
Educação e pesquisa	15 828	6,7
04.1 Educação infantil	4 872	2,1
04.2 Ensino fundamental	3 349	1,4
04.3 Ensino médio	1 627	0,7
04.4 Educação superior	1 999	0,8
04.6 Estudos e pesquisas	1 315	0,6
04.7 Educação profissional	464	0,2
04.8 Outras formas de educação/ensino	2 202	0,9
Assistência social	24 067	10,2
05.0 Assistência social	24 067	10,2
Religião	83 053	35,1
06.0 Religião	83 053	35,1
Associações patronais profissionais	28 962	12,2
07.3 Associações empresariais e patronais	7 457	3,1
07.4 Associações profissionais	11 132	4,7
07.5 Associações de produtores rurais	10 373	4,4
Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,7
08.0 Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,7
Desenvolvimento e defesa de direitos	30 266	12,8
09.1 Associações de moradores	9 162	3,9
09.2 Centros e associações comunitárias	10 918	4,6
09.3 Desenvolvimento rural	4 291	1,8
09.4 Emprego e treinamento	871	0,4
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	3 430	1,4
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1 594	0,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	15 933	6,7
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	15 933	6,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Os mesmos passos foram realizados, com adaptações, com os dados contidos no CEMPRES correspondentes aos anos de referência 2010 e 2013, de modo a proceder às comparações. Isso porque alguns refinamentos nas regras que definem os grupos e subgrupos de finalidade da COPNI foram realizados, particularmente a atribuição de código COPNI, quando este é compatível com a CNAE, à natureza jurídica e à semântica da razão social e do nome fantasia.

Ressalta-se que a atualização das rotinas de classificação COPNI incorporou as mudanças na Tabela de Natureza Jurídica 2016 utilizada neste estudo, enquanto no estudo anterior foi utilizada a Tabela de Natureza Jurídica 2009.1. Tais mudanças constam na Resolução CONCLA n. 2, de 23.12.2013, e na Resolução CONCLA n. 1, de 28.04.2016, e constam no Quadro 2⁹.

Quadro 2 - Códigos das Tabelas de Natureza Jurídica 2009.1 e 2016, relativos às entidades sem fins lucrativos

Natureza jurídica 2009.1	Natureza jurídica 2016
303-4 - Serviço Notarial e Registral (Cartório)	303-4 - Serviço Notarial e Registral (Cartório)
306-9 - Fundação Privada	306-9 - Fundação Privada
307-7 - Serviço Social Autônomo	307-7 - Serviço Social Autônomo
308-5 - Condomínio Edifício	308-5 - Condomínio Edifício
310-7 - Comissão de Conciliação Prévia	310-7 - Comissão de Conciliação Prévia
311-5 - Entidade de Mediação e Arbitragem	311-5 - Entidade de Mediação e Arbitragem
312-3 - Partido Político	
313-1 - Entidade Sindical	313-1 - Entidade Sindical
320-4 - Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras	320-4 - Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras
321-2 - Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior	321-2 - Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior
322-0 - Organização Religiosa	322-0 - Organização Religiosa
323-9 - Comunidade Indígena	323-9 - Comunidade Indígena
324-7 - Fundo Privado	324-7 - Fundo Privado
	325-5 - Órgão de Direção Nacional de Partido Político
	326-3 - Órgão de Direção Regional de Partido Político
	327-1 - Órgão de Direção Local de Partido Político
	328-0 - Comitê Financeiro de Partido Político
	329-8 - Frente Plebiscitária ou Referendária
	330-1 - Organização Social (OS)
	331-0 - Demais Condomínios
399-9 - Associação Privada	399-9 - Associação Privada

Fonte: Comissão Nacional de Classificação - CONCLA.

Entidades sem fins lucrativos

As readequações nas regras do codificador que define os grupos da COPNI, mencionadas anteriormente, não impactaram, de modo significativo, a participação dos grupos e subgrupos no total de unidades locais das entidades sem fins lucrativos na comparação dos resultados estimados para o ano de 2010 com a regra antiga e a nova, conforme mostra a Tabela 4. Cabe ressaltar, no entanto, que esse refinamento das rotinas de classificação impossibilita o encadeamento da série das estatísticas publicadas no estudo sobre as FASFIL 2010 e as informações disponibilizadas na presente publicação.

⁹ Para informações mais detalhadas sobre tais Resoluções, consultar o endereço: <<https://concla.ibge.gov.br/concla/resolucoes-atas.html>>.

A melhoria contínua e os refinamentos dos critérios que definem os grupos de finalidade da COPNI buscam sempre incorporar os maiores detalhamentos e alterações das variáveis disponíveis, como a natureza jurídica e a semântica da razão social e do nome fantasia. Esse novo ciclo de melhoria introduz uma maior relevância à CNAE, para as unidades locais que estejam classificadas em atividades econômicas diretamente compatíveis com o código COPNI, bem como à natureza jurídica *vis-à-vis* à semântica da razão social e do nome fantasia.

Ressaltam-se, ainda, os seguintes aspectos que acabaram por acarretar diferenças entre as duas bases, FASFIL 2010 e FASFIL 2016¹⁰:

- A ampliação do campo “razão social”, de 55 para 100 caracteres no CEMPRE, possibilitando a melhora da busca por palavra-chave.
- O campo razão social passou a ser atualizado com base na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, da Secretaria da Receita Federal, ano-base 2014, no CEMPRE.
- A crítica com base nas classificações CNAE e de natureza jurídica mais abrangente, tratando, nos últimos três anos, cerca de 120 mil unidades locais de entidades sem fins lucrativos, destacando-se, principalmente:
 - O mapeamento das entidades pertencentes ao Sistema S; e
 - Os cruzamentos de naturezas jurídicas específicas com a CNAE, como, por exemplo, Cartórios, Condomínios, Igrejas, Partidos políticos, Sindicatos, federações e confederações, entre outras.
- A realização de críticas de consistência nas estatísticas agregadas por grupos e subgrupos da COPNI (Educação e pesquisa, Saúde, Assistência social, Caixas escolares e similares, Cemitérios e funerárias, Associações empresariais e patronais, Associações profissionais, Cultura e recreação, Meio ambiente e proteção animal, Entidade de mediação e arbitragem, Comissão de conciliação prévia, entre outros).

O refinamento das regras não alterou o número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, em 2010, totalizando 556 846, como pode ser observado na Tabela 4. No subgrupo Caixas escolares e similares (04.5), identifica-se o maior crescimento absoluto, 3 916 unidades locais¹¹; em contrapartida, o subgrupo Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente (10.8) teve uma queda de 9 945 unidades locais¹². Em termos relativos, o subgrupo com o maior crescimento foi o Sistema S (10.3), com aumento de 121,5%¹³.

¹⁰ A compatibilização das bases FASFIL 2010 e 2013, para torná-las compatíveis com 2016, pautou-se em dois principais critérios: a fixação dos códigos COPNI de 2016 para as unidades locais comuns aos três anos; e a adoção dos mesmos procedimentos utilizados para classificar as entidades em 2016 para as demais unidades locais.

¹¹ O crescimento do código COPNI 04.5 deveu-se, principalmente, ao trabalho de crítica e apuração realizado pelo IBGE para a identificação de entidades com a finalidade de Caixa escolar.

¹² A reclassificação das Caixas escolares também é o principal motivo de redução do código COPNI 10.8.

¹³ O refinamento do algoritmo de classificação privilegiou o código de natureza jurídica 307-7 (Serviço Social Autônomo) como critério de alocação da unidade local no código COPNI 10.3, tendo como principal contrapartida a redução do código COPNI 04.8.

Tabela 4 - Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos, de acordo com a antiga e a nova regra de atribuição do código COPNI, segundo a COPNI Ampliada - Brasil - 2010

COPNI Ampliada	Número de unidades locais das entidades sem fins lucrativos			
	Regras		Variação	
	Antiga	Nova	Total	Percentual (%)
Total	556 846	556 846	-	-
Grupo 01 - Habitação	292	261	(-) 31	(-) 10,6
01.0 Habitação	292	261	(-) 31	(-) 10,6
Grupo 02 - Saúde	6 029	5 133	(-) 896	(-) 14,9
02.1 Hospitais	2 132	2 493	361	16,9
02.2 Outros serviços de saúde	3 897	2 640	(-) 1 257	(-) 32,3
Grupo 03 - Cultura e recreação	36 921	40 870	3 949	10,7
03.1 Cultura e arte	11 995	14 594	2 599	21,7
03.2 Esporte e recreação	24 926	26 276	1 350	5,4
Grupo 04 - Educação e pesquisa	87 948	93 811	5 863	6,7
04.1 Educação infantil	2 193	4 183	1 990	90,7
04.2 Ensino fundamental	4 475	4 613	138	3,1
04.3 Ensino médio	2 107	1 782	(-) 325	(-) 15,4
04.4 Educação superior	1 395	2 074	679	48,7
04.5 Caixas escolares e similares	70 284	74 200	3 916	5,6
04.6 Estudos e pesquisas	2 059	2 096	37	1,8
04.7 Educação profissional	531	544	13	2,4
04.8 Outras formas de educação/ensino	4 904	4 319	(-) 585	(-) 11,9
Grupo 05 - Assistência social	30 414	30 706	292	1,0
05.0 Assistência social	30 414	30 706	292	1,0
Grupo 06 - Religião	82 853	83 542	689	0,8
06.0 Religião	82 853	83 542	689	0,8
Grupo 07 - Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	76 642	75 293	(-) 1 349	(-) 1,8
07.1 Partidos políticos	12 889	12 957	68	0,5
07.2 Sindicatos, federações e confederações	18 814	19 703	889	4,7
07.3 Associações empresariais e patronais	4 559	7 340	2 781	61,0
07.4 Associações profissionais	17 450	16 310	(-) 1 140	(-) 6,5
07.5 Associações de produtores rurais	22 930	18 983	(-) 3 947	(-) 17,2
Grupo 08 - Meio ambiente e proteção animal	2 242	2 127	(-) 115	(-) 5,1
08.0 Meio ambiente e proteção animal	2 242	2 127	(-) 115	(-) 5,1
Grupo 09 - Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	41 999	(-) 464	(-) 1,1
09.1 Associações de moradores	13 101	13 977	876	6,7
09.2 Centros e associações comunitárias	20 071	17 107	(-) 2 964	(-) 14,8
09.3 Desenvolvimento rural	1 522	3 429	1 907	125,3
09.4 Emprego e treinamento	507	608	101	19,9
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	4 844	(-) 285	(-) 5,6
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	2 034	(-) 99	(-) 4,6
Grupo 10 - Outras instituições privadas sem fins lucrativos	191 042	183 104	(-) 7 938	(-) 4,2
10.1 Condomínios	153 441	153 933	492	0,3
10.2 Cartórios	8 059	8 178	119	1,5
10.3 Sistema S	1 215	2 691	1 476	121,5
10.4 Entidade de mediação e arbitragem	81	139	58	71,6
10.5 Comissão de conciliação prévia	15	24	9	60,0
10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais	1 163	975	(-) 188	(-) 16,2
10.7 Cemitérios e funerárias	193	234	41	21,2
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	16 930	(-) 9 945	(-) 37,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2010.

Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

Nas FASFIL, assim como nas entidades sem fins lucrativos, a atualização do algoritmo de reclassificação ocasionou redistribuição das unidades locais. Na nova regra, 6 880 unidades locais encontram-se fora do âmbito das FASFIL (variação de -2,4%), conforme mostra a Tabela 5. Como o conjunto das FASFIL constitui um filtro do conjunto das entidades sem fins lucrativos, as variações absolutas e relativas dos grupos que estão presentes em ambas as classificações são idênticas. Por isso, na formulação de *rankings*, os resultados são semelhantes. Assim, o grupo com maior redução absoluta no número de unidades locais (9 945) foi do grupo Outras instituições privadas sem fins lucrativos (COPNI 10.8).

Em termos absolutos, os subgrupos Outros serviços de saúde (02.2), Outras formas de educação/ensino (04.8), Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos (09.6) e Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente (10.8) apresentaram redistribuição de unidades locais, indicando a melhoria nos procedimentos. O subgrupo com a maior queda relativa de unidades locais foi o de Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente (10.8), que diminuiu 37,0%, seguido do subgrupo Outros serviços de saúde (02.2), que reduziu 32,3%¹⁴. O subgrupo Desenvolvimento rural (09.3) apresentou crescimento de 125,3% em contrapartida à redução de 17,2% das Associações de produtores rurais (07.5)¹⁵. Ressalta-se a variação de 90,7% da Educação infantil (04.1)¹⁶ e de 61,0% das Associações empresariais e patronais (07.3)¹⁷. O subgrupo Cultura e arte (03.1) apurou crescimento de 21,7% no âmbito em 2010¹⁸.

Apresenta-se, na **Análise dos resultados** do presente estudo, um retrato das FASFIL para o ano de 2016, bem como a magnitude da variação dessas organizações entre os anos de 2010, 2013 e 2016.

¹⁴ A nova rotina associa os códigos CNAE 87.11-5 (Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares), 87.20-4 (Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química) e 87.30-1 (Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares) ao código COPNI 05.0 (Assistência social).

¹⁵ Variações relacionadas à revisão da semântica da razão social e do nome fantasia.

¹⁶ A nova rotina associa os códigos CNAE 85.11-2 (Educação infantil - creche) e 85.12-1 (Educação infantil - pré-escola) ao grupo COPNI 04.1 (Educação infantil).

¹⁷ Variações relacionadas ao trabalho de crítica, apuração e reclassificação das entidades sem fins lucrativos.

¹⁸ Variações relacionadas à revisão da semântica da razão social e do nome fantasia.

Tabela 5 - Número de unidades locais das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, de acordo com a antiga e a nova regra de atribuição do código COPNI, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número de unidades locais das Fundações Privadas e Associações Privadas sem Fins Lucrativos - FASFIL			
	Regras		Variação	
	Antiga	Nova	Total	Percentual (%)
Total	290 692	283 812	(-) 6 880	(-) 2,4
Habitação	292	261	(-) 31	(-) 10,6
01.0 Habitação	292	261	(-) 31	(-) 10,6
Saúde	6 029	5 133	(-) 896	(-) 14,9
02.1 Hospitais	2 132	2 493	361	16,9
02.2 Outros serviços de saúde	3 897	2 640	(-) 1 257	(-) 32,3
Cultura e recreação	36 921	40 870	3 949	10,7
03.1 Cultura e arte	11 995	14 594	2 599	21,7
03.2 Esporte e recreação	24 926	26 276	1 350	5,4
Educação e pesquisa	17 664	19 611	1 947	11,0
04.1 Educação infantil	2 193	4 183	1 990	90,7
04.2 Ensino fundamental	4 475	4 613	138	3,1
04.3 Ensino médio	2 107	1 782	(-) 325	(-) 15,4
04.4 Educação superior	1 395	2 074	679	48,7
04.6 Estudos e pesquisas	2 059	2 096	37	1,8
04.7 Educação profissional	531	544	13	2,4
04.8 Outras formas de educação/ensino	4 904	4 319	(-) 585	(-) 11,9
Assistência social	30 414	30 706	292	1,0
05.0 Assistência social	30 414	30 706	292	1,0
Religião	82 853	83 542	689	0,8
06.0 Religião	82 853	83 542	689	0,8
Associações patronais profissionais	44 939	42 633	(-) 2 306	(-) 5,1
07.3 Associações empresariais e patronais	4 559	7 340	2 781	61,0
07.4 Associações profissionais	17 450	16 310	(-) 1 140	(-) 6,5
07.5 Associações de produtores rurais	22 930	18 983	(-) 3 947	(-) 17,2
Meio ambiente e proteção animal	2 242	2 127	(-) 115	(-) 5,1
08.0 Meio ambiente e proteção animal	2 242	2 127	(-) 115	(-) 5,1
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463	41 999	(-) 464	(-) 1,1
09.1 Associações de moradores	13 101	13 977	876	6,7
09.2 Centros e associações comunitárias	20 071	17 107	(-) 2 964	(-) 14,8
09.3 Desenvolvimento rural	1 522	3 429	1 907	125,3
09.4 Emprego e treinamento	507	608	101	19,9
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129	4 844	(-) 285	(-) 5,6
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133	2 034	(-) 99	(-) 4,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	16 930	(-) 9 945	(-) 37,0
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	26 875	16 930	(-) 9 945	(-) 37,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2010.

Disseminação dos resultados

Os comentários analíticos sobre o estudo são apresentados nesta publicação, que pode ser acessada, também, no portal do IBGE na Internet. Seus resultados estão organizados em 20 tabelas, disponibilizadas apenas no portal.

O plano tabular também está disponibilizado no portal, no Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, no endereço <www.sidra.ibge.gov.br>, possibilitando a elaboração de tabelas nos agregados de interesse.

O confronto dos resultados divulgados com outras informações publicadas pelo IBGE deve levar em consideração o ano de referência das bases de dados em que as pesquisas se apoiam, a cobertura de cada uma das pesquisas envolvidas, a sua unidade de investigação e os conceitos implícitos na descrição de cada variável.

As solicitações de tabulações especiais e dúvidas relacionadas a aspectos metodológicos do estudo devem ser enviadas para o *e-mail* <ibge@ibge.gov.br>, endereçado à Coordenação de Cadastro e Classificações, da Diretoria de Pesquisas.

Regras de arredondamento

O arredondamento foi feito aumentando-se de uma unidade a parte inteira do total da variável, quando a parte decimal era igual ou superior a 0,5. Desse modo, podem ocorrer pequenas diferenças de arredondamento entre os totais apresentados e a soma das parcelas em uma mesma tabela, bem como entre a mesma variável apresentada em tabelas distintas.

Regras de desidentificação

Considera-se que há risco de identificação do informante quando o número de unidades, para o nível de agregação tabulado, for igual ou inferior a dois. Neste caso, os dados não podem ser divulgados.

Devido à legislação que assegura o sigilo das informações estatísticas, foram adotadas regras para evitar a identificação dos informantes a partir dos dados divulgados. A regra básica consiste em desidentificar, no mesmo nível de subtotalização ou totalização, as colunas para as quais se tenham informações relativas a apenas uma ou duas unidades econômicas. Tal procedimento consistiu em aplicar um (x) na célula correspondente ao valor a ser omitido, nas variáveis pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado e salários e outras remunerações, preservando-se os valores referentes ao número de unidades (empresas e outras organizações e unidades locais) que não sofreram desidentificação.

Em alguns casos, pode ocorrer omissão de informação referente a um conjunto maior de unidades, visando a preservar possíveis identificações por meio de diferenças entre os níveis de totalização das tabelas.

Análise dos resultados

O Perfil das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos em 2016

Quantas são?

Em 2016, 5,5 milhões de unidades locais das organizações ativas no Brasil, abrangendo todos os tipos de natureza jurídica, compunham o Cadastro Central de Empresas - CEMPRE do IBGE. Desse total, 90,0% eram entidades empresariais; 9,5%, entidades sem fins lucrativos; e 0,5%, órgãos da administração pública (Tabela 6). As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL representam um subconjunto das entidades sem fins lucrativos, respondendo por 4,3% do total de unidades locais das organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, ativas no País (237,0 mil).

As entidades empresariais representaram o maior conjunto e possuíam as maiores participações nas variáveis econômicas analisadas, sendo responsáveis pela absorção de 71,9% do pessoal ocupado assalariado e 62,1% dos salários e outras remunerações.

Os órgãos da administração pública, apesar de representarem a menor parcela de unidades locais (0,5%), responderam por 20,9% do pessoal ocupado assalariado e 31,2% dos salários e outras remunerações.

As entidades sem fins lucrativos absorveram 7,2% do pessoal ocupado assalariado e pagaram 6,7% dos salários e outras remunerações.

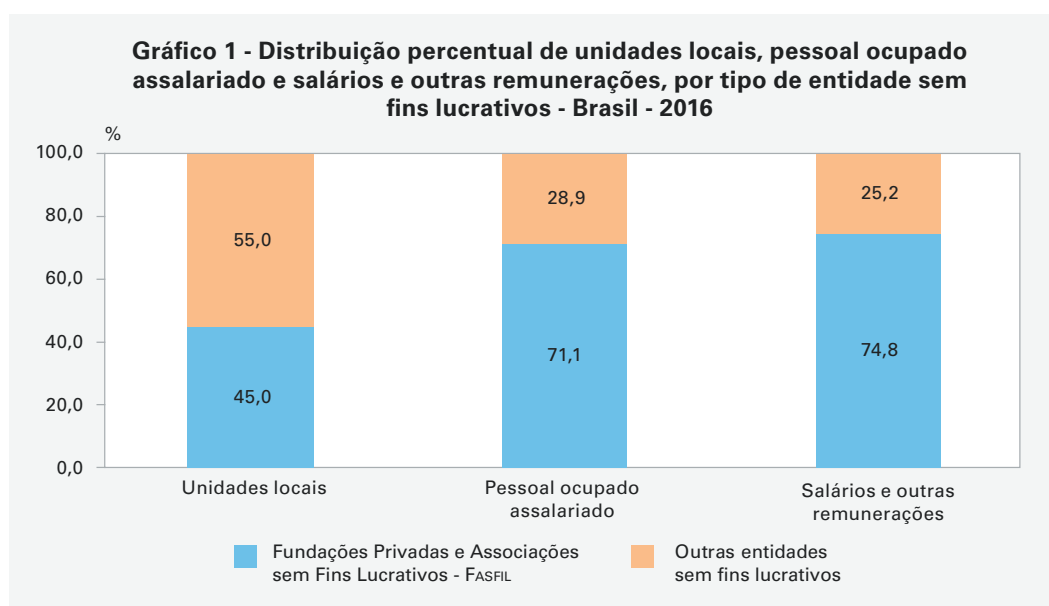
As FASFIL, por sua vez, responderam por 5,1% do pessoal ocupado assalariado e 5,0% dos salários e outras remunerações.

Tabela 6 - Número de unidades locais, pessoal ocupado assalariado e salários e outras remunerações, segundo a natureza jurídica - Brasil - 2016

Natureza jurídica	Número de unidades locais		Pessoal ocupado assalariado		Salários e outras remunerações	
	Total	Distribuição percentual (%)	Total	Distribuição percentual (%)	Total (1 000 R\$)	Distribuição percentual (%)
Total	5 542 008	100,0	44 519 619	100,0	1 612 606 911	100,0
Administração pública	26 451	0,5	9 291 337	20,9	503 253 462	31,2
Entidades empresariais	4 988 210	90,0	32 031 205	71,9	1 001 708 771	62,1
Entidades sem fins lucrativos	526 841	9,5	3 194 448	7,2	107 467 333	6,7
FASFIL	236 950	4,3	2 272 131	5,1	80 358 495	5,0
Outras entidades sem fins lucrativos	289 891	5,2	922 317	2,1	27 108 838	1,7
Outras	506	0,0	2 629	0,0	177 345	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

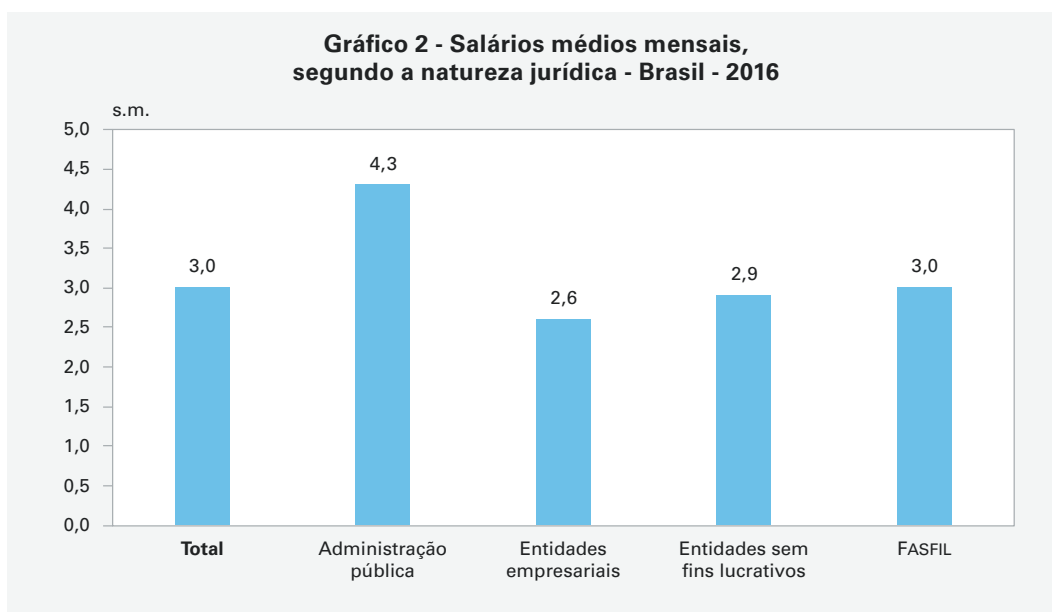
Considerando o âmbito das entidades sem fins lucrativos, as FASFIL representaram 45,0% dessas entidades, absorveram 71,1% do pessoal ocupado assalariado e pagaram 74,8% dos salários e outras remunerações, como mostra o Gráfico 1.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Em termos salariais, as FASFIL pagaram 3,0 s.m.¹⁹ mensais para as pessoas assalariadas em suas entidades, valor igual à média salarial paga quando se consideram todas as organizações ativas no País e próximo ao valor pago pelo conjunto das entidades sem fins lucrativos (2,9 s.m.), conforme mostra o Gráfico 2. O maior valor correspondeu aos órgãos da administração pública (4,3 s.m.), enquanto o menor, às entidades empresariais (2,6 s.m.). Assim, o valor salarial pago pelas FASFIL foi 30,2% inferior àquele observado nos órgãos da administração pública, porém 3,4% acima do registrado pelas entidades sem fins lucrativos e 15,4% maior que o das entidades empresariais.

¹⁹ Nesta **Análise dos resultados**, a unidade “salário(s) mínimo(s)” será expressa de forma abreviada: s.m.

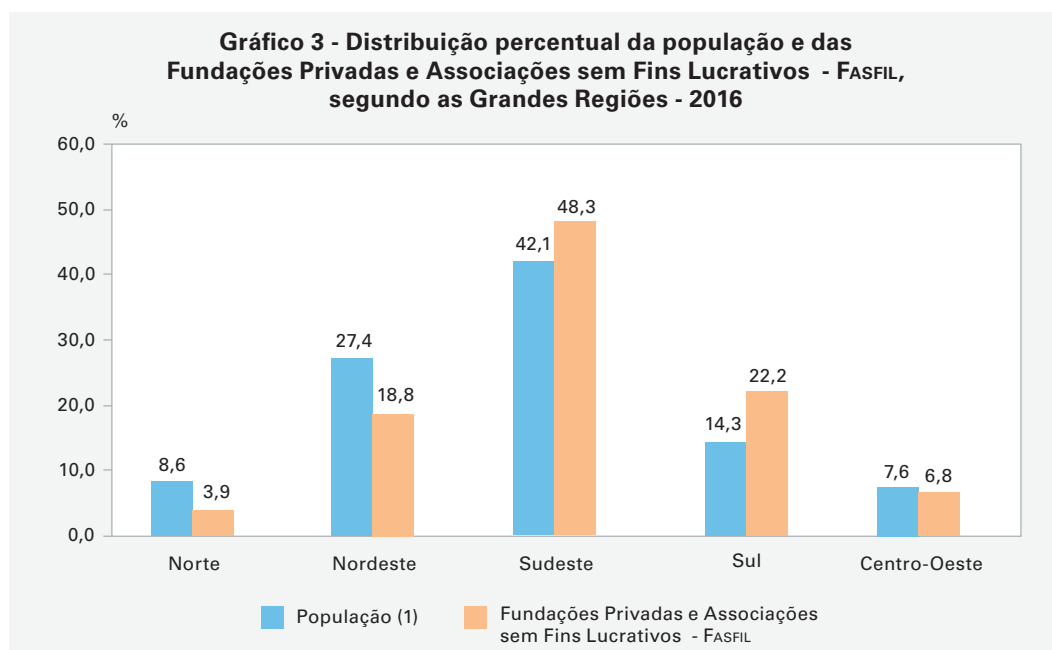


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Nota: O valor médio mensal do salário mínimo, em 2016, foi de R\$ 880,00.

Onde estão?

A distribuição das FASFIL e da população no Território Nacional, em 2016, são apresentadas no Gráfico 3 e na Tabela 7. Nas Regiões Sudeste e Sul, observa-se uma concentração mais elevada de unidades das FASFIL do que de brasileiros, porém, nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste a situação se inverte. A Região Sudeste destacou-se com as maiores participações, tanto em população (42,1%) como em FASFIL (48,3%), figurando, em segundo lugar, a Região Sul, com 22,2% de FASFIL e 14,3% de população.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

(1) Dados provenientes de Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade: 2010-2060.

A Região Nordeste ocupou o terceiro lugar em número de instituições (18,8%), embora figure na segunda colocação em número de habitantes (27,4%). A Região Centro-Oeste assumiu a quarta posição, com 6,8% das FASFIL, ainda que seja a região menos populosa do País (7,6%). A Região Norte, por outro lado, apresentou a menor parcela das FASFIL (3,9%), embora fosse a quarta mais populosa, com 8,6% dos brasileiros.

Na análise por Unidades da Federação, constata-se que todos os estados das Regiões Sudeste e Sul, assim como Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, na Região Centro-Oeste, apresentaram maiores concentrações de FASFIL que de população. Todos os demais estados registraram maiores concentrações populacionais, conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL e população, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2016

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL		População (1)	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	236 950	100,0	205 156 587	100,0
Norte	9 193	3,9	17 691 399	8,6
Rondônia	1 839	0,8	1 717 911	0,8
Acre	457	0,2	844 137	0,4
Amazonas	1 462	0,6	3 952 171	1,9
Roraima	213	0,1	525 967	0,3
Pará	3 622	1,5	8 334 346	4,1
Amapá	276	0,1	796 419	0,4
Tocantins	1 324	0,6	1 520 448	0,7
Nordeste	44 496	18,8	56 138 510	27,4
Maranhão	3 451	1,5	6 955 099	3,4
Piauí	2 570	1,1	3 246 228	1,6
Ceará	8 771	3,7	8 962 834	4,4
Rio Grande do Norte	2 370	1,0	3 422 843	1,7
Paraíba	4 004	1,7	3 953 693	1,9
Pernambuco	6 071	2,6	9 377 368	4,6
Alagoas	1 686	0,7	3 293 629	1,6
Sergipe	1 936	0,8	2 237 132	1,1
Bahia	13 637	5,8	14 689 684	7,2
Sudeste	114 410	48,3	86 367 683	42,1
Minas Gerais	31 309	13,2	20 780 264	10,1
Espírito Santo	6 048	2,6	3 879 376	1,9
Rio de Janeiro	21 944	9,3	16 947 738	8,3
São Paulo	55 109	23,3	44 760 305	21,8
Sul	52 673	22,2	29 300 208	14,3
Paraná	18 055	7,6	11 176 203	5,4
Santa Catarina	12 930	5,5	6 894 058	3,4
Rio Grande do Sul	21 688	9,2	11 229 947	5,5
Centro-Oeste	16 178	6,8	15 658 787	7,6
Mato Grosso do Sul	3 388	1,4	2 685 454	1,3
Mato Grosso	3 275	1,4	3 356 979	1,6
Goiás	5 700	2,4	6 726 130	3,3
Distrito Federal	3 815	1,6	2 890 224	1,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

(1) Dados provenientes de Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade: 2010-2060.

Qual a idade?

As FASFIL são entidades relativamente novas no Brasil: 29,5% foram criadas no período de 2001 a 2010, e 19,4%, de 2011 a 2016, correspondendo a 48,9% do total (Tabela 8). É interessante também observar o peso das entidades criadas no período de 1981 a 2000: elas representaram 37,6% do total de entidades em atividade em 2016.

Um contingente de 45,7 mil novas entidades foram criadas no período de 2011 a 2016, o que significa um aumento de 3,2%, em média, a cada ano, evidenciando um crescimento regular nesse período.

Tabela 8 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL e pessoal ocupado assalariado, segundo as faixas de ano de fundação das entidades Brasil - 2016

Faixas de ano de fundação das entidades	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL		Pessoal ocupado assalariado	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	236 950	100,0	2 272 131	100,0
Até 1970	8 617	3,6	646 528	28,5
De 1971 a 1980	23 725	10,0	391 236	17,2
De 1981 a 1990	33 850	14,3	281 260	12,4
De 1991 a 2000	55 158	23,3	320 611	14,1
De 2001 a 2010	69 944	29,5	390 068	17,2
2011	7 769	3,3	38 736	1,7
2012	7 511	3,2	48 877	2,2
2013	8 426	3,6	40 145	1,8
2014	8 027	3,4	50 623	2,2
2015	7 965	3,4	37 377	1,6
2016	5 958	2,5	26 670	1,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

As instituições mais antigas, criadas até 1980, equivaliam a 13,6% do total das FASFIL em 2016; não obstante, absorveram o maior percentual de pessoas ocupadas assalariadas (45,7%). As entidades criadas no período de 1981 a 1990 apresentaram participação de 14,3%; de 1991 a 2000, 23,3%; e, no período de 2001 a 2010, a participação foi ainda maior, alcançando 29,5%. Destaca-se, assim, a presença mais significativa das FASFIL nas décadas mais recentes.

A distribuição das entidades por Grandes Regiões mostra diferenças importantes em relação à idade. Entre as mais antigas, criadas até o final dos anos 1970, predominaram as sediadas na Região Sudeste, com 58,4% do total. Entre as instituições criadas no período de 2001 a 2010, cresceu a participação daquelas sediadas na Região Nordeste, que representaram 21,7% do total das entidades fundadas no período, ocupando a segunda colocação (Tabela 9). Esse resultado reflete o fortalecimento progressivo da participação da sociedade civil nessa região. A partir de 2011, contudo, é possível observar que a Região Sul voltou a ter participação superior à da Região Nordeste na criação de novas entidades sem fins lucrativos.

Tabela 9 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por faixas de ano de fundação das entidades, segundo as Grandes Regiões - 2016

Grandes Regiões	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL							
	Faixas de ano de fundação das entidades							
	Até 1970		De 1971 a 1980		De 1981 a 1990		De 1991 a 2000	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	8 617	100,0	23 725	100,0	33 850	100,0	55 158	100,0
Norte	131	1,5	601	2,5	1 385	4,1	2 314	4,2
Nordeste	892	10,4	2 527	10,7	5 302	15,7	12 487	22,6
Sudeste	5 035	58,4	12 855	54,2	16 307	48,2	24 254	44,0
Sul	2 252	26,1	6 174	26,0	8 432	24,9	12 533	22,7
Centro-Oeste	307	3,6	1 568	6,6	2 424	7,2	3 570	6,5

Grandes Regiões	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL							
	Faixas de ano de fundação das entidades							
	De 2001 a 2010		2011		2012		2013	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	69 944	100,0	7 769	100,0	7 511	100,0	8 426	100,0
Norte	2 932	4,2	336	4,3	299	4,0	352	4,2
Nordeste	15 202	21,7	1 497	19,3	1 315	17,5	1 542	18,3
Sudeste	32 296	46,2	3 811	49,1	3 891	51,8	4 364	51,8
Sul	14 480	20,7	1 555	20,0	1 483	19,7	1 630	19,3
Centro-Oeste	5 034	7,2	570	7,3	523	7,0	538	6,4

Grandes Regiões	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Faixas de ano de fundação das entidades					
	2014		2015		2016	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	8 027	100,0	7 965	100,0	5 958	100,0
Norte	334	4,2	328	4,1	181	3,0
Nordeste	1 498	18,7	1 317	16,5	917	15,4
Sudeste	3 993	49,7	4 164	52,3	3 440	57,7
Sul	1 599	19,9	1 518	19,1	1 017	17,1
Centro-Oeste	603	7,5	638	8,0	403	6,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

O que fazem?

Em relação aos objetivos das FASFIL, utiliza-se a Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias (Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households - COPNI), da Organização das Nações Unidas - ONU²⁰, voltada especialmente para as entidades sem fins lucrativos. A Tabela 10 apresenta a distribuição das FASFIL segundo a classificação de entidades sem fins lucrativos.

²⁰ Para informações mais detalhadas sobre a adoção desta classificação, consultar a seção **Notas técnicas**.

Tabela 10 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos Brasil - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL		
	Total	Percentual (%)	
		Em relação ao total	Em relação ao grupo
Total	236 950	100,0	-
Habitação	163	0,1	100,0
01.0 Habitação	163	0,1	100,0
Saúde	4 721	2,0	100,0
02.1 Hospitais	2 464	1,0	52,2
02.2 Outros serviços de saúde	2 257	1,0	47,8
Cultura e recreação	32 268	13,6	100,0
03.1 Cultura e arte	12 552	5,3	38,9
03.2 Esporte e recreação	19 716	8,3	61,1
Educação e pesquisa	15 828	6,7	100,0
04.1 Educação infantil	4 872	2,1	30,8
04.2 Ensino fundamental	3 349	1,4	21,2
04.3 Ensino médio	1 627	0,7	10,3
04.4 Educação superior	1 999	0,8	12,6
04.6 Estudos e pesquisas	1 315	0,6	8,3
04.7 Educação profissional	464	0,2	2,9
04.8 Outras formas de educação/ensino	2 202	0,9	13,9
Assistência social	24 067	10,2	100,0
05.0 Assistência social	24 067	10,2	100,0
Religião	83 053	35,1	100,0
06.0 Religião	83 053	35,1	100,0
Associações patronais profissionais	28 962	12,2	100,0
07.3 Associações empresariais e patronais	7 457	3,1	25,7
07.4 Associações profissionais	11 132	4,7	38,4
07.5 Associações de produtores rurais	10 373	4,4	35,8
Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,7	100,0
08.0 Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,7	100,0
Desenvolvimento e defesa de direitos	30 266	12,8	100,0
09.1 Associações de moradores	9 162	3,9	30,3
09.2 Centros e associações comunitárias	10 918	4,6	36,1
09.3 Desenvolvimento rural	4 291	1,8	14,2
09.4 Emprego e treinamento	871	0,4	2,9
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	3 430	1,4	11,3
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1 594	0,7	5,3
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	15 933	6,7	100,0
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	15 933	6,7	100,0

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Cadastro e Classificações. Cadastro Central de Empresas 2016.

Observa-se que essas entidades possuem, principalmente, vocação religiosa e para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos. As entidades religiosas representaram 35,1%²¹ das FASFIL e os subgrupos Associações de moradores, Centros e associações comunitárias, Desenvolvimento rural, Emprego e treinamento, Defesa de direitos de grupos e minorias, Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos, Associações empresariais e patronais, Associações profissionais e Associações de produtores rurais, todos voltados para a defesa de direitos e interesses, somaram 25,0%. Assim, somente essas duas finalidades abarcaram 60,1% das FASFIL.

Vale destacar que a atuação das entidades religiosas não se restringe a esse grupo de instituições, posto que existem entidades assistenciais, educacionais e de saúde, para citar apenas alguns exemplos, que são de origem religiosa, embora não estejam classificadas como tal, o que impede dimensionar a abrangência efetiva das ações de influência religiosa.

É interessante observar a distribuição desses grupos de entidades no Território Nacional. As entidades religiosas concentraram-se na Região Sudeste (56,8%), apresentando percentual três vezes superior ao registrado na Região Sul (16,7%). As entidades de Desenvolvimento e defesa de direitos, por sua vez, se concentraram na Região Nordeste (38,1%). Verifica-se ainda que 60,6% das entidades de Desenvolvimento rural, 45,9% dos Centros e associações comunitárias, assim como 42,4% das Associações de produtores rurais também se localizaram nesta região (Tabela 11).

As 24,1 mil entidades de Assistência social que atendem aos grupos mais vulneráveis da população, como crianças e idosos pobres, adolescentes em conflito com a lei, pessoas com deficiência, entre outros, representaram 10,2% do total das FASFIL. A distribuição dessas entidades, porém, não acompanhou a distribuição da pobreza no Brasil, uma vez que 78,0% das entidades de Assistência social estavam localizadas nas regiões mais ricas do País (Sul e Sudeste).

Por último, cabe registrar que 8,7% das FASFIL, que equivaliam a 20,6 mil entidades, possuíam a finalidade de desenvolver ações de Educação e pesquisa e de Saúde. Nesses grupos, destacaram-se as entidades de Educação infantil (4,9 mil), de Ensino fundamental (3,3 mil) e os Hospitais (2,5 mil), sendo que a maioria delas situava-se na Região Sudeste.

Chama a atenção, ainda, a participação reduzida das entidades de Meio ambiente e proteção animal, que representaram menos de 1,0% do total das FASFIL. Não obstante, o tema ambiental, por sua transversalidade, pode ser tratado pelas diversas entidades.

²¹ Encontram-se agrupadas nesta categoria: ordens religiosas, templos, paróquias, pastorais, centros espíritas, entre outras. As demais instituições de origem religiosa que desenvolvem outras atividades e que têm personalidade jurídica própria (hospitais, colégios, creches, por exemplo) estão classificadas de acordo com sua atividade-fim. Por outro lado, cabe assinalar que essas entidades, além de desenvolverem atividades confessionais, ocupam novos espaços de debate e deliberação de políticas públicas, como os conselhos, conferências e grupos de trabalhos governamentais.

Tabela 11 - Distribuição percentual das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Distribuição percentual das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL (%)				
	Grandes Regiões				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	3,9	18,8	48,3	22,2	6,8
Habitação	1,8	16,0	49,1	22,1	11,0
01.0 Habitação	1,8	16,0	49,1	22,1	11,0
Saúde	2,7	15,0	53,5	22,8	6,0
02.1 Hospitais	2,8	16,3	49,6	25,3	6,0
02.2 Outros serviços de saúde	2,5	13,6	57,8	20,1	6,0
Cultura e recreação	2,6	12,7	42,8	36,2	5,7
03.1 Cultura e arte	2,8	17,2	44,3	29,9	5,8
03.2 Esporte e recreação	2,5	9,9	41,8	40,1	5,7
Educação e pesquisa	3,8	16,8	54,2	17,9	7,4
04.1 Educação infantil	1,8	9,9	67,2	14,6	6,5
04.2 Ensino fundamental	5,4	27,9	40,5	18,7	7,5
04.3 Ensino médio	5,8	18,5	46,3	22,5	6,9
04.4 Educação superior	4,3	13,5	54,8	19,3	8,1
04.6 Estudos e pesquisas	5,3	16,5	52,7	17,6	7,8
04.7 Educação profissional	4,7	17,0	51,1	20,9	6,3
04.8 Outras formas de educação/ensino	2,5	17,1	52,8	18,7	8,9
Assistência social	2,6	12,3	51,7	26,3	7,0
05.0 Assistência social	2,6	12,3	51,7	26,3	7,0
Religião	4,5	14,4	56,8	16,7	7,6
06.0 Religião	4,5	14,4	56,8	16,7	7,6
Associações patronais e profissionais	5,8	27,3	36,6	22,4	7,9
07.3 Associações empresariais e patronais	4,0	14,9	45,5	26,4	9,3
07.4 Associações profissionais	5,9	21,5	40,1	23,9	8,6
07.5 Associações de produtores rurais	7,0	42,4	26,3	18,0	6,3
Meio ambiente e proteção animal	3,8	10,0	52,8	25,8	7,6
08.0 Meio ambiente e proteção animal	3,8	10,0	52,8	25,8	7,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	3,4	38,1	32,5	21,6	4,4
09.1 Associações de moradores	3,3	29,4	36,7	26,0	4,7
09.2 Centros e associações comunitárias	2,7	45,9	30,7	18,5	2,2
09.3 Desenvolvimento rural	4,7	60,6	19,6	9,4	5,7
09.4 Emprego e treinamento	2,8	18,5	45,1	26,5	7,1
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	3,7	19,1	37,4	32,7	7,1
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	4,9	25,5	37,8	24,5	7,3
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	2,8	15,7	53,2	21,5	6,8
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	2,8	15,7	53,2	21,5	6,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Os dados da Tabela 12 indicam a distribuição das FASFIL por finalidade e por período de criação. Observa-se que, no conjunto das entidades mais recentes, isto é, criadas no período de 2011 a 2016, a maior parte é composta pelas entidades religiosas: foram criadas com essa finalidade 19,9 mil instituições, correspondendo a 43,5% do total das novas entidades desse período. É importante também destacar que 50,0% das entidades religiosas ativas em 2016 surgiram a partir de 2001, das quais 26,1% foram criadas no período de 2001 a 2010, e 23,9%, de 2011 a 2016.

Os dados também revelam a forte participação das entidades dos grupos Associações patronais e profissionais (14,1%) e Desenvolvimento e defesa de direitos (15,7%) no conjunto das entidades instituídas no período de 2001 a 2010. Vale ressaltar que a criação de instituições desses dois grupos se destacou nos períodos de 1991 a 2000 e 2001 a 2010 (Tabela 12).

A criação de entidades do grupo Educação e pesquisa também sobressaiu nos períodos de 1991 a 2000 e 2001 a 2010, em especial, o Ensino fundamental e a Educação superior. A criação de entidades de Educação infantil registrou maior destaque de 2011 a 2016, quando foram criadas 28,7% das 4,8 mil instituições observadas em 2016.

Ressalta-se ainda que, na área de Saúde, os Hospitais se mantiveram ativos por mais tempo: do total existente em 2016, 48,7% foram instituídos até 1980, sendo que, no período mais recente, de 2011 a 2016, 16,3%.

As mudanças na dinâmica de crescimento das entidades ao longo dos anos refletem-se na composição das FASFIL por data de criação. Ao analisar as mais antigas, criadas até 1970, observa-se a predominância do grupo Religião (27,2%), seguido por Cultura e recreação (19,1%); nas terceira e quarta posições, pontuam Educação e pesquisa (15,8%) e Saúde (10,2%).

Entre as entidades criadas no período de 1971 a 1980, é possível constatar a elevação da participação do grupo Religião, alcançando 46,4% das novas instituições, seguido por Cultura e recreação, com 19,0%, e a redução da participação de entidades ligadas à Saúde (2,0%) e à Educação e pesquisa (6,7%).

De 1981 a 1990, as entidades religiosas permaneceram com a maior participação dentre as instituições criadas (35,9%), mas houve crescimento expressivo na participação daquelas voltadas para o Desenvolvimento e defesa de direitos (11,6%) e Associações patronais e profissionais (12,0%).

Ao analisar as instituições mais novas, criadas no período de 2011 a 2016, observa-se aumento do protagonismo do grupo Religião (43,5%), ao passo que as Associações patronais e profissionais (9,2%) e as entidades de Desenvolvimento e defesa de direitos (9,5%) perderam participação.

Tabela 12 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por faixas de ano de fundação das entidades, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2016

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL							
	Total	Per-centual (%)	Faixas de ano de fundação das entidades					
			Até 1970			De 1971 a1980		
			Total	Per-centual (%)	Per-centual em relação ao total (%)	Total	Per-centual (%)	Per-centual em relação ao total (%)
Total	236 950	100,0	8 617	100,0	3,6	23 725	100,0	10,0
Habitação	163	0,1	4	0,0	2,5	6	0,0	3,7
01.0 Habitação	163	0,1	4	0,0	2,5	6	0,0	3,7
Saúde	4 721	2,0	876	10,2	18,6	485	2,0	10,3
02.1 Hospitais	2 464	1,0	813	9,4	33,0	387	1,6	15,7
02.2 Outros serviços de saúde	2 257	1,0	63	0,7	2,8	98	0,4	4,3
Cultura e recreação	32 268	13,6	1 643	19,1	5,1	4 512	19,0	14,0
03.1 Cultura e arte	12 552	5,3	246	2,9	2,0	672	2,8	5,4
03.2 Esporte e recreação	19 716	8,3	1 397	16,2	7,1	3 840	16,2	19,5
Educação e pesquisa	15 828	6,7	1 358	15,8	8,6	1 591	6,7	10,1
04.1 Educação infantil	4 872	2,1	240	2,8	4,9	396	1,7	8,1
04.2 Ensino fundamental	3 349	1,4	369	4,3	11,0	426	1,8	12,7
04.3 Ensino médio	1 627	0,7	410	4,8	25,2	305	1,3	18,7
04.4 Educação superior	1 999	0,8	192	2,2	9,6	195	0,8	9,8
04.6 Estudos e pesquisas	1 315	0,6	20	0,2	1,5	72	0,3	5,5
04.7 Educação profissional	464	0,2	31	0,4	6,7	63	0,3	13,6
04.8 Outras formas de educação/ensino	2 202	0,9	96	1,1	4,4	134	0,6	6,1
Assistência social	24 067	10,2	1 331	15,4	5,5	2 726	11,5	11,3
05.0 Assistência social	24 067	10,2	1 331	15,4	5,5	2 726	11,5	11,3
Religião	83 053	35,1	2 341	27,2	2,8	11 005	46,4	13,3
06.0 Religião	83 053	35,1	2 341	27,2	2,8	11 005	46,4	13,3
Associações patronais e profissionais	28 962	12,2	639	7,4	2,2	2 169	9,1	7,5
07.3 Associações empresariais e patronais	7 457	3,1	370	4,3	5,0	850	3,6	11,4
07.4 Associações profissionais	11 132	4,7	244	2,8	2,2	1 231	5,2	11,1
07.5 Associações de produtores rurais	10 373	4,4	25	0,3	0,2	88	0,4	0,8
Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,7	6	0,1	0,4	32	0,1	1,9
08.0 Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,7	6	0,1	0,4	32	0,1	1,9
Desenvolvimento e defesa de direitos	30 266	12,8	100	1,2	0,3	469	2,0	1,5
09.1 Associações de moradores	9 162	3,9	5	0,1	0,1	96	0,4	1,0
09.2 Centros e associações comunitárias	10 918	4,6	17	0,2	0,2	179	0,8	1,6
09.3 Desenvolvimento rural	4 291	1,8	8	0,1	0,2	28	0,1	0,7
09.4 Emprego e treinamento	871	0,4	4	0,0	0,5	13	0,1	1,5
09.5 Defesa de direitos de grupos e minoria	3 430	1,4	56	0,6	1,6	112	0,5	3,3
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1 594	0,7	10	0,1	0,6	41	0,2	2,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	15 933	6,7	319	3,7	2,0	730	3,1	4,6
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	15 933	6,7	319	3,7	2,0	730	3,1	4,6

Tabela 12 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por faixas de ano de fundação das entidades, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2016

(continuação)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Faixas de ano de fundação das entidades					
	De 1981 a 1990			De 1991 a 2000		
	Total	Per-centual (%)	Per-centual em relação ao total (%)	Total	Per-centual (%)	Per-centual em relação ao total (%)
Total	33 850	100,0	14,3	55 158	100,0	23,3
Habitação	34	0,1	20,9	56	0,1	34,4
01.0 Habitação	34	0,1	20,9	56	0,1	34,4
Saúde	498	1,5	10,5	659	1,2	14,0
02.1 Hospitais	273	0,8	11,1	244	0,4	9,9
02.2 Outros serviços de saúde	225	0,7	10,0	415	0,8	18,4
Cultura e recreação	5 678	16,8	17,6	6 557	11,9	20,3
03.1 Cultura e arte	1 373	4,1	10,9	3 004	5,4	23,9
03.2 Esporte e recreação	4 305	12,7	21,8	3 553	6,4	18,0
Educação e pesquisa	1 715	5,1	10,8	3 437	6,2	21,7
04.1 Educação infantil	728	2,2	14,9	936	1,7	19,2
04.2 Ensino fundamental	327	1,0	9,8	965	1,7	28,8
04.3 Ensino médio	189	0,6	11,6	379	0,7	23,3
04.4 Educação superior	147	0,4	7,4	365	0,7	18,3
04.6 Estudos e pesquisas	120	0,4	9,1	300	0,5	22,8
04.7 Educação profissional	42	0,1	9,1	99	0,2	21,3
04.8 Outras formas de educação/ensino	162	0,5	7,4	393	0,7	17,8
Assistência social	4 165	12,3	17,3	6 432	11,7	26,7
05.0 Assistência social	4 165	12,3	17,3	6 432	11,7	26,7
Religião	12 145	35,9	14,6	16 039	29,1	19,3
06.0 Religião	12 145	35,9	14,6	16 039	29,1	19,3
Associações patronais e profissionais	4 064	12,0	14,0	7 998	14,5	27,6
07.3 Associações empresariais e patronais	1 377	4,1	18,5	1 714	3,1	23,0
07.4 Associações profissionais	2 017	6,0	18,1	2 716	4,9	24,4
07.5 Associações de produtores rurais	670	2,0	6,5	3 568	6,5	34,4
Meio ambiente e proteção animal	139	0,4	8,2	381	0,7	22,6
08.0 Meio ambiente e proteção animal	139	0,4	8,2	381	0,7	22,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	3 927	11,6	13,0	10 419	18,9	34,4
09.1 Associações de moradores	1 399	4,1	15,3	3 001	5,4	32,8
09.2 Centros e associações comunitárias	1 702	5,0	15,6	4 525	8,2	41,4
09.3 Desenvolvimento rural	306	0,9	7,1	1 426	2,6	33,2
09.4 Emprego e treinamento	35	0,1	4,0	188	0,3	21,6
09.5 Defesa de direitos de grupos e minoria	379	1,1	11,0	971	1,8	28,3
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	106	0,3	6,6	308	0,6	19,3
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 485	4,4	9,3	3 180	5,8	20,0
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 485	4,4	9,3	3 180	5,8	20,0

Tabela 12 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por faixas de ano de fundação das entidades, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2016

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Faixas de ano de fundação das entidades					
	De 2001 a 2010			De 2011 a 2016		
	Total	Per- cen- tual (%)	Per- cen- tual em relação ao total (%)	Total	Per- cen- tual (%)	Per- cen- tual em relação ao total (%)
Total	69 944	100,0	29,5	45 656	100,0	19,3
Habitação	46	0,1	28,2	17	0,0	10,4
01.0 Habitação	46	0,1	28,2	17	0,0	10,4
Saúde	1 213	1,7	25,7	990	2,2	21,0
02.1 Hospitais	345	0,5	14,0	402	0,9	16,3
02.2 Outros serviços de saúde	868	1,2	38,5	588	1,3	26,1
Cultura e recreação	8 874	12,7	27,5	5 004	11,0	15,5
03.1 Cultura e arte	4 899	7,0	39,0	2 358	5,2	18,8
03.2 Esporte e recreação	3 975	5,7	20,2	2 646	5,8	13,4
Educação e pesquisa	4 565	6,5	28,8	3 162	6,9	20,0
04.1 Educação infantil	1 176	1,7	24,1	1 396	3,1	28,7
04.2 Ensino fundamental	883	1,3	26,4	379	0,8	11,3
04.3 Ensino médio	246	0,4	15,1	98	0,2	6,0
04.4 Educação superior	745	1,1	37,3	355	0,8	17,8
04.6 Estudos e pesquisas	500	0,7	38,0	303	0,7	23,0
04.7 Educação profissional	151	0,2	32,5	78	0,2	16,8
04.8 Outras formas de educação/ensino	864	1,2	39,2	553	1,2	25,1
Assistência social	6 312	9,0	26,2	3 101	6,8	12,9
05.0 Assistência social	6 312	9,0	26,2	3 101	6,8	12,9
Religião	21 646	30,9	26,1	19 877	43,5	23,9
06.0 Religião	21 646	30,9	26,1	19 877	43,5	23,9
Associações patronais e profissionais	9 894	14,1	34,2	4 198	9,2	14,5
07.3 Associações empresariais e patronais	2 004	2,9	26,9	1 142	2,5	15,3
07.4 Associações profissionais	3 309	4,7	29,7	1 615	3,5	14,5
07.5 Associações de produtores rurais	4 581	6,5	44,2	1 441	3,2	13,9
Meio ambiente e proteção animal	679	1,0	40,2	452	1,0	26,8
08.0 Meio ambiente e proteção animal	679	1,0	40,2	452	1,0	26,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	11 000	15,7	36,3	4 351	9,5	14,4
09.1 Associações de moradores	3 232	4,6	35,3	1 429	3,1	15,6
09.2 Centros e associações comunitárias	3 374	4,8	30,9	1 121	2,5	10,3
09.3 Desenvolvimento rural	1 953	2,8	45,5	570	1,2	13,3
09.4 Emprego e treinamento	311	0,4	35,7	320	0,7	36,7
09.5 Defesa de direitos de grupos e minoria	1 340	1,9	39,1	572	1,3	16,7
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	790	1,1	49,6	339	0,7	21,3
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	5 715	8,2	35,9	4 504	9,9	28,3
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	5 715	8,2	35,9	4 504	9,9	28,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Quantos trabalhadores empregam?

Em 2016, as 237,0 mil FASFIL empregaram um contingente de 2,3 milhões de pessoas ocupadas assalariadas (Tabela 13). Isso representou 71,1% do total do emprego formal no universo das 526,8 mil entidades sem fins lucrativos; 24,4% do total dos empregados na administração pública; e 7,1% dos assalariados nas entidades empresariais.

Do pessoal ocupado assalariado das FASFIL, 1,3 milhão, ou 58,2% do total, foram empregados em instituições localizadas na Região Sudeste, em especial no Estado de São Paulo, que reuniu 809 mil desses trabalhadores (35,6%). Essa distribuição revelou-se mais concentrada do que a estrutura da ocupação no mercado de trabalho no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2016, realizada pelo IBGE, do total de pessoas ocupadas no País, 44,5% estavam localizadas na Região Sudeste, sendo 23,4% em São Paulo.

Tabela 13 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL e pessoal ocupado assalariado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2016

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL		Pessoal ocupado assalariado	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Brasil	236 950	100,0	2 272 131	100,0
Norte	9 193	3,9	71 016	3,1
Rondônia	1 839	0,8	6 443	0,3
Acre	457	0,2	4 743	0,2
Amazonas	1 462	0,6	16 787	0,7
Roraima	213	0,1	1 069	0,0
Pará	3 622	1,5	32 672	1,4
Amapá	276	0,1	2 527	0,1
Tocantins	1 324	0,6	6 775	0,3
Nordeste	44 496	18,8	309 303	13,6
Maranhão	3 451	1,5	21 441	0,9
Piauí	2 570	1,1	10 037	0,4
Ceará	8 771	3,7	61 769	2,7
Rio Grande do Norte	2 370	1,0	14 043	0,6
Paraíba	4 004	1,7	14 971	0,7
Pernambuco	6 071	2,6	69 072	3,0
Alagoas	1 686	0,7	18 045	0,8
Sergipe	1 936	0,8	10 312	0,5
Bahia	13 637	5,8	89 613	3,9
Sudeste	114 410	48,3	1 323 300	58,2
Minas Gerais	31 309	13,2	251 345	11,1
Espírito Santo	6 048	2,6	36 057	1,6
Rio de Janeiro	21 944	9,3	226 943	10,0
São Paulo	55 109	23,3	808 955	35,6
Sul	52 673	22,2	401 320	17,7
Paraná	18 055	7,6	130 637	5,7
Santa Catarina	12 930	5,5	82 587	3,6
Rio Grande do Sul	21 688	9,2	188 096	8,3
Centro-Oeste	16 178	6,8	167 192	7,4
Mato Grosso do Sul	3 388	1,4	38 976	1,7
Mato Grosso	3 275	1,4	21 831	1,0
Goiás	5 700	2,4	54 543	2,4
Distrito Federal	3 815	1,6	51 842	2,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

A distribuição do pessoal ocupado assalariado entre os diversos campos de atuação das FASFIL tende a refletir as diferenças na abrangência do atendimento e na complexidade dos serviços prestados. Assim é que o grupo de entidades de Educação e pesquisa, que representou apenas 6,7% do total das FASFIL, concentrou, em contrapartida, 28,6% do total de trabalhadores. Nesse grupo, a concentração foi bem mais expressiva no subgrupo Educação superior, pois 2,0 mil universidades ou faculdades (0,8% das FASFIL) empregaram 252,8 mil trabalhadores (11,1% do total), conforme expresso na Tabela 14. Na área de Saúde, também se observa o mesmo fenômeno: em cerca de 4,7 mil entidades, trabalharam 810,7 mil pessoas (35,7% do total de pessoal ocupado assalariado). É interessante assinalar a diferença entre o número médio de pessoal ocupado assalariado nos Hospitais e nas entidades que prestam Outros serviços de saúde²²: 285 e 47 pessoas, respectivamente.

No Território Nacional, a distribuição do pessoal ocupado assalariado das FASFIL acompanhou, em grande medida, o perfil das entidades presentes em cada Grande Região (Tabela 15). A concentração, portanto, de trabalhadores na Região Sudeste se deveu, em grande parte, à participação dos grupos de Saúde (482,4 mil) e Educação e pesquisa (360,6 mil), que abrigaram 843,0 mil pessoas, 31,7% do total de trabalhadores das FASFIL. As menores taxas de ocupação nas Regiões Norte e Nordeste podem ser explicadas pela presença proporcionalmente mais forte das entidades de defesa de direitos e interesses dos cidadãos, que foram as que menos empregaram.

Ao analisar o pessoal assalariado, por sexo, nessas entidades, constata-se a predominância das mulheres no setor sem fins lucrativos: elas representaram 66,0% do pessoal ocupado assalariado (Tabela 16). Vale mencionar que este percentual foi superior ao registrado nas Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, que consideram todas as organizações formais, nas quais a participação das mulheres foi de 44,4%, em 2016.

A forte predominância feminina ocorreu em todas as Grandes Regiões do País, sendo maior na Região Sul – onde as mulheres representaram 70,7% do total de assalariados, com destaque para os Estados do Paraná (71,2%) e Rio Grande do Sul (71,0%) – e menor na Região Norte, onde sua participação foi de 58,8%, verificando-se, no Estado do Amazonas, a menor proporção (55,9%).

²² Trata-se de entidades que prestam outros tipos de serviços de saúde, tais como: atendimento ambulatorial, complementação diagnóstica ou terapêutica, e atenção à saúde preventiva.

Tabela 14 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL e pessoal ocupado assalariado, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL		Pessoal ocupado assalariado	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	236 950	100,0	2 272 131	100,0
Habitação	163	0,1	318	0,0
01.0 Habitação	163	0,1	318	0,0
Saúde	4 721	2,0	810 672	35,7
02.1 Hospitais	2 464	1,0	703 603	31,0
02.2 Outros serviços de saúde	2 257	1,0	107 069	4,7
Cultura e recreação	32 268	13,6	138 791	6,1
03.1 Cultura e arte	12 552	5,3	29 468	1,3
03.2 Esporte e recreação	19 716	8,3	109 323	4,8
Educação e pesquisa	15 828	6,7	650 735	28,6
04.1 Educação infantil	4 872	2,1	83 150	3,7
04.2 Ensino fundamental	3 349	1,4	102 000	4,5
04.3 Ensino médio	1 627	0,7	106 225	4,7
04.4 Educação superior	1 999	0,8	252 816	11,1
04.6 Estudos e pesquisas	1 315	0,6	53 322	2,3
04.7 Educação profissional	464	0,2	14 205	0,6
04.8 Outras formas de educação/ensino	2 202	0,9	39 017	1,7
Assistência social	24 067	10,2	276 719	12,2
05.0 Assistência social	24 067	10,2	276 719	12,2
Religião	83 053	35,1	149 995	6,6
06.0 Religião	83 053	35,1	149 995	6,6
Associações patronais e profissionais	28 962	12,2	74 110	3,3
07.3 Associações empresariais e patronais	7 457	3,1	34 658	1,5
07.4 Associações profissionais	11 132	4,7	35 095	1,5
07.5 Associações de produtores rurais	10 373	4,4	4 357	0,2
Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,7	3 386	0,1
08.0 Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,7	3 386	0,1
Desenvolvimento e defesa de direitos	30 266	12,8	84 097	3,7
09.1 Associações de moradores	9 162	3,9	12 560	0,6
09.2 Centros e associações comunitárias	10 918	4,6	15 131	0,7
09.3 Desenvolvimento rural	4 291	1,8	2 633	0,1
09.4 Emprego e treinamento	871	0,4	22 177	1,0
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	3 430	1,4	7 027	0,3
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1 594	0,7	24 569	1,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	15 933	6,7	83 308	3,7
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	15 933	6,7	83 308	3,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Tabela 15 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	2 272 131	71 016	309 303	1 323 300	401 320	167 192
Habitação	318	17	76	142	1	82
01.0 Habitação	318	17	76	142	1	82
Saúde	810 672	21 313	125 792	482 371	145 810	35 386
02.1 Hospitais	703 603	19 068	116 515	396 971	138 019	33 030
02.2 Outros serviços de saúde	107 069	2 245	9 277	85 400	7 791	2 356
Cultura e recreação	138 791	4 520	13 258	90 519	23 329	7 165
03.1 Cultura e arte	29 468	1 758	3 816	18 392	4 089	1 413
03.2 Esporte e recreação	109 323	2 762	9 442	72 127	19 240	5 752
Educação e pesquisa	650 735	22 848	78 802	360 610	134 422	54 053
04.1 Educação infantil	83 150	1 197	4 567	59 755	10 320	7 311
04.2 Ensino fundamental	102 000	4 501	17 952	49 554	21 950	8 043
04.3 Ensino médio	106 225	5 151	16 164	50 537	26 077	8 296
04.4 Educação superior	252 816	8 326	22 963	143 754	58 660	19 113
04.6 Estudos e pesquisas	53 322	2 635	9 131	27 562	9 668	4 326
04.7 Educação profissional	14 205	435	3 242	8 000	2 354	174
04.8 Outras formas de educação/ensino	39 017	603	4 783	21 448	5 393	6 790
Assistência social	276 719	4 319	20 922	181 352	44 406	25 720
05.0 Assistência social	276 719	4 319	20 922	181 352	44 406	25 720
Religião	149 995	8 630	24 603	74 503	20 658	21 601
06.0 Religião	149 995	8 630	24 603	74 503	20 658	21 601
Associações patronais e profissionais	74 110	2 788	9 974	40 071	12 822	8 455
07.3 Associações empresariais e patronais	34 658	1 615	4 090	17 888	7 187	3 878
07.4 Associações profissionais	35 095	1 068	4 724	20 470	4 954	3 879
07.5 Associações de produtores rurais	4 357	105	1 160	1 713	681	698
Meio ambiente e proteção animal	3 386	462	185	2 117	339	283
08.0 Meio ambiente e proteção animal	3 386	462	185	2 117	339	283
Desenvolvimento e defesa de direitos	84 097	3 513	23 070	42 460	8 769	6 285
09.1 Associações de moradores	12 560	302	1 828	8 419	1 367	644
09.2 Centros e associações comunitárias	15 131	199	2 815	9 592	1 953	572
09.3 Desenvolvimento rural	2 633	34	1 791	233	446	129
09.4 Emprego e treinamento	22 177	1 175	3 321	13 144	2 573	1 964
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	7 027	257	1 067	4 388	915	400
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	24 569	1 546	12 248	6 684	1 515	2 576
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	83 308	2 606	12 621	49 155	10 764	8 162
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	83 308	2 606	12 621	49 155	10 764	8 162

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Tabela 16 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASIL, por sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2016

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASIL							
	Total		Sexo					
			Homem			Mulher		
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Percentual em relação ao total (%)	Total	Percentual (%)	Percentual em relação ao total (%)
Brasil	2 272 131	100,0	772 887	100,0	34,0	1 499 244	100,0	66,0
Norte	71 016	3,1	29 231	3,8	41,2	41 785	2,8	58,8
Rondonia	6 443	0,3	2 420	0,3	37,6	4 023	0,3	62,4
Acre	4 743	0,2	1 666	0,2	35,1	3 077	0,2	64,9
Amazonas	16 787	0,7	7 406	1,0	44,1	9 381	0,6	55,9
Roraima	1 069	0,0	385	0,0	36,0	684	0,0	64,0
Pará	32 672	1,4	13 773	1,8	42,2	18 899	1,3	57,8
Amapa	2 527	0,1	974	0,1	38,5	1 553	0,1	61,5
Tocantins	6 775	0,3	2 607	0,3	38,5	4 168	0,3	61,5
Nordeste	309 303	13,6	119 808	15,5	38,7	189 495	12,6	61,3
Maranhão	21 441	0,9	7 814	1,0	36,4	13 627	0,9	63,6
Piauí	10 037	0,4	3 982	0,5	39,7	6 055	0,4	60,3
Ceará	61 769	2,7	25 713	3,3	41,6	36 056	2,4	58,4
Rio Grande do Norte	14 043	0,6	5 559	0,7	39,6	8 484	0,6	60,4
Paraíba	14 971	0,7	6 008	0,8	40,1	8 963	0,6	59,9
Pernambuco	69 072	3,0	26 656	3,4	38,6	42 416	2,8	61,4
Alagoas	18 045	0,8	7 131	0,9	39,5	10 914	0,7	60,5
Sergipe	10 312	0,5	3 913	0,5	37,9	6 399	0,4	62,1
Bahia	89 613	3,9	33 032	4,3	36,9	56 581	3,8	63,1
Sudeste	1 323 300	58,2	442 200	57,2	33,4	881 100	58,8	66,6
Minas Gerais	251 345	11,1	83 679	10,8	33,3	167 666	11,2	66,7
Espírito Santo	36 057	1,6	11 156	1,4	30,9	24 901	1,7	69,1
Rio de Janeiro	226 943	10,0	88 090	11,4	38,8	138 853	9,3	61,2
São Paulo	808 955	35,6	259 275	33,5	32,1	549 680	36,7	67,9
Sul	401 320	17,7	117 676	15,2	29,3	283 644	18,9	70,7
Paraná	130 637	5,7	37 621	4,9	28,8	93 016	6,2	71,2
Santa Catarina	82 587	3,6	25 451	3,3	30,8	57 136	3,8	69,2
Rio Grande do Sul	188 096	8,3	54 604	7,1	29,0	133 492	8,9	71,0
Centro-Oeste	167 192	7,4	63 972	8,3	38,3	103 220	6,9	61,7
Mato Grosso do Sul	38 976	1,7	14 093	1,8	36,2	24 883	1,7	63,8
Mato Grosso	21 831	1,0	6 826	0,9	31,3	15 005	1,0	68,7
Goiás	54 543	2,4	21 221	2,7	38,9	33 322	2,2	61,1
Distrito Federal	51 842	2,3	21 832	2,8	42,1	30 010	2,0	57,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

É possível observar, na Tabela 17, a distribuição do pessoal ocupado assalariado por sexo, nas Grandes Regiões, segundo os grupos de finalidades das entidades sem fins lucrativos. Os grupos de Saúde, Educação e pesquisa, Assistência social, Religião, Associações patronais e profissionais, assim como Outras instituições privadas sem fins lucrativos apresentaram maior participação feminina no pessoal ocupado assalariado em todas as Grandes Regiões, sendo essa concentração mais forte na Região Sul. Os grupos de Cultura e recreação e Meio ambiente e proteção animal assinalaram maior participação masculina no pessoal assalariado em todas as Grandes Regiões, sendo essa concentração mais acentuada na Região Nordeste. Desenvolvimento e defesa de direitos apresentou concentração masculina mais forte nas Regiões Norte e Nordeste, contudo, nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, esse grupo teve maior participação das mulheres.

A análise da distribuição dos profissionais, por sexo, entre as diversas áreas de atuação evidencia a forte presença feminina em 17 dos 24 subgrupos analisados. Nas áreas de Hospitais, Educação infantil, Ensino fundamental e Assistência social, a presença das mulheres distanciou-se da média nacional (66,0%), representando 74,7%, 89,9%, 72,4% e 72,7% do pessoal ocupado assalariado nas respectivas áreas (Tabela 18).

A presença masculina foi mais evidente em sete dos 24 subgrupos, situando-se acima da média nacional (34,0%), particularmente em Habitação (71,1%); Associações de moradores (67,1%); Esporte e recreação (65,9%); Associações de produtores rurais (65,0%); Desenvolvimento rural (58,2%); Meio ambiente e proteção animal (55,2%); e Cultura e arte (51,7%) (Tabela 18).

Em relação à escolaridade, as informações apontam que 35,4% dos assalariados das FASFIL possuíam nível superior (Tabela 19): a proporção de profissionais com tal formação foi 2,5 vezes maior do que a observada nas empresas formais brasileiras (13,8%), contudo inferior à registrada na administração pública (46,5%), de acordo com as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2016. Esse resultado decorreu da alta percentagem de pessoas com maior nível de escolaridade, principalmente nas instituições do grupo de Educação e pesquisa (59,2%), em particular na Educação superior (68,1%) e no Ensino médio (62,7%) (Tabela 20). A Educação infantil apresentou a menor proporção de assalariados com nível superior (47,7%). Por outro lado, observa-se que as entidades dos subgrupos Habitação, Emprego e treinamento, Associações de moradores e Religião mostraram as menores participações de assalariados com nível superior: 8,5%, 9,8%, 10,7% e 15,3%, respectivamente (Tabela 20).

Ressalta-se que a participação do pessoal com nível superior foi idêntica em três Grandes Regiões brasileiras – Norte, Nordeste e Centro-Oeste (33,2%) –, sendo mais elevada nas Regiões Sudeste (36,1%) e Sul (36,4%) (Tabela 19).

Tabela 17 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por Grandes Regiões e sexo, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2016

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL				
	Brasil	Grandes Regiões			
		Norte		Nordeste	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	2 272 131	29 231	41 785	119 808	189 495
Habitação	318	15	2	67	9
01.0 Habitação	318	15	2	67	9
Saúde	810 672	6 575	14 738	38 306	87 486
02.1 Hospitais	703 603	5 841	13 227	35 569	80 946
02.2 Outros serviços de saúde	107 069	734	1 511	2 737	6 540
Cultura e recreação	138 791	2 890	1 630	8 996	4 262
03.1 Cultura e arte	29 468	1 067	691	2 051	1 765
03.2 Esporte e recreação	109 323	1 823	939	6 945	2 497
Educação e pesquisa	650 735	9 389	13 459	31 941	46 861
04.1 Educação infantil	83 150	279	918	1 206	3 361
04.2 Ensino fundamental	102 000	1 425	3 076	6 202	11 750
04.3 Ensino médio	106 225	1 874	3 277	5 726	10 438
04.4 Educação superior	252 816	4 103	4 223	11 104	11 859
04.6 Estudos e pesquisas	53 322	1 245	1 390	3 778	5 353
04.7 Educação profissional	14 205	231	204	1 594	1 648
04.8 Outras formas de educação/ensino	39 017	232	371	2 331	2 452
Assistência social	276 719	1 670	2 649	7 093	13 829
05.0 Assistência social	276 719	1 670	2 649	7 093	13 829
Religião	149 995	3 953	4 677	11 860	12 743
06.0 Religião	149 995	3 953	4 677	11 860	12 743
Associações patronais e profissionais	74 110	1 343	1 445	4 863	5 111
07.3 Associações empresariais e patronais	34 658	783	832	1 915	2 175
07.4 Associações profissionais	35 095	481	587	2 132	2 592
07.5 Associações de produtores rurais	4 357	79	26	816	344
Meio ambiente e proteção animal	3 386	282	180	124	61
08.0 Meio ambiente e proteção animal	3 386	282	180	124	61
Desenvolvimento e defesa de direitos	84 097	1 854	1 659	11 797	11 273
09.1 Associações de moradores	12 560	256	46	1 455	373
09.2 Centros e associações comunitárias	15 131	135	64	1 373	1 442
09.3 Desenvolvimento rural	2 633	21	13	1 047	744
09.4 Emprego e treinamento	22 177	491	684	1 818	1 503
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	7 027	137	120	420	647
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	24 569	814	732	5 684	6 564
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	83 308	1 260	1 346	4 761	7 860
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	83 308	1 260	1 346	4 761	7 860

Tabela 17 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por Grandes Regiões e sexo, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2016

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Grandes Regiões					
	Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	442 200	881 100	117 676	283 644	63 972	103 220
Habitação	73	69	-	1	71	11
01.0 Habitação	73	69	-	1	71	11
Saúde	122 198	360 173	29 469	116 341	9 680	25 706
02.1 Hospitais	100 247	296 724	27 194	110 825	8 910	24 120
02.2 Outros serviços de saúde	21 951	63 449	2 275	5 516	770	1 586
Cultura e recreação	56 635	33 884	14 266	9 063	4 505	2 660
03.1 Cultura e arte	9 428	8 964	1 922	2 167	759	654
03.2 Esporte e recreação	47 207	24 920	12 344	6 896	3 746	2 006
Educação e pesquisa	129 196	231 414	45 701	88 721	20 003	34 050
04.1 Educação infantil	4 899	54 856	934	9 386	1 089	6 222
04.2 Ensino fundamental	13 702	35 852	4 690	17 260	2 169	5 874
04.3 Ensino médio	15 366	35 171	6 864	19 213	2 510	5 786
04.4 Educação superior	71 753	72 001	26 404	32 256	9 381	9 732
04.6 Estudos e pesquisas	10 887	16 675	3 857	5 811	1 838	2 488
04.7 Educação profissional	3 543	4 457	916	1 438	83	91
04.8 Outras formas de educação/ensino	9 046	12 402	2 036	3 357	2 933	3 857
Assistência social	47 424	133 928	9 823	34 583	9 516	16 204
05.0 Assistência social	47 424	133 928	9 823	34 583	9 516	16 204
Religião	29 565	44 938	5 726	14 932	10 101	11 500
06.0 Religião	29 565	44 938	5 726	14 932	10 101	11 500
Associações patronais e profissionais	16 919	23 152	5 146	7 676	3 829	4 626
07.3 Associações empresariais e patronais	7 804	10 084	2 665	4 522	1 656	2 222
07.4 Associações profissionais	8 075	12 395	2 053	2 901	1 706	2 173
07.5 Associações de produtores rurais	1 040	673	428	253	467	231
Meio ambiente e proteção animal	1 157	960	162	177	145	138
08.0 Meio ambiente e proteção animal	1 157	960	162	177	145	138
Desenvolvimento e defesa de direitos	18 175	24 285	3 415	5 354	2 903	3 382
09.1 Associações de moradores	5 732	2 687	462	905	523	121
09.2 Centros e associações comunitárias	3 035	6 557	682	1 271	216	356
09.3 Desenvolvimento rural	114	119	277	169	73	56
09.4 Emprego e treinamento	5 385	7 759	1 145	1 428	852	1 112
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	1 438	2 950	281	634	183	217
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 471	4 213	568	947	1 056	1 520
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	20 858	28 297	3 968	6 796	3 219	4 943
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	20 858	28 297	3 968	6 796	3 219	4 943

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Tabela 18 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por sexo, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL				
	Total	Sexo			
		Homem		Mulher	
		Total	Percentual em relação ao total (%)	Total	Percentual em relação ao total (%)
Total	2 272 131	772 887	34,0	1 499 244	66,0
Habitação	318	226	71,1	92	28,9
01.0 Habitação	318	226	71,1	92	28,9
Saúde	810 672	206 228	25,4	604 444	74,6
02.1 Hospitais	703 603	177 761	25,3	525 842	74,7
02.2 Outros serviços de saúde	107 069	28 467	26,6	78 602	73,4
Cultura e recreação	138 791	87 292	62,9	51 499	37,1
03.1 Cultura e arte	29 468	15 227	51,7	14 241	48,3
03.2 Esporte e recreação	109 323	72 065	65,9	37 258	34,1
Educação e pesquisa	650 735	236 230	36,3	414 505	63,7
04.1 Educação infantil	83 150	8 407	10,1	74 743	89,9
04.2 Ensino fundamental	102 000	28 188	27,6	73 812	72,4
04.3 Ensino médio	106 225	32 340	30,4	73 885	69,6
04.4 Educação superior	252 816	122 745	48,6	130 071	51,4
04.6 Estudos e pesquisas	53 322	21 605	40,5	31 717	59,5
04.7 Educação profissional	14 205	6 367	44,8	7 838	55,2
04.8 Outras formas de educação/ensino	39 017	16 578	42,5	22 439	57,5
Assistência social	276 719	75 526	27,3	201 193	72,7
05.0 Assistência social	276 719	75 526	27,3	201 193	72,7
Religião	149 995	61 205	40,8	88 790	59,2
06.0 Religião	149 995	61 205	40,8	88 790	59,2
Associações patronais e profissionais	74 110	32 100	43,3	42 010	56,7
07.3 Associações empresariais e patronais	34 658	14 823	42,8	19 835	57,2
07.4 Associações profissionais	35 095	14 447	41,2	20 648	58,8
07.5 Associações de produtores rurais	4 357	2 830	65,0	1 527	35,0
Meio ambiente e proteção animal	3 386	1 870	55,2	1 516	44,8
08.0 Meio ambiente e proteção animal	3 386	1 870	55,2	1 516	44,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	84 097	38 144	45,4	45 953	54,6
09.1 Associações de moradores	12 560	8 428	67,1	4 132	32,9
09.2 Centros e associações comunitárias	15 131	5 441	36,0	9 690	64,0
09.3 Desenvolvimento rural	2 633	1 532	58,2	1 101	41,8
09.4 Emprego e treinamento	22 177	9 691	43,7	12 486	56,3
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	7 027	2 459	35,0	4 568	65,0
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	24 569	10 593	43,1	13 976	56,9
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	83 308	34 066	40,9	49 242	59,1
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	83 308	34 066	40,9	49 242	59,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Tabela 19 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por nível de escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2016

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL							
	Total		Nível de escolaridade					
			Sem nível superior			Com nível superior		
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Percentual em relação ao total (%)	Total	Percentual (%)	Percentual em relação ao total (%)
Brasil	2 272 131	100,0	1 466 960	100,0	64,6	805 171	100,0	35,4
Norte	71 016	3,1	47 424	3,2	66,8	23 592	2,9	33,2
Rondônia	6 443	0,3	4 324	0,3	67,1	2 119	0,3	32,9
Acre	4 743	0,2	3 316	0,2	69,9	1 427	0,2	30,1
Amazonas	16 787	0,7	9 883	0,7	58,9	6 904	0,9	41,1
Roraima	1 069	0,0	639	0,0	59,8	430	0,1	40,2
Pará	32 672	1,4	22 986	1,6	70,4	9 686	1,2	29,6
Amapá	2 527	0,1	1 703	0,1	67,4	824	0,1	32,6
Tocantins	6 775	23,3	4 573	23,9	67,5	2 202	22,2	32,5
Nordeste	309 303	13,6	206 571	14,1	66,8	102 732	12,8	33,2
Maranhão	21 441	0,9	14 107	1,0	65,8	7 334	0,9	34,2
Piauí	10 037	0,4	6 421	0,4	64,0	3 616	0,4	36,0
Ceará	61 769	2,7	40 884	2,8	66,2	20 885	2,6	33,8
Rio Grande do Norte	14 043	0,6	8 880	0,6	63,2	5 163	0,6	36,8
Paraíba	14 971	0,7	9 506	0,6	63,5	5 465	0,7	36,5
Pernambuco	69 072	3,0	44 312	3,0	64,2	24 760	3,1	35,8
Alagoas	18 045	0,8	12 923	0,9	71,6	5 122	0,6	28,4
Sergipe	10 312	0,5	6 792	0,5	65,9	3 520	0,4	34,1
Bahia	89 613	80,9	62 746	80,6	70,0	26 867	81,5	30,0
Sudeste	1 323 300	58,2	845 904	57,7	63,9	477 396	59,3	36,1
Minas Gerais	251 345	11,1	171 310	11,7	68,2	80 035	9,9	31,8
Espírito Santo	36 057	1,6	24 297	1,7	67,4	11 760	1,5	32,6
Rio de Janeiro	226 943	10,0	140 133	9,6	61,7	86 810	10,8	38,3
São Paulo	808 955	27,0	510 164	26,5	63,1	298 791	28,1	36,9
Sul	401 320	17,7	255 368	17,4	63,6	145 952	18,1	36,4
Paraná	130 637	5,7	85 232	5,8	65,2	45 405	5,6	34,8
Santa Catarina	82 587	3,6	47 896	3,3	58,0	34 691	4,3	42,0
Rio Grande do Sul	188 096	12,4	122 240	13,2	65,0	65 856	11,0	35,0
Centro-Oeste	167 192	7,4	111 693	7,6	66,8	55 499	6,9	33,2
Mato Grosso do Sul	38 976	1,7	28 724	2,0	73,7	10 252	1,3	26,3
Mato Grosso	21 831	1,0	15 003	1,0	68,7	6 828	0,8	31,3
Goiás	54 543	2,4	38 305	2,6	70,2	16 238	2,0	29,8
Distrito Federal	51 842	2,3	29 661	2,0	57,2	22 181	2,8	42,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Tabela 20 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, com nível superior, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL		
	Total	Com nível superior	
		Total	Percentual em relação ao total (%)
Total	2 272 131	805 171	35,4
Habitação	318	27	8,5
01.0 Habitação	318	27	8,5
Saúde	810 672	221 408	27,3
02.1 Hospitais	703 603	181 431	25,8
02.2 Outros serviços de saúde	107 069	39 977	37,3
Cultura e recreação	138 791	29 480	21,2
03.1 Cultura e arte	29 468	10 600	36,0
03.2 Esporte e recreação	109 323	18 880	17,3
Educação e pesquisa	650 735	385 460	59,2
04.1 Educação infantil	83 150	39 652	47,7
04.2 Ensino fundamental	102 000	60 819	59,6
04.3 Ensino médio	106 225	66 569	62,7
04.4 Educação superior	252 816	172 090	68,1
04.6 Estudos e pesquisas	53 322	24 948	46,8
04.7 Educação profissional	14 205	7 546	53,1
04.8 Outras formas de educação/ensino	39 017	13 836	35,5
Assistência social	276 719	78 025	28,2
05.0 Assistência social	276 719	78 025	28,2
Religião	149 995	22 930	15,3
06.0 Religião	149 995	22 930	15,3
Associações patronais e profissionais	74 110	21 012	28,4
07.3 Associações empresariais e patronais	34 658	12 345	35,6
07.4 Associações profissionais	35 095	7 909	22,5
07.5 Associações de produtores rurais	4 357	758	17,4
Meio ambiente e proteção animal	3 386	1 165	34,4
08.0 Meio ambiente e proteção animal	3 386	1 165	34,4
Desenvolvimento e defesa de direitos	84 097	19 391	23,1
09.1 Associações de moradores	12 560	1 341	10,7
09.2 Centros e associações comunitárias	15 131	4 087	27,0
09.3 Desenvolvimento rural	2 633	826	31,4
09.4 Emprego e treinamento	22 177	2 181	9,8
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	7 027	2 071	29,5
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	24 569	8 885	36,2
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	83 308	26 273	31,5
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	83 308	26 273	31,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Qual o porte?

As FASFIL possuíam uma média de 9,8 pessoas ocupadas assalariadas, por entidade, em 2016 (Tabela 21). Essa média, no entanto, não revela as diferenças significativas existentes no porte das entidades, quando se efetua a análise por Grandes Regiões e por áreas de atuação. A média de trabalhadores assalariados nas FASFIL da Região Sudeste (9,6) foi mais que o dobro da observada na Região Nordeste (4,5). Os Hospitais contaram com uma média de 286,6 pessoas assalariadas, por exemplo, enquanto nas entidades que compõem o grupo Religião a média se restringiu a 1,8.

As diferenças no porte das entidades com as mesmas finalidades, mas localizadas em Grandes Regiões distintas do País, foram expressivas: a média do pessoal ocupado assalariado nos Hospitais da Região Sudeste foi de 327,2 pessoas por entidade, enquanto na Região Centro-Oeste, 221,7; na Educação superior, a média foi de 155,4 pessoas na Região Sudeste e de 87,3 na Região Nordeste; nas entidades de Meio ambiente e proteção animal, a média foi de 0,8 na Região Sul, enquanto na Região Norte, 8,3 pessoas. Nas entidades que prestam serviços de Assistência social, a média nacional foi de 11,9 assalariados por entidade, mas o porte dessas entidades variou de 6,9 pessoas assalariadas na Região Norte a 15,8 na Região Centro-Oeste.

Existe a predominância de pequenas entidades entre as FASFIL: 64,5% delas (152,9 mil) não possuíam nenhum empregado formalizado (Tabela 22). A forte presença do trabalho voluntário e da prestação de serviços autônomos²³ pode explicar, parcialmente, tal fenômeno, mas outras informações reforçam a afirmação anterior: enquanto 84,0% das entidades (199,1 mil) tinham menos de 5 pessoas ocupadas assalariadas, no outro extremo, apenas 1,6% das entidades (3 732 mil) possuía 100 ou mais pessoas assalariadas. Nesse pequeno grupo, no entanto, estavam concentradas 1,5 milhão de pessoas, ou 64,7% do total de assalariados.

As entidades de maior porte (com 100 ou mais pessoas assalariadas) concentraram-se fortemente na Região Sudeste, totalizando 58,3%. Em contrapartida, nas Regiões Nordeste e Norte, foram registradas apenas 17,5% (Tabela 23).

Conforme mencionado anteriormente, a atividade desenvolvida influi no porte das entidades: de um lado, 68,3% das entidades sem empregados formais eram dos grupos de Religião (37,5%), Desenvolvimento e defesa de direitos (16,4%) e Cultura e recreação (14,3%). No outro extremo, entre as 3,7 mil instituições com 100 ou mais pessoas assalariadas, 37,7% desenvolveram atividades de Educação e pesquisa e 34,3%, de Saúde, as quais requerem um maior número de profissionais (Tabela 24).

As entidades com 100 ou mais assalariados são, geralmente, as mais antigas: 48,4% foram criadas antes da década de 1980 (Tabela 25). Em posição oposta, encontram-se as entidades mais recentes, criadas no período de 2011 a 2016: 79,4% não tinham pessoal assalariado. Particularmente, em 2016, registrou-se o percentual mais alto da última década (84,7%). (Tabelas 24 e 25).

²³ Como o financiamento das entidades está muitas vezes vinculado à execução de projetos, as atividades desenvolvidas são realizadas com a contratação de terceiros, sob diferentes formas, tais como: prestadores de serviços autônomos, microempreendedores individuais e empresas de diferentes portes.

Tabela 21 - Número médio de pessoas ocupadas assalariadas das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número médio de pessoas ocupadas assalariadas das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	9,8	5,0	4,5	9,6	6,2	7,3
Habitação	2,2	6,3	3,3	1,8	0,2	5,6
01.0 Habitação	2,2	6,3	3,3	1,8	0,2	5,6
Saúde	172,8	164,1	175,5	193,0	137,6	123,4
02.1 Hospitais	286,6	264,9	286,7	327,2	225,0	221,7
02.2 Outros serviços de saúde	48,4	40,3	29,8	67,3	17,3	16,5
Cultura e recreação	4,6	5,6	3,5	7,0	2,1	4,1
03.1 Cultura e arte	2,5	5,2	2,0	3,5	1,2	2,1
03.2 Esporte e recreação	5,8	5,8	5,2	9,3	2,5	5,4
Educação e pesquisa	18,0	22,6	17,6	29,5	27,4	33,9
04.1 Educação infantil	17,9	14,4	10,0	18,7	15,0	28,5
04.2 Ensino fundamental	31,6	26,3	19,5	37,9	36,5	34,3
04.3 Ensino médio	67,5	55,9	56,2	69,3	73,4	76,2
04.4 Educação superior	129,6	100,5	87,3	134,6	155,4	120,2
04.6 Estudos e pesquisas	42,3	41,3	44,8	41,9	43,0	38,4
04.7 Educação profissional	31,9	21,4	43,2	34,4	26,5	6,4
04.8 Outras formas de educação/ensino	18,4	10,8	12,8	19,7	13,6	33,5
Assistência social	11,9	6,9	7,5	15,1	7,3	15,8
05.0 Assistência social	11,9	6,9	7,5	15,1	7,3	15,8
Religião	1,8	2,3	2,1	1,6	1,5	3,5
06.0 Religião	1,8	2,3	2,1	1,6	1,5	3,5
Associações patronais e profissionais	2,3	1,7	1,0	3,3	2,2	3,5
07.3 Associações empresariais e patronais	4,8	5,5	3,7	5,4	3,8	5,7
07.4 Associações profissionais	3,2	1,7	2,0	4,8	1,9	4,1
07.5 Associações de produtores rurais	0,4	0,2	0,3	0,7	0,4	1,1
Meio ambiente e proteção animal	2,1	8,3	1,1	2,4	0,8	2,0
08.0 Meio ambiente e proteção animal	2,1	8,3	1,1	2,4	0,8	2,0
Desenvolvimento e defesa de direitos	1,8	2,3	1,8	1,7	1,4	3,4
09.1 Associações de moradores	1,4	1,1	0,8	2,5	0,6	1,6
09.2 Centros e associações comunitárias	1,4	0,7	0,6	2,8	1,0	2,8
09.3 Desenvolvimento rural	0,7	0,2	0,7	0,3	1,4	0,5
09.4 Emprego e treinamento	26,3	51,9	21,7	34,7	10,7	32,7
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	2,2	2,3	1,9	3,7	0,9	1,7
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	15,7	21,8	29,8	11,6	4,0	22,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	5,5	6,1	5,4	6,1	3,2	7,8
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	5,5	6,1	5,4	6,1	3,2	7,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Tabela 22 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL e pessoal ocupado assalariado, segundo as faixas de pessoal ocupado assalariado - Brasil - 2016

Faixas de pessoal ocupado assalariado	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL		Pessoal ocupado assalariado	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	236 950	100,0	2 272 131	100,0
Sem pessoal ocupado	152 874	64,5	-	-
De 1 a 2 pessoas	33 802	14,3	45 493	2,0
De 3 a 4 pessoas	12 465	5,3	42 488	1,9
De 5 a 9 pessoas	12 467	5,3	82 174	3,6
De 10 a 49 pessoas	18 144	7,7	389 774	17,2
De 50 a 99 pessoas	3 466	1,5	241 984	10,7
De 100 a 499 pessoas	3 033	1,3	620 637	27,3
500 pessoas ou mais	699	0,3	849 581	37,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Tabela 23 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL, por faixas de pessoal ocupado assalariado, segundo as Grandes Regiões - 2016

Grandes Regiões	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL								
	Total	Faixas de pessoal ocupado assalariado							
		Sem pessoal ocupado	De 1 a 2 pessoas	De 3 a 4 pessoas	De 5 a 9 pessoas	De 10 a 49 pessoas	De 50 a 99 pessoas	De 100 a 499 pessoas	500 pessoas ou mais
Brasil	236 950	152 874	33 802	12 465	12 467	18 144	3 466	3 033	699
Norte	9 193	5 683	1 606	550	515	577	123	117	22
Nordeste	44 496	32 259	5 389	2 047	1 735	2 101	450	428	87
Sudeste	114 410	69 674	16 866	6 334	6 662	10 695	2 002	1 761	416
Sul	52 673	36 308	6 687	2 394	2 466	3 550	615	530	123
Centro-Oeste	16 178	8 950	3 254	1 140	1 089	1 221	276	197	51

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

**Tabela 24 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL,
segundo as faixas de pessoal ocupado assalariado e os
grupos da COPNI Ampliada - Brasil - 2016**

(continua)

Faixas de pessoal ocupado assalariado e grupos da COPNI Ampliada	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL	
	Total	Percentual (%)
Total	236 950	-
Sem pessoal ocupado	152 874	100,0
Habitação	127	0,1
Saúde	1 101	0,7
Cultura e recreação	21 919	14,3
Educação e pesquisa	5 186	3,4
Assistência social	11 929	7,8
Religião	57 388	37,5
Associações patronais e profissionais	18 503	12,1
Meio ambiente e proteção animal	1 253	0,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	25 128	16,4
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	10 340	6,8
De 1 a 2 pessoas	33 802	100,0
Habitação	13	0,0
Saúde	415	1,2
Cultura e recreação	4 718	14,0
Educação e pesquisa	1 183	3,5
Assistência social	2 762	8,2
Religião	14 124	41,8
Associações patronais e profissionais	5 686	16,8
Meio ambiente e proteção animal	216	0,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	2 264	6,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	2 421	7,2
De 3 a 4 pessoas	12 465	100,0
Habitação	9	0,1
Saúde	205	1,6
Cultura e recreação	1 586	12,7
Educação e pesquisa	641	5,1
Assistência social	1 302	10,4
Religião	5 236	42,0
Associações patronais e profissionais	1 781	14,3
Meio ambiente e proteção animal	63	0,5
Desenvolvimento e defesa de direitos	779	6,2
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	863	6,9
De 5 a 9 pessoas	12 467	100,0
Habitação	6	0,0
Saúde	261	2,1
Cultura e recreação	1 576	12,6
Educação e pesquisa	1 085	8,7
Assistência social	2 246	18,0
Religião	3 877	31,1
Associações patronais e profissionais	1 570	12,6
Meio ambiente e proteção animal	69	0,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	852	6,8
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	925	7,4

**Tabela 24 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL,
segundo as faixas de pessoal ocupado assalariado e os
grupos da COPNI Ampliada - Brasil - 2016**

(conclusão)

Faixas de pessoal ocupado assalariado e grupos da COPNI Ampliada	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL	
	Total	Percentual (%)
De 10 a 49 pessoas	18 144	100,0
Habitação	7	0,0
Saúde	973	5,4
Cultura e recreação	1 937	10,7
Educação e pesquisa	4 858	26,8
Assistência social	4 848	26,7
Religião	2 113	11,6
Associações patronais e profissionais	1 217	6,7
Meio ambiente e proteção animal	75	0,4
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 015	5,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1 101	6,1
De 50 a 99 pessoas	3 466	100,0
Habitação	1	0,0
Saúde	485	14,0
Cultura e recreação	294	8,5
Educação e pesquisa	1 467	42,3
Assistência social	619	17,9
Religião	199	5,7
Associações patronais e profissionais	128	3,7
Meio ambiente e proteção animal	10	0,3
Desenvolvimento e defesa de direitos	105	3,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	158	4,6
De 100 a 499 pessoas	3 033	100,0
Habitação	-	-
Saúde	857	28,3
Cultura e recreação	220	7,3
Educação e pesquisa	1 247	41,1
Assistência social	316	10,4
Religião	107	3,5
Associações patronais e profissionais	70	2,3
Meio ambiente e proteção animal	3	0,1
Desenvolvimento e defesa de direitos	104	3,4
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	109	3,6
De 500 pessoas ou mais	699	100,0
Habitação	-	-
Saúde	424	60,7
Cultura e recreação	18	2,6
Educação e pesquisa	161	23,0
Assistência social	45	6,4
Religião	9	1,3
Associações patronais e profissionais	7	1,0
Meio ambiente e proteção animal	-	-
Desenvolvimento e defesa de direitos	19	2,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	16	2,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

**Tabela 25 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL,
por faixas de pessoal ocupado assalariado, segundo as faixas
de ano de fundação das entidades - Brasil - 2016**

Faixas de ano de fundação das entidades	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Total		Faixas de pessoal ocupado assalariado			
			Sem pessoal ocupado		De 1 a 2 pessoas	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	236 950	100,0	152 874	100,0	33 802	100,0
Até 1970	8 617	3,6	1 871	1,2	1 204	3,6
De 1971 a 1980	23 725	10,0	8 032	5,3	5 617	16,6
De 1981 a 1990	33 850	14,3	18 462	12,1	6 466	19,1
De 1991 a 2000	55 158	23,3	37 060	24,2	8 035	23,8
De 2001 a 2010	69 944	29,5	51 201	33,5	8 519	25,2
2011	7 769	3,3	6 019	3,9	780	2,3
2012	7 511	3,2	5 822	3,8	752	2,2
2013	8 426	3,6	6 673	4,4	744	2,2
2014	8 027	3,4	6 275	4,1	691	2,0
2015	7 965	3,4	6 413	4,2	616	1,8
2016	5 958	2,5	5 046	3,3	378	1,1

Faixas de ano de fundação das entidades	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Faixas de pessoal ocupado assalariado					
	De 3 a 4 pessoas		De 5 a 9 pessoas		De 10 a 49 pessoas	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	12 465	100,0	12 467	100,0	18 144	100,0
Até 1970	617	4,9	840	6,7	2 110	11,6
De 1971 a 1980	2 666	21,4	2 635	21,1	3 434	18,9
De 1981 a 1990	2 309	18,5	2 398	19,2	3 326	18,3
De 1991 a 2000	2 770	22,2	2 740	22,0	3 501	19,3
De 2001 a 2010	2 821	22,6	2 653	21,3	3 502	19,3
2011	285	2,3	237	1,9	322	1,8
2012	233	1,9	237	1,9	327	1,8
2013	245	2,0	220	1,8	426	2,3
2014	237	1,9	213	1,7	458	2,5
2015	190	1,5	190	1,5	463	2,6
2016	92	0,7	104	0,8	275	1,5

Faixas de ano de fundação das entidades	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Faixas de pessoal ocupado assalariado					
	De 50 a 99 pessoas		De 100 a 499 pessoas		500 pessoas ou mais	
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)
Total	3 466	100,0	3 033	100,0	699	100,0
Até 1970	801	23,1	913	30,1	261	37,3
De 1971 a 1980	707	20,4	539	17,8	95	13,6
De 1981 a 1990	478	13,8	347	11,4	64	9,2
De 1991 a 2000	585	16,9	384	12,7	83	11,9
De 2001 a 2010	606	17,5	531	17,5	111	15,9
2011	59	1,7	52	1,7	15	2,1
2012	59	1,7	63	2,1	18	2,6
2013	49	1,4	53	1,7	16	2,3
2014	59	1,7	80	2,6	14	2,0
2015	41	1,2	41	1,4	11	1,6
2016	22	0,6	30	1,0	11	1,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Qual a remuneração?

Os trabalhadores assalariados das FASFIL ganharam, em média, o equivalente a 3,0 s.m. mensais em 2016²⁴. No total, a remuneração dos profissionais que trabalharam formalmente nessas entidades envolveu recursos da ordem de R\$ 80,4 bilhões, o que equivale a uma média mensal de R\$ 2 653,33 (Tabela 26). Para ilustrar o significado desses números, vale a pena mencionar que, no mesmo ano, a remuneração média de todos os assalariados das organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, ativas no CEMPRE também foi de 3,0 s.m. mensais. Assim, os salários médios observados nas FASFIL se equipararam aos demais salários no País.

O valor das remunerações variou de forma significativa entre os grupos das entidades. No piso inferior, com uma remuneração média mensal de até 2,0 s.m., encontram-se os profissionais que trabalharam nas entidades que prestam serviços nas áreas de Habitação (1,7 s.m.), Assistência Social (2,0 s.m.) e Religião (2,0 s.m.) (Gráfico 4). Entre as que proporcionaram remuneração mais alta, com 3,5 s.m., estavam as entidades de Educação e pesquisa e Meio ambiente e proteção animal.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Nota: O valor médio mensal do salário mínimo, em 2016, foi de R\$ 880,00.

²⁴ O valor médio mensal do salário mínimo, em 2016, foi de R\$ 880,00..

Tabela 26 - Salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL		
	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal	
		Em reais (R\$)	Em salários mínimos (1)
Total	80 358 495	2 653,33	3,0
Habitação	6 911	1 472,79	1,7
01.0 Habitação	6 911	1 472,79	1,7
Saúde	29 601 341	2 791,85	3,2
02.1 Hospitais	25 010 804	2 724,02	3,1
02.2 Outros serviços de saúde	4 590 537	3 230,03	3,7
Cultura e recreação	5 380 406	2 812,85	3,2
03.1 Cultura e arte	1 100 982	2 659,45	3,0
03.2 Esporte e recreação	4 279 424	2 855,22	3,2
Educação e pesquisa	27 050 033	3 093,82	3,5
04.1 Educação infantil	1 998 730	1 766,56	2,0
04.2 Ensino fundamental	3 453 335	2 509,06	2,9
04.3 Ensino médio	4 017 858	2 815,63	3,2
04.4 Educação superior	13 445 221	3 991,70	4,5
04.6 Estudos e pesquisas	2 587 183	3 581,74	4,1
04.7 Educação profissional	435 452	2 264,93	2,6
04.8 Outras formas de educação/ensino	1 112 253	2 116,18	2,4
Assistência social	6 534 563	1 750,01	2,0
05.0 Assistência social	6 534 563	1 750,01	2,0
Religião	3 486 205	1 754,69	2,0
06.0 Religião	3 486 205	1 754,69	2,0
Associações patronais e profissionais	2 888 298	2 907,68	3,3
07.3 Associações empresariais e patronais	1 721 377	3 716,63	4,2
07.4 Associações profissionais	1 031 754	2 195,04	2,5
07.5 Associações de produtores rurais	135 167	2 247,51	2,6
Meio ambiente e proteção animal	138 273	3 068,38	3,5
08.0 Meio ambiente e proteção animal	138 273	3 068,38	3,5
Desenvolvimento e defesa de direitos	2 237 651	1 981,16	2,3
09.1 Associações de moradores	286 402	1 688,46	1,9
09.2 Centros e associações comunitárias	356 209	1 773,99	2,0
09.3 Desenvolvimento rural	70 657	1 890,47	2,1
09.4 Emprego e treinamento	354 871	1 193,09	1,4
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	202 789	2 043,43	2,3
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	966 723	1 833,76	3,4
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3 034 816	1 676,73	3,0
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3 034 816	1 676,73	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

(1) O valor médio mensal do salário mínimo, em 2016, foi de R\$ 880,00.

Em termos regionais, o que mais se destaca na análise das informações da Tabela 27 é que, apenas na Região Sudeste, com 3,2 s.m., a média dos salários foi superior à média nacional das FASFIL (3,0 s.m.). A menor remuneração, em salários mínimos, foi registrada na Região Norte (2,4 s.m.). Esses valores diferem do observado nos salários médios pagos ao pessoal assalariado das organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, ativas no CEMPRE, tendo em vista que, neste caso, o maior salário médio mensal foi verificado na Região Centro-Oeste (3,5 s.m.), enquanto o menor, na Região Nordeste (2,4 s.m.).

As diferenças nas remunerações entre entidades com a mesma finalidade, mas que se localizam em Grandes Regiões distintas do País, também foram significativas. A título de exemplos, destaca-se: nas entidades de Cultura e recreação, a remuneração média, em salários mínimos, variou de 2,2 s.m., na Região Norte, a 3,5 s.m., na Região Sudeste. No grupo de Saúde, a remuneração variou de 2,5 s.m., na Região Norte, a 3,4 s.m., nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste; no Meio ambiente e proteção animal, variou de 1,9 s.m., na Região Nordeste, a 4,4 s.m., nas Regiões Norte e Centro-Oeste; e, nas Associações patronais e profissionais, a remuneração na Região Centro-Oeste (4,1 s.m.) foi 78,3% maior que a observada na Região Nordeste (2,3 s.m.).

A desagregação das informações por sexo ilustra as diferenças das remunerações entre homens e mulheres nas FASFIL. A remuneração média das mulheres foi equivalente a 76,0% da remuneração média dos homens, sendo 3,6 s.m. o salário médio mensal verificado para os homens, e 2,7 s.m., para as mulheres (Tabela 28). Comportamento semelhante foi observado na remuneração do conjunto dos trabalhadores de todas as organizações ativas do CEMPRE: enquanto o salário médio mensal foi de 3,3 s.m. para os homens, para as mulheres, apenas 2,7 s.m. A remuneração média das mulheres correspondeu a 81,8% da remuneração média dos homens, quando se consideram todas as organizações.

Diferenças nas remunerações de homens e mulheres se reproduzem entre as entidades que possuem a mesma finalidade. Nas Associações empresariais e patronais, os homens auferiram uma remuneração média de 5,2 s.m., enquanto as mulheres, 3,5 s.m.; nas entidades de Estudos e pesquisas, registraram-se 5,1 s.m. para os homens e 3,4 s.m. para as mulheres; nas entidades de Esportes e recreação, 3,7 s.m. para os homens e 2,3 s.m. para as mulheres; e em Outros serviços de saúde, 4,6 s.m. para os homens e 3,3 s.m. para as mulheres.

Em alguns subgrupos de entidades, a remuneração média mensal, em salários mínimos, das mulheres foi equivalente à dos homens: nas instituições de Ensino médio, as mulheres receberam uma remuneração média de 3,2 s.m. e os homens, 3,3 s.m.; nas Associações de moradores, 1,9 s.m. para ambos os sexos; nas instituições de Emprego e treinamento, 1,3 s.m. para os homens e 1,4 s.m. para as mulheres; e nas instituições de Meio ambiente e proteção animal, 3,5 s.m. para ambos os sexos.

Tabela 27 - Salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Salário médio mensal (s.m.)					
	Brasil	Grandes Regiões				
Norte		Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Total	3,0	2,4	2,5	3,2	3,0	3,0
Habitação	1,7	1,3	1,3	2,0	2,1	1,5
01.0 Habitação	1,7	1,3	1,3	2,0	2,1	1,5
Saúde	3,2	2,5	2,8	3,4	2,9	3,4
02.1 Hospitais	3,1	2,5	2,8	3,3	2,8	3,4
02.2 Outros serviços de saúde	3,7	3,1	2,3	3,8	3,6	3,5
Cultura e recreação	3,2	2,2	2,3	3,5	3,1	2,4
03.1 Cultura e arte	3,0	2,7	1,8	3,5	2,3	2,2
03.2 Esporte e recreação	3,2	1,8	2,6	3,5	3,3	2,4
Educação e pesquisa	3,5	2,9	2,7	3,7	3,7	3,3
04.1 Educação infantil	2,0	1,8	1,6	2,1	1,9	1,9
04.2 Ensino fundamental	2,9	2,2	2,1	3,4	2,4	2,7
04.3 Ensino médio	3,2	2,5	2,1	3,8	2,9	3,2
04.4 Educação superior	4,5	3,4	3,7	4,5	5,0	4,7
04.6 Estudos e pesquisas	4,1	3,6	2,9	4,6	3,8	4,1
04.7 Educação profissional	2,6	2,6	2,6	2,4	3,0	2,3
04.8 Outras formas de educação/ensino	2,4	2,4	2,5	2,6	2,3	1,9
Assistência social	2,0	1,6	1,8	2,0	2,0	2,0
05.0 Assistência social	2,0	1,6	1,8	2,0	2,0	2,0
Religião	2,0	1,5	1,6	2,1	1,8	2,5
06.0 Religião	2,0	1,5	1,6	2,1	1,8	2,5
Associações patronais e profissionais	3,3	2,4	2,3	3,6	2,8	4,1
07.3 Associações empresariais e patronais	4,2	3,0	2,6	5,0	3,0	5,4
07.4 Associações profissionais	2,5	1,8	2,1	2,5	2,6	2,9
07.5 Associações de produtores rurais	2,6	1,7	2,3	2,5	2,3	3,4
Meio ambiente e proteção animal	3,5	4,4	1,9	3,3	3,1	4,4
08.0 Meio ambiente e proteção animal	3,5	4,4	1,9	3,3	3,1	4,4
Desenvolvimento e defesa de direitos	2,3	2,6	1,9	2,2	2,3	3,5
09.1 Associações de moradores	1,9	1,7	1,4	2,1	1,6	1,6
09.2 Centros e associações comunitárias	2,0	1,8	1,7	2,1	2,0	1,9
09.3 Desenvolvimento rural	2,1	1,9	2,0	1,9	2,3	4,0
09.4 Emprego e treinamento	1,4	1,1	1,1	1,4	1,7	1,0
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	2,3	1,8	1,9	2,5	2,1	2,1
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	3,4	4,1	2,3	3,6	4,5	6,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,0	2,5	2,3	3,2	3,0	3,7
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,0	2,5	2,3	3,2	3,0	3,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Nota: O valor do salário mínimo utilizado para 2016 foi de R\$ 880,00.

Tabela 28 - Salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por sexo, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)		Salário médio mensal			
			Em reais (R\$)		Em salários mínimos (1)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	32 539 038	47 819 457	3 151,83	2 395,52	3,6	2,7
Habituação	4 490	2 421	1 367,67	1 717,63	1,6	2,0
01.0 Habituação	4 490	2 421	1 367,67	1 717,63	1,6	2,0
Saúde	9 432 458	20 168 883	3 507,07	2 548,76	4,0	2,9
02.1 Hospitais	7 922 680	17 088 124	3 423,32	2 488,35	3,9	2,8
02.2 Outros serviços de saúde	1 509 778	3 080 758	4 023,62	2 945,34	4,6	3,3
Cultura e recreação	3 841 765	1 538 640	3 196,95	2 163,75	3,6	2,5
03.1 Cultura e arte	606 060	494 922	2 865,91	2 443,85	3,3	2,8
03.2 Esporte e recreação	3 235 706	1 043 718	3 267,64	2 052,21	3,7	2,3
Educação e pesquisa	11 518 443	15 531 590	3 640,04	2 784,01	4,1	3,2
04.1 Educação infantil	224 458	1 774 272	1 940,65	1 746,74	2,2	2,0
04.2 Ensino fundamental	997 624	2 455 711	2 631,36	2 462,56	3,0	2,8
04.3 Ensino médio	1 262 053	2 755 805	2 913,29	2 773,05	3,3	3,2
04.4 Educação superior	7 049 237	6 395 985	4 309,79	3 691,41	4,9	4,2
04.6 Estudos e pesquisas	1 320 439	1 266 743	4 484,94	2 960,31	5,1	3,4
04.7 Educação profissional	202 648	232 804	2 353,62	2 193,00	2,7	2,5
04.8 Outras formas de educação/ensino	461 984	650 270	2 097,75	2 129,47	2,4	2,4
Assistência social	1 988 236	4 546 327	1 935,01	1 679,77	2,2	1,9
05.0 Assistência social	1 988 236	4 546 327	1 935,01	1 679,77	2,2	1,9
Religião	1 696 134	1 790 070	2 093,23	1 521,53	2,4	1,7
06.0 Religião	1 696 134	1 790 070	2 093,23	1 521,53	2,4	1,7
Associações patronais e profissionais	1 454 622	1 433 676	3 385,30	2 543,57	3,8	2,9
07.3 Associações empresariais e patronais	903 909	817 467	4 566,06	3 082,54	5,2	3,5
07.4 Associações profissionais	459 707	572 047	2 379,94	2 066,05	2,7	2,3
07.5 Associações de produtores rurais	91 006	44 161	2 359,74	2 046,88	2,7	2,3
Meio ambiente e proteção animal	77 111	61 162	3 061,16	3 077,54	3,5	3,5
08.0 Meio ambiente e proteção animal	77 111	61 162	3 061,16	3 077,54	3,5	3,5
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 077 831	1 159 820	2 111,43	1 873,73	2,4	2,1
09.1 Associações de moradores	186 743	99 658	1 681,55	1 701,55	1,9	1,9
09.2 Centros e associações comunitárias	141 024	215 185	1 914,77	1 692,44	2,2	1,9
09.3 Desenvolvimento rural	41 906	28 750	1 929,74	1 836,01	2,2	2,1
09.4 Emprego e treinamento	147 550	207 321	1 138,97	1 234,85	1,3	1,4
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	75 617	127 172	2 167,08	1 976,38	2,5	2,2
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	484 991	481 733	3 473,84	2 598,63	3,9	3,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 447 947	1 586 868	3 135,50	2 361,63	3,6	2,7
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 447 947	1 586 868	3 135,50	2 361,63	3,6	2,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

(1) O valor do salário mínimo utilizado para 2016 foi de R\$ 880,00.

Quando o foco da análise são as Grandes Regiões do País, observa-se que, em todas, os homens tiveram remuneração média superior à das mulheres. Nas Regiões Sul e Sudeste, no entanto, foram encontradas as maiores defasagens, dado que a diferença nas remunerações dos homens e mulheres foi de, no mínimo, 1 s.m. Os dados da Tabela 29 mostram ainda que, no conjunto dos assalariados das FASFIL, as menores remunerações, em salários mínimos, foram das mulheres nas Regiões Norte e Nordeste (2,3 s.m.), ao passo que as maiores foram registradas pelos homens nas Regiões Sul e Sudeste (3,8 s.m.).

Tabela 29 - Salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por Grandes Regiões e sexo, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2016

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Salário médio mensal (s.m.)					
	Brasil		Grandes Regiões			
	Homem	Mulher	Norte		Nordeste	
Homem			Mulher	Homem	Mulher	
Total	3,6	2,7	2,7	2,3	2,7	2,3
Habitação	1,6	2,0	1,2	1,5	1,3	1,4
01.0 Habitação	1,6	2,0	1,2	1,5	1,3	1,4
Saúde	4,0	2,9	2,9	2,4	3,2	2,6
02.1 Hospitais	3,9	2,8	2,8	2,3	3,2	2,6
02.2 Outros serviços de saúde	4,6	3,3	4,1	2,6	2,4	2,2
Cultura e recreação	3,6	2,5	2,2	2,2	2,6	1,8
03.1 Cultura e arte	3,3	2,8	2,7	2,7	1,8	1,8
03.2 Esporte e recreação	3,7	2,3	1,8	1,8	2,8	1,8
Educação e pesquisa	4,1	3,2	3,1	2,7	2,9	2,5
04.1 Educação infantil	2,2	2,0	1,9	1,8	1,7	1,6
04.2 Ensino fundamental	3,0	2,8	2,3	2,1	2,1	2,0
04.3 Ensino médio	3,3	3,2	2,7	2,5	2,2	2,1
04.4 Educação superior	4,9	4,2	3,5	3,3	3,7	3,7
04.6 Estudos e pesquisas	5,1	3,4	4,1	3,1	3,3	2,6
04.7 Educação profissional	2,7	2,5	2,6	2,6	2,7	2,6
04.8 Outras formas de educação/ensino	2,4	2,4	2,5	2,4	2,5	2,4
Assistência social	2,2	1,9	1,5	1,6	2,0	1,8
05.0 Assistência social	2,2	1,9	1,5	1,6	2,0	1,8
Religião	2,4	1,7	1,7	1,4	1,7	1,4
06.0 Religião	2,4	1,7	1,7	1,4	1,7	1,4
Associações patronais e profissionais	3,8	2,9	2,7	2,2	2,4	2,2
07.3 Associações empresariais e patronais	5,2	3,5	3,4	2,5	2,7	2,5
07.4 Associações profissionais	2,7	2,3	1,8	1,7	2,2	2,0
07.5 Associações de produtores rurais	2,7	2,3	1,7	1,7	2,4	2,1
Meio ambiente e proteção animal	3,5	3,5	4,6	4,0	1,9	1,9
08.0 Meio ambiente e proteção animal	3,5	3,5	4,6	4,0	1,9	1,9
Desenvolvimento e defesa de direitos	2,4	2,1	2,9	2,3	2,0	1,9
09.1 Associações de moradores	1,9	1,9	1,8	1,5	1,4	1,4
09.2 Centros e associações comunitárias	2,2	1,9	1,9	1,6	1,8	1,6
09.3 Desenvolvimento rural	2,2	2,1	1,7	2,1	2,0	2,0
09.4 Emprego e treinamento	1,3	1,4	0,9	1,2	1,0	1,3
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	2,5	2,2	1,8	1,9	1,9	2,0
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	3,9	3,0	4,7	3,4	2,5	2,1
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,6	2,7	2,4	2,5	2,7	2,0
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,6	2,7	2,4	2,5	2,7	2,0

Tabela 29 - Salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por Grandes Regiões e sexo, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2016

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Salário médio mensal (s.m.)					
	Grandes Regiões					
	Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total	3,8	2,8	3,8	2,6	3,4	2,8
Habitação	1,9	2,2	2,3	0,8	1,5	1,6
01.0 Habitação	1,9	2,2	2,3	0,8	1,5	1,6
Saúde	4,3	3,1	3,8	2,6	4,4	3,0
02.1 Hospitais	4,2	3,0	3,7	2,6	4,4	3,0
02.2 Outros serviços de saúde	4,8	3,5	5,0	3,0	4,2	3,1
Cultura e recreação	3,9	2,7	3,7	2,1	2,6	2,0
03.1 Cultura e arte	3,9	3,2	2,5	2,2	2,4	2,0
03.2 Esporte e recreação	3,9	2,5	3,9	2,0	2,6	2,0
Educação e pesquisa	4,4	3,3	4,6	3,2	3,8	3,1
04.1 Educação infantil	2,3	2,1	2,4	1,9	2,2	1,8
04.2 Ensino fundamental	3,6	3,4	2,6	2,4	2,9	2,6
04.3 Ensino médio	3,9	3,7	3,2	2,8	3,3	3,1
04.4 Educação superior	5,0	4,1	5,5	4,6	4,8	4,5
04.6 Estudos e pesquisas	5,9	3,8	5,3	2,8	4,4	3,8
04.7 Educação profissional	2,5	2,4	3,4	2,7	2,3	2,3
04.8 Outras formas de educação/ensino	2,5	2,6	2,6	2,1	1,7	2,1
Assistência social	2,2	2,0	2,3	1,9	2,2	1,8
05.0 Assistência social	2,2	2,0	2,3	1,9	2,2	1,8
Religião	2,7	1,7	2,2	1,6	2,5	2,5
06.0 Religião	2,7	1,7	2,2	1,6	2,5	2,5
Associações patronais e profissionais	4,3	3,1	3,3	2,5	4,7	3,6
07.3 Associações empresariais e patronais	6,2	4,0	3,6	2,6	6,8	4,3
07.4 Associações profissionais	2,8	2,4	3,0	2,3	3,0	2,8
07.5 Associações de produtores rurais	2,6	2,3	2,5	2,1	3,5	3,3
Meio ambiente e proteção animal	3,3	3,4	2,9	3,3	4,5	4,2
08.0 Meio ambiente e proteção animal	3,3	3,4	2,9	3,3	4,5	4,2
Desenvolvimento e defesa de direitos	2,3	2,1	2,7	2,1	3,9	3,3
09.1 Associações de moradores	2,1	2,2	2,0	1,5	1,6	1,7
09.2 Centros e associações comunitárias	2,3	2,0	2,4	1,8	2,0	1,9
09.3 Desenvolvimento rural	1,9	1,9	2,5	2,0	3,8	4,1
09.4 Emprego e treinamento	1,4	1,4	1,7	1,7	0,8	1,1
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	2,8	2,4	2,2	2,0	2,0	2,2
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	4,6	3,1	6,1	3,5	8,2	5,5
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,6	2,8	4,0	2,4	4,3	3,2
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,6	2,8	4,0	2,4	4,3	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Nota: O valor do salário mínimo utilizado para 2016 foi de R\$ 880,00.

Considerando as Grandes Regiões e os subgrupos de atuação, os salários mais elevados foram recebidos pelos homens dos subgrupos Associações empresariais e patronais (6,2 s.m.) e Estudos e pesquisas (5,9 s.m.), ambos na Região Sudeste, e Educação superior, na Região Sul (5,5 s.m.). Entre as mulheres, as melhores remunerações ocorreram na Educação superior, nas Regiões Sul (4,6 s.m.) e Centro-Oeste (4,5 s.m.), e em Meio ambiente e proteção animal (4,2 s.m.), na Região Centro-Oeste.

Os menores salários foram observados para homens e mulheres no subgrupo Emprego e treinamento. No caso masculino, os valores foram de 0,8 s.m. na Região Centro-Oeste; 0,9 s.m. na Região Norte; e 1,0 s.m. na Região Nordeste. No caso feminino, os valores foram 1,1 s.m. na Região Centro-Oeste; 1,2 s.m. na Região Norte; e 1,3 s.m. na Região Nordeste.

Conforme o esperado, o nível de escolaridade tem uma forte influência no valor da remuneração dos trabalhadores das FASFIL. A remuneração média, em salários mínimos, dos assalariados com nível de escolaridade superior foi de 5,1 s.m., enquanto a dos demais assalariados, isto é, sem nível superior, representou somente 37,3% desse valor (1,9 s.m.) (Tabela 30). Vale mencionar, no entanto, que a remuneração média dos assalariados com nível superior nas FASFIL foi 18,9% menor do que a auferida por esses assalariados do total das organizações ativas no CEMPRE (6,3 s.m.).

A diferença mais acentuada entre os ocupados com ou sem nível de escolaridade superior é observada nas remunerações das entidades de Meio ambiente e proteção animal, Associações patronais e profissionais e Saúde, com uma diferença de 5 s.m., 4,5 s.m. e 4,3 s.m., respectivamente. A remuneração média, em salários mínimos, nas entidades de Educação e pesquisa passa de 4,7 s.m., entre os ocupados com nível superior, para 1,7 s.m., entre aqueles que não possuem tal formação. No subgrupo de Educação superior, por exemplo, a remuneração dos ocupados com nível superior alcança 5,7 s.m., enquanto a dos demais assalariados é de 1,9 s.m.; no subgrupo de Estudos e pesquisas, a remuneração passa de 6,3 s.m. para 2,1 s.m., quando se comparam esses dois níveis de escolaridade.

As remunerações mais altas, em salários mínimos, para os ocupados com formação de nível superior foram concedidas pelas Associações empresariais e patronais e as entidades ligadas ao Meio ambiente e proteção animal (8,0 s.m. e 6,8 s.m., respectivamente). As entidades ligadas à Saúde também se destacaram nos Hospitais e em Outros serviços de saúde, com valores acima de 6 s.m.

Grandes contrastes podem ser observados na remuneração média, em salários mínimos, dos assalariados com escolaridade de nível superior, segundo as Grandes Regiões do País: nas Associações empresariais e patronais na Região Centro-Oeste (10,0 s.m.), tal remuneração foi duas vezes maior do que a verificada na Região Sul (5,0 s.m.); nas entidades de Meio ambiente e proteção animal, variou de 7,8 s.m., na Região Centro-Oeste, a 3,5 s.m., na Região Nordeste; nos Hospitais da Região Centro-Oeste, alcançou 7,2 s.m., enquanto nos da Região Norte, 5,5 s.m.; e, nas entidades de Educação superior da Região Sul, pontuou 6,2 s.m., ao passo que nas situadas na Região Norte, 4,3 s.m. (Tabela 31).

Vale mencionar que a remuneração dos assalariados com escolaridade de nível superior nas entidades de Educação infantil, que variou de 2,1 s.m. a 2,9 s.m. foi menor do que a média de todas as remunerações nas FASFIL (3,0 s.m.).

Tabela 30 - Salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, por nível de escolaridade, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Sem nível superior			Com nível superior		
	Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal	
		Em reais (R\$)	Em salários mínimos (1)		Em reais (R\$)	Em salários mínimos (1)
Total	32 071 403	1 646,60	1,9	48 287 092	4 467,41	5,1
Habituação	5 609	1 322,66	1,5	1 301	2 883,36	3,3
01.0 Habituação	5 609	1 322,66	1,5	1 301	2 883,36	3,3
Saúde	13 576 351	1 763,98	2,0	16 024 990	5 513,77	6,3
02.1 Hospitais	12 012 647	1 764,70	2,0	12 998 157	5 474,30	6,2
02.2 Outros serviços de saúde	1 563 703	1 758,46	2,0	3 026 834	5 689,94	6,5
Cultura e recreação	3 488 029	2 355,70	2,7	1 892 376	4 379,27	5,0
03.1 Cultura e arte	500 953	1 896,30	2,2	600 029	4 005,14	4,6
03.2 Esporte e recreação	2 987 077	2 455,46	2,8	1 292 347	4 577,82	5,2
Educação e pesquisa	5 452 089	1 539,83	1,7	21 597 944	4 151,43	4,7
04.1 Educação infantil	773 442	1 295,32	1,5	1 225 288	2 293,18	2,6
04.2 Ensino fundamental	827 354	1 509,35	1,7	2 625 981	3 170,73	3,6
04.3 Ensino médio	823 928	1 569,70	1,8	3 193 930	3 540,59	4,0
04.4 Educação superior	1 778 981	1 678,83	1,9	11 666 241	5 053,29	5,7
04.6 Estudos e pesquisas	719 792	1 866,27	2,1	1 867 390	5 547,13	6,3
04.7 Educação profissional	124 131	1 386,42	1,6	311 321	3 030,62	3,4
04.8 Outras formas de educação/ensino	404 461	1 204,92	1,4	707 793	3 726,76	4,2
Assistência social	3 419 569	1 273,68	1,4	3 114 993	2 968,87	3,4
05.0 Assistência social	3 419 569	1 273,68	1,4	3 114 993	2 968,87	3,4
Religião	2 405 292	1 428,43	1,6	1 080 913	3 567,76	4,1
06.0 Religião	2 405 292	1 428,43	1,6	1 080 913	3 567,76	4,1
Associações patronais e profissionais	1 267 786	1 778,36	2,0	1 620 512	5 778,45	6,6
07.3 Associações empresariais e patronais	576 720	1 922,98	2,2	1 144 657	7 011,90	8,0
07.4 Associações profissionais	607 803	1 672,38	1,9	423 952	3 976,92	4,5
07.5 Associações de produtores rurais	83 264	1 680,46	1,9	51 903	4 899,91	5,6
Meio ambiente e proteção animal	45 979	1 555,35	1,8	92 294	5 953,77	6,8
08.0 Meio ambiente e proteção animal	45 979	1 555,35	1,8	92 294	5 953,77	6,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	1 195 394	1 375,56	1,6	1 042 257	4 001,94	4,5
09.1 Associações de moradores	229 412	1 530,89	1,7	56 990	2 882,93	3,3
09.2 Centros e associações comunitárias	206 385	1 397,68	1,6	149 825	2 819,79	3,2
09.3 Desenvolvimento rural	39 350	1 518,54	1,7	31 306	2 731,33	3,1
09.4 Emprego e treinamento	239 715	892,53	1,0	115 156	3 990,10	4,5
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	105 092	1 500,30	1,7	97 697	3 346,69	3,8
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	375 440	1 813,99	2,1	591 284	2 903,31	5,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 215 304	1 567,79	1,8	1 819 512	2 728,45	5,8
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	1 215 304	1 567,79	1,8	1 819 512	2 728,45	5,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

(1) O valor médio mensal do salário mínimo, em 2016, foi de R\$ 880,00.

Tabela 31 - Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado com nível superior das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL, por Grandes Regiões, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL					
	Salário médio mensal do pessoal ocupado assalariado com nível superior (s.m.)					
	Brasil	Grandes Regiões				
Norte		Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Total	5,1	4,2	4,2	5,3	4,8	5,7
Habitação	3,3	-	1,2	3,6	-	4,4
01.0 Habitação	3,3	-	1,2	3,6	-	4,4
Saúde	6,3	5,8	5,8	6,5	5,7	7,1
02.1 Hospitais	6,2	5,5	5,9	6,4	5,7	7,2
02.2 Outros serviços de saúde	6,5	7,1	4,6	6,7	6,0	5,4
Cultura e recreação	5,0	3,8	2,9	5,5	4,1	4,2
03.1 Cultura e arte	4,6	4,1	2,5	5,2	3,3	3,3
03.2 Esporte e recreação	5,2	3,4	3,5	5,6	4,3	4,5
Educação e pesquisa	4,7	3,8	3,5	5,0	4,8	4,9
04.1 Educação infantil	2,6	2,2	2,1	2,6	2,5	2,9
04.2 Ensino fundamental	3,6	2,7	2,6	4,4	2,9	3,4
04.3 Ensino médio	4,0	3,2	2,5	4,8	3,6	4,0
04.4 Educação superior	5,7	4,3	4,6	5,8	6,2	6,0
04.6 Estudos e pesquisas	6,3	5,6	4,4	7,0	6,1	6,3
04.7 Educação profissional	3,4	3,7	3,3	3,6	3,4	3,4
04.8 Outras formas de educação/ensino	4,2	3,5	3,6	4,3	3,7	5,4
Assistência social	3,4	2,9	3,0	3,4	2,8	4,8
05.0 Assistência social	3,4	2,9	3,0	3,4	2,8	4,8
Religião	4,1	2,6	2,9	4,2	2,9	6,2
06.0 Religião	4,1	2,6	2,9	4,2	2,9	6,2
Associações patronais e profissionais	6,6	5,6	4,3	7,2	4,7	8,1
07.3 Associações empresariais e patronais	8,0	6,7	5,3	8,9	5,0	10,0
07.4 Associações profissionais	4,5	2,9	3,4	4,8	4,0	5,4
07.5 Associações de produtores rurais	5,6	2,8	4,9	5,8	4,5	6,8
Meio ambiente e proteção animal	6,8	6,2	3,5	7,1	6,6	7,8
08.0 Meio ambiente e proteção animal	6,8	6,2	3,5	7,1	6,6	7,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	5,1	4,3	4,2	5,4	4,8	5,8
09.1 Associações de moradores	3,3	3,1	1,6	3,9	2,2	2,9
09.2 Centros e associações comunitárias	3,2	3,0	2,9	3,3	3,3	2,6
09.3 Desenvolvimento rural	3,1	4,5	2,9	3,1	2,8	5,2
09.4 Emprego e treinamento	4,5	3,9	3,2	5,0	4,3	3,9
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	3,8	3,2	3,3	4,1	2,8	4,2
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	5,7	5,6	3,3	5,7	6,4	10,7
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	5,8	4,6	4,2	6,1	5,2	6,8
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	5,8	4,6	4,2	6,1	5,2	6,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2016.

Nota: O valor do salário mínimo médio utilizado para 2016 foi de R\$ 880,00

O crescimento recente das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

De 2010 a 2016, a totalidade de unidades locais das organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, ativas no CEMPRES registrou perda de 0,2%. As entidades sem fins lucrativos tiveram perda de 5,4%, enquanto as entidades empresariais mantiveram-se praticamente estáveis, com variação percentual de 0,4%. Dentre as entidades sem fins lucrativos, as FASFIL tiveram perda de 16,5% no número de unidades locais; Outras entidades privadas sem fins lucrativos, por sua vez, tiveram ganho de 6,2%.

Com a redução de 16,5%, o número de FASFIL no Brasil passou de 283,8 mil unidades em 2010 para 237,0 mil em 2016. Cabe destacar que de 2010 a 2013 a variação percentual foi de -2,9%, e, de 2013 a 2016, de 14,0%, diferentemente do registrado nos estudos anteriores, que mostraram crescimento no número de tais instituições.

Tabela 32 - Número de unidades locais ativas no Cadastro Central de Empresas - CEMPRES, com indicação de variação percentual, segundo o tipo de entidade - Brasil - 2010/2016

Tipo de entidade	Número de unidades locais ativas no Cadastro Central de Empresas - CEMPRES					
	Total			Variação percentual (%)		
	2010	2013	2016	2010/2013	2013/2016	2010/2016
Total	5 551 915	5 874 465	5 542 008	5,8	(-) 5,7	(-) 0,2
Entidades sem fins lucrativos	556 846	566 846	526 841	1,8	(-) 7,1	(-) 5,4
Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos - FASFIL	283 812	275 662	236 950	(-) 2,9	(-) 14,0	(-) 16,5
Outras entidades privadas sem fins lucrativos	273 034	291 184	289 891	6,6	(-) 0,4	6,2
Entidades empresariais (1)	4 969 980	5 281 566	4 988 440	6,3	(-) 5,5	0,4
Outras entidades constantes no CEMPRES	25 089	26 053	26 727	3,8	2,6	6,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2010/2016.

(1) Entidades empresariais compreendem também as pessoas físicas equiparadas às jurídicas.

Uma análise mais detalhada da evolução recente das FASFIL, de 2010 a 2016, indica mudanças nas tendências observadas em períodos anteriores. Em 2016, todos os grupos apresentaram variação percentual negativa quando comparados com 2010, sobretudo Habitação (-37,5%); Associações patronais e profissionais (-32,1%); e Desenvolvimento e defesa de direitos (-27,9%). Assistência social (-21,6%) e Cultura e recreação (-21,0%) também tiveram grandes perdas, enquanto Religião registrou decréscimo de apenas 0,6%. Em números absolutos, os maiores decréscimos foram verificados nas entidades dos grupos Associações patronais e profissionais (-13,7 mil unidades) e Desenvolvimento e defesa de direitos (-11,8 mil unidades). Ao analisar o período de 2010 a 2013, constata-se que apenas três grupos não apresentaram variação negativa no número de entidades: Cultura e recreação (1,2%), Religião (0,8%) e Outras instituições privadas sem fins lucrativos (10,7%). No período 2013/2016 todos os grupos apresentaram variação percentual negativa. (Tabela 33).

Tabela 33 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL, com indicação da variação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010/2016

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL				
	2010		2013		Variação percentual 2010/2013 (%)
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	
Total	283 812	100,0	275 662	100,0	(-) 2,9
Habitação	261	0,1	228	0,1	(-) 12,6
01.0 Habitação	261	0,1	228	0,1	(-) 12,6
Saúde	5 133	1,8	4 892	1,8	(-) 4,7
02.1 Hospitais	2 493	0,9	2 517	0,9	1,0
02.2 Outros serviços de saúde	2 640	0,9	2 375	0,9	(-) 10,0
Cultura e recreação	40 870	14,4	41 353	15,0	1,2
03.1 Cultura e arte	14 594	5,1	18 037	6,5	23,6
03.2 Esporte e recreação	26 276	9,3	23 316	8,5	(-) 11,3
Educação e pesquisa	19 611	6,9	16 943	6,1	(-) 13,6
04.1 Educação infantil	4 183	1,5	4 032	1,5	(-) 3,6
04.2 Ensino fundamental	4 613	1,6	3 725	1,4	(-) 19,2
04.3 Ensino médio	1 782	0,6	1 669	0,6	(-) 6,3
04.4 Educação superior	2 074	0,7	2 140	0,8	3,2
04.6 Estudos e pesquisas	2 096	0,7	2 181	0,8	4,1
04.7 Educação profissional	544	0,2	482	0,2	(-) 11,4
04.8 Outras formas de educação/ensino	4 319	1,5	2 714	1,0	(-) 37,2
Assistência social	30 706	10,8	28 377	10,3	(-) 7,6
05.0 Assistência social	30 706	10,8	28 377	10,3	(-) 7,6
Religião	83 542	29,4	84 251	30,6	0,8
06.0 Religião	83 542	29,4	84 251	30,6	0,8
Associações patronais e profissionais	42 633	15,0	38 387	13,9	(-) 10,0
07.3 Associações empresariais e patronais	7 340	2,6	8 044	2,9	9,6
07.4 Associações profissionais	16 310	5,7	14 334	5,2	(-) 12,1
07.5 Associações de produtores rurais	18 983	6,7	16 009	5,8	(-) 15,7
Meio ambiente e proteção animal	2 127	0,7	1 727	0,6	(-) 18,8
08.0 Meio ambiente e proteção animal	2 127	0,7	1 727	0,6	(-) 18,8
Desenvolvimento e defesa de direitos	41 999	14,8	40 762	14,8	(-) 2,9
09.1 Associações de moradores	13 977	4,9	12 501	4,5	(-) 10,6
09.2 Centros e associações comunitárias	17 107	6,0	15 746	5,7	(-) 8,0
09.3 Desenvolvimento rural	3 429	1,2	5 534	2,0	61,4
09.4 Emprego e treinamento	608	0,2	731	0,3	20,2
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	4 844	1,7	4 245	1,5	(-) 12,4
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 034	0,7	2 005	0,7	(-) 1,4
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	16 930	6,0	18 742	6,8	10,7
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	16 930	6,0	18 742	6,8	10,7

Tabela 33 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL, com indicação da variação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010/2016

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL			
	2016		Variação percentual 2013/2016 (%)	Variação percentual 2010/2016 (%)
	Total	Percentual (%)		
Total	236 950	100,0	(-) 14,0	(-) 16,5
Habitação	163	0,1	(-) 28,5	(-) 37,5
01.0 Habitação	163	0,1	(-) 28,5	(-) 37,5
Saúde	4 721	2,0	(-) 3,5	(-) 8,0
02.1 Hospitais	2 464	1,0	(-) 2,1	(-) 1,2
02.2 Outros serviços de saúde	2 257	1,0	(-) 5,0	(-) 14,5
Cultura e recreação	32 268	13,6	(-) 22,0	(-) 21,0
03.1 Cultura e arte	12 552	5,3	(-) 30,4	(-) 14,0
03.2 Esporte e recreação	19 716	8,3	(-) 15,4	(-) 25,0
Educação e pesquisa	15 828	6,7	(-) 6,6	(-) 19,3
04.1 Educação infantil	4 872	2,1	20,8	16,5
04.2 Ensino fundamental	3 349	1,4	(-) 10,1	(-) 27,4
04.3 Ensino médio	1 627	0,7	(-) 2,5	(-) 8,7
04.4 Educação superior	1 999	0,8	(-) 6,6	(-) 3,6
04.6 Estudos e pesquisas	1 315	0,6	(-) 39,7	(-) 37,3
04.7 Educação profissional	464	0,2	(-) 3,7	(-) 14,7
04.8 Outras formas de educação/ensino	2 202	0,9	(-) 18,9	(-) 49,0
Assistência social	24 067	10,2	(-) 15,2	(-) 21,6
05.0 Assistência social	24 067	10,2	(-) 15,2	(-) 21,6
Religião	83 053	35,1	(-) 1,4	(-) 0,6
06.0 Religião	83 053	35,1	(-) 1,4	(-) 0,6
Associações patronais e profissionais	28 962	12,2	(-) 24,6	(-) 32,1
07.3 Associações empresariais e patronais	7 457	3,1	(-) 7,3	1,6
07.4 Associações profissionais	11 132	4,7	(-) 22,3	(-) 31,7
07.5 Associações de produtores rurais	10 373	4,4	(-) 35,2	(-) 45,4
Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,7	(-) 2,2	(-) 20,6
08.0 Meio ambiente e proteção animal	1 689	0,7	(-) 2,2	(-) 20,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	30 266	12,8	(-) 25,7	(-) 27,9
09.1 Associações de moradores	9 162	3,9	(-) 26,7	(-) 34,4
09.2 Centros e associações comunitárias	10 918	4,6	(-) 30,7	(-) 36,2
09.3 Desenvolvimento rural	4 291	1,8	(-) 22,5	25,1
09.4 Emprego e treinamento	871	0,4	19,2	43,3
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	3 430	1,4	(-) 19,2	(-) 29,2
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	1 594	0,7	(-) 20,5	(-) 21,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	15 933	6,7	(-) 15,0	(-) 5,9
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	15 933	6,7	(-) 15,0	(-) 5,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2010/2016.

Nas áreas mais diretamente relacionadas às políticas públicas governamentais, observou-se queda em Educação e pesquisa, que teve perda de 3,8 mil entidades (-19,3%), sendo a maior ocorrida no período de 2010 a 2013 (-13,6%). Nesse grupo, apenas Educação infantil apresentou variação positiva de 2010 a 2016, com crescimento de 16,5%, passando de 4,2 mil para 4,9 mil unidades. O grupo de Saúde perdeu 412 unidades (-8,0%), Cultura e recreação perdeu 8,6 mil unidades (-21,0%), e Assistência social teve queda de 6,6 mil unidades (-21,6%).

De 2010 a 2016, as entidades de defesa de direitos e interesses dos cidadãos perderam o dinamismo de crescimento observado nos períodos anteriores, apresentando, em 2016, valores absolutos em torno de 59 mil entidades.

Ao analisar tais resultados por Grandes Regiões, também se observa que as variações seguiram ritmos distintos no período de 2010 e 2016 (Tabela 34). A Região Norte perdeu 32,9% das entidades, seguida pela Região Nordeste, que registrou queda de 30,9%. Nessas duas regiões, a redução ocorrida foi superior à média nacional (-16,5%). A Região Sul perdeu 14,7%, seguida das Regiões Centro-Oeste (-10,8%) e Sudeste (-9,1%). Embora a Região Sudeste tenha apresentado o menor decréscimo em termos de variação percentual, a queda no número de entidades, em valores absolutos, foi a segunda mais elevada (11,5 mil), inferior apenas à registrada na Região Nordeste, cuja baixa alcançou 19,9 mil unidades. Vale destacar que as maiores reduções, em todas as Grandes Regiões, ocorreram no período de 2013 a 2016. A Região Sudeste, porém, até apresentou variação positiva no período de 2010 a 2013.

Tabela 34 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL, com indicação da variação percentual, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010/2016

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL				
	2010		2013		Variação percentual 2010/2013 (%)
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	
Brasil	283 812	100,0	275 662	100,0	(-) 2,9
Norte	13 695	4,8	13 217	4,8	(-) 3,5
Rondônia	2 315	0,8	2 421	0,9	4,6
Acre	709	0,2	842	0,3	18,8
Amazonas	2 203	0,8	1 978	0,7	(-) 10,2
Roraima	319	0,1	316	0,1	(-) 0,9
Pará	6 071	2,1	5 604	2,0	(-) 7,7
Amapá	378	0,1	378	0,1	0,0
Tocantins	1 700	0,6	1 678	0,6	(-) 1,3
Nordeste	64 352	22,7	58 913	21,4	(-) 8,5
Maranhão	6 464	2,3	5 663	2,1	(-) 12,4
Piauí	4 149	1,5	3 852	1,4	(-) 7,2
Ceará	12 685	4,5	11 914	4,3	(-) 6,1
Rio Grande do Norte	3 942	1,4	3 207	1,2	(-) 18,6
Paraíba	5 406	1,9	4 762	1,7	(-) 11,9
Pernambuco	8 545	3,0	7 962	2,9	(-) 6,8
Alagoas	2 195	0,8	1 664	0,6	(-) 24,2
Sergipe	2 648	0,9	2 535	0,9	(-) 4,3
Bahia	18 318	6,5	17 354	6,3	(-) 5,3
Sudeste	125 890	44,4	126 026	45,7	0,1
Minas Gerais	36 229	12,8	35 545	12,9	(-) 1,9
Espírito Santo	6 160	2,2	6 484	2,4	5,3
Rio de Janeiro	24 987	8,8	25 046	9,1	0,2
São Paulo	58 514	20,6	58 951	21,4	0,7
Sul	61 732	21,8	59 571	21,6	(-) 3,5
Paraná	20 489	7,2	20 053	7,3	(-) 2,1
Santa Catarina	16 166	5,7	15 463	5,6	(-) 4,3
Rio Grande do Sul	25 077	8,8	24 055	8,7	(-) 4,1
Centro-Oeste	18 143	6,4	17 935	6,5	(-) 1,1
Mato Grosso do Sul	3 673	1,3	3 589	1,3	(-) 2,3
Mato Grosso	3 744	1,3	3 551	1,3	(-) 5,2
Goiás	6 423	2,3	6 448	2,3	0,4
Distrito Federal	4 303	1,5	4 347	1,6	1,0

Tabela 34 - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - F ASFIL, com indicação da variação percentual, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010/2016

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL			
	2016		Variação percentual 2013/2016 (%)	Variação percentual 2010/2016 (%)
	Total	Percentual (%)		
Brasil	236 950	100,0	(-) 14,0	(-) 16,5
Norte	9 193	3,9	(-) 30,4	(-) 32,9
Rondônia	1 839	0,8	(-) 24,0	(-) 20,6
Acre	457	0,2	(-) 45,7	(-) 35,5
Amazonas	1 462	0,6	(-) 26,1	(-) 33,6
Roraima	213	0,1	(-) 32,6	(-) 33,2
Pará	3 622	1,5	(-) 35,4	(-) 40,3
Amapá	276	0,1	(-) 27,0	(-) 27,0
Tocantins	1 324	0,6	(-) 21,1	(-) 22,1
Nordeste	44 496	18,8	(-) 24,5	(-) 30,9
Maranhão	3 451	1,5	(-) 39,1	(-) 46,6
Piauí	2 570	1,1	(-) 33,3	(-) 38,1
Ceará	8 771	3,7	(-) 26,4	(-) 30,9
Rio Grande do Norte	2 370	1,0	(-) 26,1	(-) 39,9
Paraíba	4 004	1,7	(-) 15,9	(-) 25,9
Pernambuco	6 071	2,6	(-) 23,8	(-) 29,0
Alagoas	1 686	0,7	1,3	(-) 23,2
Sergipe	1 936	0,8	(-) 23,6	(-) 26,9
Bahia	13 637	5,8	(-) 21,4	(-) 25,6
Sudeste	114 410	48,3	(-) 9,2	(-) 9,1
Minas Gerais	31 309	13,2	(-) 11,9	(-) 13,6
Espírito Santo	6 048	2,6	(-) 6,7	(-) 1,8
Rio de Janeiro	21 944	9,3	(-) 12,4	(-) 12,2
São Paulo	55 109	23,3	(-) 6,5	(-) 5,8
Sul	52 673	22,2	(-) 11,6	(-) 14,7
Paraná	18 055	7,6	(-) 10,0	(-) 11,9
Santa Catarina	12 930	5,5	(-) 16,4	(-) 20,0
Rio Grande do Sul	21 688	9,2	(-) 9,8	(-) 13,5
Centro-Oeste	16 178	6,8	(-) 9,8	(-) 10,8
Mato Grosso do Sul	3 388	1,4	(-) 5,6	(-) 7,8
Mato Grosso	3 275	1,4	(-) 7,8	(-) 12,5
Goiás	5 700	2,4	(-) 11,6	(-) 11,3
Distrito Federal	3 815	1,6	(-) 12,2	(-) 11,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2010/2016.

De 2010 a 2016, merece destaque o aumento de 11,7% no pessoal ocupado assalariado, embora tenha ocorrido queda no número de FASFIL (-16,5%). Nesse período, foram criados 238,5 mil postos assalariados em tais entidades (Tabela 35). Comparando esse resultado com o crescimento de 3,5% verificado no número de pessoas assalariadas em todas as organizações ativas no CEMPRE, o ritmo de geração de postos assalariados nas FASFIL foi acelerado.

Tabela 35 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, com indicação da variação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010/2016

(continua)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL				
	Pessoal ocupado assalariado				
	2010		2013		Variação percentual 2010/2013 (%)
	Total	Percentual (%)	Total	Percentual (%)	
Total	2 033 613	100,0	2 229 249	100,0	9,6
Habitação	432	0,0	369	0,0	(-) 14,6
01.0 Habitação	432	0,0	369	0,0	(-) 14,6
Saúde	646 040	31,8	772 569	34,7	19,6
02.1 Hospitais	564 139	27,7	672 593	30,2	19,2
02.2 Outros serviços de saúde	81 901	4,0	99 976	4,5	22,1
Cultura e recreação	143 123	7,0	154 684	6,9	8,1
03.1 Cultura e arte	34 832	1,7	41 935	1,9	20,4
03.2 Esporte e recreação	108 291	5,3	112 749	5,1	4,1
Educação e pesquisa	627 580	30,9	644 462	28,9	2,7
04.1 Educação infantil	57 177	2,8	65 854	3,0	15,2
04.2 Ensino fundamental	89 290	4,4	93 848	4,2	5,1
04.3 Ensino médio	94 948	4,7	99 420	4,5	4,7
04.4 Educação superior	260 868	12,8	262 138	11,8	0,5
04.6 Estudos e pesquisas	64 428	3,2	67 316	3,0	4,5
04.7 Educação profissional	16 033	0,8	16 230	0,7	1,2
04.8 Outras formas de educação/ensino	44 836	2,2	39 656	1,8	(-) 11,6
Assistência social	277 344	13,6	279 585	12,5	0,8
05.0 Assistência social	277 344	13,6	279 585	12,5	0,8
Religião	121 030	6,0	133 244	6,0	10,1
06.0 Religião	121 030	6,0	133 244	6,0	10,1
Associações patronais e profissionais	88 449	4,3	89 963	4,0	1,7
07.3 Associações empresariais e patronais	33 012	1,6	36 737	1,6	11,3
07.4 Associações profissionais	48 996	2,4	47 970	2,2	(-) 2,1
07.5 Associações de produtores rurais	6 441	0,3	5 256	0,2	(-) 18,4
Meio ambiente e proteção animal	5 123	0,3	2 954	0,1	(-) 42,3
08.0 Meio ambiente e proteção animal	5 123	0,3	2 954	0,1	(-) 42,3
Desenvolvimento e defesa de direitos	75 522	3,7	78 504	3,5	3,9
09.1 Associações de moradores	12 042	0,6	9 818	0,4	(-) 18,5
09.2 Centros e associações comunitárias	16 069	0,8	20 197	0,9	25,7
09.3 Desenvolvimento rural	996	0,0	2 640	0,1	165,1
09.4 Emprego e treinamento	12 199	0,6	17 152	0,8	40,6
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	11 110	0,5	6 818	0,3	(-) 38,6
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	23 106	1,1	21 879	1,0	(-) 5,3
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	48 970	2,4	72 915	3,3	48,9
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	48 970	2,4	72 915	3,3	48,9

Tabela 35 - Pessoal ocupado assalariado das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, com indicação da variação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010/2016

(conclusão)

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL			
	Pessoal ocupado assalariado			
	2016		Variação percentual 2013/2016 (%)	Variação percentual 2010/2016 (%)
	Total	Percentual (%)		
Total	2 272 131	100,0	1,9	11,7
Habitação	318	0,0	(-) 13,8	(-) 26,4
01.0 Habitação	318	0,0	(-) 13,8	(-) 26,4
Saúde	810 672	35,7	4,9	25,5
02.1 Hospitais	703 603	31,0	4,6	24,7
02.2 Outros serviços de saúde	107 069	4,7	7,1	30,7
Cultura e recreação	138 791	6,1	(-) 10,3	(-) 3,0
03.1 Cultura e arte	29 468	1,3	(-) 29,7	(-) 15,4
03.2 Esporte e recreação	109 323	4,8	(-) 3,0	1,0
Educação e pesquisa	650 735	28,6	1,0	3,7
04.1 Educação infantil	83 150	3,7	26,3	45,4
04.2 Ensino fundamental	102 000	4,5	8,7	14,2
04.3 Ensino médio	106 225	4,7	6,8	11,9
04.4 Educação superior	252 816	11,1	(-) 3,6	(-) 3,1
04.6 Estudos e pesquisas	53 322	2,3	(-) 20,8	(-) 17,2
04.7 Educação profissional	14 205	0,6	(-) 12,5	(-) 11,4
04.8 Outras formas de educação/ensino	39 017	1,7	(-) 1,6	(-) 13,0
Assistência social	276 719	12,2	(-) 1,0	(-) 0,2
05.0 Assistência social	276 719	12,2	(-) 1,0	(-) 0,2
Religião	149 995	6,6	12,6	23,9
06.0 Religião	149 995	6,6	12,6	23,9
Associações patronais e profissionais	74 110	3,3	(-) 17,6	(-) 16,2
07.3 Associações empresariais e patronais	34 658	1,5	(-) 5,7	5,0
07.4 Associações profissionais	35 095	1,5	(-) 26,8	(-) 28,4
07.5 Associações de produtores rurais	4 357	0,2	(-) 17,1	(-) 32,4
Meio ambiente e proteção animal	3 386	0,1	14,6	(-) 33,9
08.0 Meio ambiente e proteção animal	3 386	0,1	14,6	(-) 33,9
Desenvolvimento e defesa de direitos	84 097	3,7	7,1	11,4
09.1 Associações de moradores	12 560	0,6	27,9	4,3
09.2 Centros e associações comunitárias	15 131	0,7	(-) 25,1	(-) 5,8
09.3 Desenvolvimento rural	2 633	0,1	(-) 0,3	164,4
09.4 Emprego e treinamento	22 177	1,0	29,3	81,8
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	7 027	0,3	3,1	(-) 36,8
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	34 665	1,5	58,4	50,0
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	5,6	73,8	158,7
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	126 704	5,6	73,8	158,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2010/2016.

Proporcionalmente, o crescimento do pessoal ocupado, de 2010 a 2016, foi mais significativo nas entidades de Saúde (25,5%), Religião (23,9%) e Desenvolvimento e defesa de direitos (11,4%), porém, em termos de empregos criados, as diferenças entre esses grupos são grandes. Enquanto, na Saúde, foram criados 164,6 mil empregos novos, na Religião foram 29,0 mil, e no Desenvolvimento e defesa de direitos, apenas 8,6 mil. Cabe destacar que o crescimento maior dos assalariados na Saúde ocorreu no período de 2010 a 2013 (19,6%), enquanto nos grupos Desenvolvimento e defesa de direitos e Religião os maiores ganhos foram verificados no período de 2013 a 2016 (7,1% e 12,6%, respectivamente) (Tabela 35).

Na distribuição dos trabalhadores assalariados, as entidades de Saúde e Educação e pesquisa permaneceram concentrando a maior parte desse contingente: nelas se encontram mais da metade dos trabalhadores das FASFIL, tanto em 2010, quanto em 2016. Não obstante, no período de 2010 a 2016, cresceu a participação dos trabalhadores da área de Saúde no total dos assalariados das FASFIL e se reduziu a dos trabalhadores da área de Educação e pesquisa. Nesta última, observa-se que a redução de pessoal ocorreu nas entidades de Educação superior (-3,1%); Estudos e pesquisas (-17,2%); Educação profissional (-11,4%); e Outras formas de educação/ensino (-13,0%). Por outro lado, vale destacar que Educação infantil teve variação de 45,4% no pessoal assalariado de 2010 para 2016, passando de 57,2 mil para 83,2 mil assalariados. Sendo assim, a participação de assalariados em Educação infantil passou de 2,8%, em 2010, para 3,7% em 2016.

Outras modificações ocorridas no interior dos grupos merecem ser destacadas. Na Saúde, o número de trabalhadores em Hospitais representava 87,3%, em 2010, e reduziu-se para 86,8% em 2016. Isso significa que, de 2010 a 2016, a ocupação cresceu mais nas entidades que prestam Outros serviços de saúde, as quais registraram variação de 30,7%, enquanto Hospitais apresentaram variação de 24,7%. Em Cultura e recreação, o crescimento dos assalariados foi de 1,0% em Esportes e recreação, porém houve queda de 15,4% em Cultura e arte. Com relação ao Desenvolvimento e defesa de direitos, o crescimento dos assalariados foi concentrado nas entidades de Desenvolvimento rural (164,4%); Emprego e treinamento (81,8%); e Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos (50,0%).

Como o ritmo de expansão dos empregos formais nas FASFIL superou o de criação de entidades, movimento contrário ao observado no período anterior, elevou-se o número de pessoal ocupado assalariado por instituição: a média de 7,2 pessoas ocupadas por entidade, em 2010, passou para 9,8 em 2016 (Tabela 36).

Tabela 36 - Número médio de pessoas ocupadas assalariadas das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, com indicação da variação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - 2010/2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL					
	Número médio de pessoas ocupadas assalariadas					
	Total			Variação percentual (%)		
	2010	2013	2016	2010/2013	2013/2016	2010/2016
Total	7,2	8,2	9,8	13,4	20,6	36,7
Habitação	1,6	1,6	2,2	1,7	39,5	41,9
01.0 Habitação	1,6	1,6	2,2	1,7	39,5	41,9
Saúde	122,7	154,7	172,8	26,1	11,7	40,8
02.1 Hospitais	222,0	261,5	286,6	17,8	9,6	29,1
02.2 Outros serviços de saúde	28,9	41,4	48,4	43,4	16,9	67,6
Cultura e recreação	3,5	3,7	4,6	5,8	22,1	29,2
03.1 Cultura e arte	2,4	2,3	2,5	(-) 4,9	11,1	5,7
03.2 Esporte e recreação	4,2	4,9	5,8	16,9	20,4	40,7
Educação e pesquisa	32,8	39,0	42,5	19,1	8,9	29,7
04.1 Educação infantil	14,2	16,8	17,9	18,6	6,3	26,2
04.2 Ensino fundamental	20,1	26,2	31,6	30,4	20,8	57,5
04.3 Ensino médio	55,2	61,7	67,5	11,7	9,4	22,2
04.4 Educação superior	128,5	125,1	129,6	(-) 2,6	3,6	0,8
04.6 Estudos e pesquisas	30,1	30,3	42,3	0,8	39,2	40,3
04.7 Educação profissional	30,0	35,2	31,9	17,6	-9,5	6,4
04.8 Outras formas de educação/ensino	10,7	15,5	18,4	44,6	18,2	70,8
Assistência social	9,2	10,1	11,9	9,4	18,4	29,4
05.0 Assistência social	9,2	10,1	11,9	9,4	18,4	29,4
Religião	1,4	1,7	1,8	18,1	8,4	28,0
06.0 Religião	1,4	1,7	1,8	18,1	8,4	28,0
Associações patronais e profissionais	2,1	2,4	2,6	12,6	11,5	25,6
07.3 Associações empresariais e patronais	4,6	4,6	4,8	(-) 0,7	4,8	4,1
07.4 Associações profissionais	3,0	3,4	3,2	13,0	-3,6	9,0
07.5 Associações de produtores rurais	0,4	0,4	0,4	(-) 4,4	21,6	16,2
Meio ambiente e proteção animal	2,6	1,8	2,1	(-) 33,0	17,3	(-) 21,5
08.0 Meio ambiente e proteção animal	2,6	1,8	2,1	(-) 33,0	17,3	(-) 21,5
Desenvolvimento e defesa de direitos	1,8	1,9	2,9	8,4	50,5	63,2
09.1 Associações de moradores	0,9	0,8	1,4	(-) 14,0	83,4	57,8
09.2 Centros e associações comunitárias	0,9	1,3	1,4	34,8	12,7	51,9
09.3 Desenvolvimento rural	0,3	0,5	0,7	64,2	36,1	123,4
09.4 Emprego e treinamento	18,5	21,6	26,3	16,6	21,6	41,7
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	2,3	1,7	2,2	(-) 27,2	32,4	(-) 3,6
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	10,8	11,3	15,7	4,8	39,1	45,9
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,0	3,9	5,5	28,9	39,9	80,3
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3,0	3,9	5,5	28,9	39,9	80,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2010/2016.

A modificação no porte não foi homogênea entre os diferentes grupos de entidades. Os maiores crescimentos ocorreram em Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente (80,3%) e Desenvolvimento e defesa de direitos (63,2%), sendo que esta ocupou, em média, um número reduzido de assalariados: 2,9 pessoas em 2016. As mudanças que chamam mais a atenção foram assinaladas nas entidades de Saúde e Educação e pesquisa. Na Saúde, que tradicionalmente concentra as entidades de maior porte, observou-se um dos maiores crescimentos médios no período: de 122,7 ocupados por organização, em 2010, para 172,8 em 2016. Na Educação e pesquisa, a média de pessoas ocupadas assalariadas passou de 32,8, em 2010, para 42,5 em 2016. É importante destacar que as maiores variações em Saúde, Educação e pesquisa, Religião e Associações patronais ocorreram no período de 2010 a 2013, com variações de 26,1%, 19,1%, 18,1% e 12,6% respectivamente. Meio ambiente e proteção animal foi o único grupo que apresentou queda na média de pessoal ocupado de 2010 para 2016 (-21,5%), sendo que a variação no período 2010/2013 foi negativa (-33,0%) e no período 2013/2016 foi positiva (17,3%) (Tabela 36).

As entidades dos grupos de Habitação, Cultura e recreação, Assistência social, Desenvolvimento e defesa e Outras instituições privadas sem fins lucrativos também apresentaram, no período de 2010 a 2016, crescimentos importantes, superiores a 20%, no número de ocupados assalariados. Nesses grupos, no entanto, as maiores variações percentuais foram observadas no período de 2013 a 2016.

No que se refere à remuneração dos trabalhadores nas FASFIL, no período de 2010 a 2016, houve uma elevação, em termos reais, de 8,2% – os salários médios mensais passaram de R\$ 2 451,48 para R\$ 2 672,25 –, sendo que no período mais recente, de 2013 a 2016, houve perda de 0,7% (Tabela 37). Observando-se essa elevação recente nas remunerações e no número de pessoas ocupadas nas FASFIL, em paralelo à redução do ritmo de expansão das entidades, pode-se inferir que mudanças importantes estão ocorrendo na dinâmica de fortalecimento do setor.

Tabela 37 - Salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, com indicação da variação percentual, segundo os grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010/2016

Grupos da classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL				
	Salário médio mensal				
	Em reais (R\$)			Variação percentual (%)	
	2010	2013	2016	2010/2016	2013/2016
Total	2 451,48	2 672,25	2 653,33	8,2	(-) 0,7
Habitação	1 544,42	1 716,94	1 472,79	(-) 4,6	(-) 14,2
Saúde	2 565,72	2 836,18	2 791,85	8,8	(-) 1,6
Cultura e recreação	2 261,70	2 641,42	2 812,85	24,4	6,5
Educação e pesquisa	3 003,34	3 160,60	3 093,82	3,0	(-) 2,1
Assistência social	1 607,61	1 742,71	1 750,01	8,9	0,4
Religião	1 508,45	1 716,54	1 754,69	16,3	2,2
Associações patronais e profissionais	2 452,66	2 922,95	2 907,68	18,6	(-) 0,5
Meio ambiente e proteção animal	2 156,95	2 962,41	3 068,38	42,3	3,6
Desenvolvimento e defesa de direitos	2 087,84	2 292,55	1 981,16	(-) 5,1	(-) 13,6
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	2 096,39	2 217,78	2 676,84	27,7	20,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2010/2016.

Nota: Os salários de 2010 e 2013 foram inflacionados para 2016 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Os ganhos salariais mais relevantes, no período de 2010 a 2016, foram registrados nos grupos Meio ambiente e proteção animal (42,3%); Outras instituições privadas sem fins lucrativos (27,7%); e Cultura e recreação (24,4%). Neste último, destaca-se a elevação nas remunerações dos ocupados em Esportes e recreação (28,7%) (Tabela 38).

Em que pese esses aumentos, o valor médio das remunerações, em salários mínimos, nas FASFIL foi igual à média nacional (3,0 s.m.).

Nas entidades do grupo Assistência social, houve uma elevação de 8,9% nas remunerações no período de 2010 a 2016. Esse resultado, no entanto, é decorrente de um aumento no período de 2010 a 2013, pois, nos dois anos seguintes, verificou-se uma estabilização na remuneração de tais profissionais.

Quase todos os grupos apresentaram variação positiva no salário médio mensal, no período de 2010 a 2016, exceto em Habitação, que teve perda de 4,6%, e Desenvolvimento e defesa de direitos, com queda de 5,1%. Neste último, as reduções ocorreram em Emprego e treinamento (-23,7%) e Defesa de direitos de grupos e minorias (-7,3%) (Tabela 38).

Tabela 38 - Salários e outras remunerações e salário médio mensal das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL, com indicação da variação percentual, segundo a classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2010/2016

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL							
	Salários e outras remunerações (1 000 R\$) (1)	Salário médio mensal				Variação percentual (%)		
		Em reais (R\$)						
		2010	2013	2016	2010/2016	2013/2016		
Total	80 358 495	2 451,48	2 672,25	2 653,33	8,2	(-) 0,7		
Habituação	6 911	1 544,42	1 716,94	1 472,79	(-) 4,6	(-) 14,2		
01.0 Habituação	6 911	1 544,42	1 716,94	1 472,79	(-) 4,6	(-) 14,2		
Saúde	29 601 341	2 565,72	2 836,18	2 791,85	8,8	(-) 1,6		
02.1 Hospitais	25 010 804	2 530,31	2 785,61	2 724,02	7,7	(-) 2,2		
02.2 Outros serviços de saúde	4 590 537	2 822,63	3 174,57	3 230,03	14,4	1,7		
Cultura e recreação	5 380 406	2 261,70	2 641,42	2 812,85	24,4	6,5		
03.1 Cultura e arte	1 100 982	2 398,08	2 512,58	2 659,45	10,9	5,8		
03.2 Esporte e recreação	4 279 424	2 217,97	2 688,25	2 855,22	28,7	6,2		
Educação e pesquisa	27 050 033	3 003,34	3 160,60	3 093,82	3,0	(-) 2,1		
04.1 Educação infantil	1 998 730	1 448,09	1 714,23	1 766,56	22,0	3,1		
04.2 Ensino fundamental	3 453 335	2 362,98	2 528,91	2 509,06	6,2	(-) 0,8		
04.3 Ensino médio	4 017 858	2 628,85	2 808,76	2 815,63	7,1	0,2		
04.4 Educação superior	13 445 221	3 912,10	3 989,24	3 991,70	2,0	0,1		
04.6 Estudos e pesquisas	2 587 183	3 149,57	3 652,84	3 581,74	13,7	(-) 1,9		
04.7 Educação profissional	435 452	1 999,71	2 238,10	2 264,93	13,3	1,2		
04.8 Outras formas de educação/ensino	1 112 253	1 993,36	2 139,79	2 116,18	6,2	(-) 1,1		
Assistência social	6 534 563	1 607,61	1 742,71	1 750,01	8,9	0,4		
05.0 Assistência social	6 534 563	1 607,61	1 742,71	1 750,01	8,9	0,4		
Religião	3 486 205	1 508,45	1 716,54	1 754,69	16,3	2,2		
06.0 Religião	3 486 205	1 508,45	1 716,54	1 754,69	16,3	2,2		
Associações patronais e profissionais	2 888 298	2 452,66	2 922,95	2 907,68	18,6	(-) 0,5		
07.3 Associações empresariais e patronais	1 721 377	3 201,68	3 998,64	3 716,63	16,1	(-) 7,1		
07.4 Associações profissionais	1 031 754	2 015,15	2 208,60	2 195,04	8,9	(-) 0,6		
07.5 Associações de produtores rurais	135 167	1 905,97	2 077,18	2 247,51	17,9	8,2		
Meio ambiente e proteção animal	138 273	2 156,95	2 962,41	3 068,38	42,3	3,6		
08.0 Meio ambiente e proteção animal	138 273	2 156,95	2 962,41	3 068,38	42,3	3,6		
Desenvolvimento e defesa de direitos	2 237 651	2 087,84	2 292,55	1 981,16	(-) 5,1	(-) 13,6		
09.1 Associações de moradores	286 402	1 527,88	1 695,42	1 688,46	10,5	(-) 0,4		
09.2 Centros e associações comunitárias	356 209	1 640,46	2 114,34	1 773,99	8,1	(-) 16,1		
09.3 Desenvolvimento rural	70 657	1 883,61	3 265,69	1 890,47	0,4	(-) 42,1		
09.4 Emprego e treinamento	354 871	1 563,71	1 261,94	1 193,09	(-) 23,7	(-) 5,5		
09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias	202 789	2 203,34	2 115,54	2 043,43	(-) 7,3	(-) 3,4		
09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	966 723	2 957,18	3 363,76	2 974,61	0,6	(-) 11,6		
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3 034 816	2 096,39	2 217,78	2 676,84	27,7	20,7		
10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	3 034 816	2 096,39	2 217,78	2 676,84	27,7	20,7		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Cadastro e Classificações, Cadastro Central de Empresas 2010/2016.

Nota: Os salários de 2010 e 2013 foram inflacionados para 2016 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

(1) Dados de 2016.

Conclusões

Esse estudo trata das Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos - FASFIL ativas em 2016, a partir das informações do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE do IBGE. Para quantificar e analisar as características das FASFIL, inicialmente foram identificadas 526,8 mil entidades sem fins lucrativos, dentro do universo de 5,5 milhões de organizações ativas no CEMPRE do referido ano.

As FASFIL possuem características e propósitos distintos, reunindo, por exemplo, associações de moradores, entidades empresariais e patronais, escolas, hospitais, cartórios, condomínios, entidades religiosas ou de defesa de direitos de minorias, entre outras. Diante disso, foram utilizados cinco critérios definidos internacionalmente para delimitar um grupo de organizações com uma identidade própria: serem privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias. Com esse procedimento, foi identificado um conjunto de 237,0 mil FASFIL. Um resumo dos principais resultados do estudo é apresentado a seguir.

Em 2016, as 237,0 mil FASFIL representaram 4,3% do total de organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, ativas no País, sendo responsáveis por 2,3 milhões de pessoas ocupadas assalariadas (5,1% do total), que ganharam, em média, R\$ 2 653,33 mensais. Esse valor equivale a 3,0 s.m. mensais, semelhante à remuneração média de todas as organizações públicas e privadas do País no ano.

Em relação aos objetivos, observa-se uma vocação religiosa e para a defesa de direitos e interesses dos cidadãos. Assim, 35,1% das FASFIL é composto por entidades religiosas e 25,0% pelos subgrupos Associações de moradores, Centros e associações comunitárias, Desenvolvimento rural, Emprego e treinamento, Defesa de direitos de grupos e minorias, Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos, Associações empresariais e patronais, Associações profissionais e Associações de produtores rurais.

A distribuição das FASFIL no território brasileiro é mais concentrada do que a distribuição populacional nas Regiões Sudeste e Sul, porém é menos concentrada nas demais Grandes Regiões. A Região Sudeste destacou-se com as maiores participações, tanto em população (42,1%) como em FASFIL (48,3%), figurando, em segundo lugar, a Região Sul, com 22,2% de FASFIL e 14,3% de população.

A Região Nordeste ocupou o terceiro lugar em número de instituições (18,8%), embora figure na segunda colocação em número de habitantes (27,4%). A Região Centro-Oeste assumiu a quarta posição, com 6,8% das FASFIL, embora seja a região menos populosa do País (7,6%). A Região Norte, por outro lado, apresentou a menor parcela de FASFIL (3,9%), mas é a quarta mais populosa, com 8,6% dos brasileiros.

As FASFIL são entidades relativamente novas no Brasil: 29,5% foram criadas no período de 2001 a 2010, e 19,4%, de 2011 a 2016, representando 48,9% do total. Um contingente de 45,7 mil novas entidades foram criadas no período de 2011 a 2016, o que significa um aumento de 3,2%, em média, a cada ano, evidenciando um crescimento regular nesse período.

Observa-se que, no conjunto das entidades mais novas, isto é, criadas no período de 2011 a 2016, a maior parte é composta pelas entidades religiosas: foram criadas com essa finalidade 19,9 mil instituições, correspondendo a 43,5% do total das novas entidades desse período.

Verifica-se que, na área de Saúde, os Hospitais se mantiveram ativos por mais tempo: do total existente em 2016, 48,7% foram instituídos até 1980, sendo que, no período mais recente, de 2011 a 2016, 16,3%.

Em 2016, as 237,0 mil FASFIL empregaram um contingente de 2,3 milhões de pessoas ocupadas assalariadas. Isso representou 71,1% do total do emprego formal no universo das 526,8 mil entidades sem fins lucrativos.

Do pessoal ocupado assalariado das FASFIL, 1,3 milhão, ou 58,2% do total, foram empregados em instituições localizadas na Região Sudeste. Essa distribuição revelou-se mais concentrada do que a estrutura da ocupação no mercado de trabalho no Brasil.

A distribuição do pessoal ocupado assalariado entre os diversos campos de atuação das FASFIL tende a refletir as diferenças na abrangência do atendimento e na complexidade dos serviços prestados. Assim é que o grupo de entidades de Educação e pesquisa, que representou apenas 6,7% do total das FASFIL, concentrou, em contrapartida, 28,6% do total de trabalhadores. Na área de Saúde, também se observa o mesmo fenômeno: em cerca de 4,7 mil entidades, trabalharam 810,7 mil pessoas (35,7% do total de pessoal ocupado assalariado).

Ao analisar o pessoal assalariado, por sexo, nessas entidades, constata-se a predominância das mulheres no setor sem fins lucrativos: elas representaram 66,0% do pessoal ocupado assalariado, o que significa um percentual superior ao registrado nas Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, que consideram todas as organizações formais, nas quais a participação das mulheres foi de 44,4%, em 2016.

A análise da distribuição dos profissionais, por sexo, entre as diversas áreas de atuação evidencia a forte presença feminina em 17 dos 24 subgrupos analisados. Nas áreas de Hospitais, Educação infantil, Ensino fundamental e Assistência social, a presença das mulheres distanciou-se da média nacional (66,0%), representando 74,7%, 89,9%, 72,4% e 72,7% do pessoal ocupado assalariado das respectivas áreas.

Em relação à escolaridade, as informações apontam que cerca de 35,4% dos assalariados das FASFIL possuem nível superior: a proporção de profissionais com tal formação foi 2,5 vezes maior do que a observada nas empresas formais brasileiras (13,8%), mas inferior à registrada na administração pública (46,5%), de acordo com as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2016. Esse resultado decorreu da alta percentagem de pessoas com maior nível de escolaridade, principalmente nas instituições do grupo de Educação e Pesquisa (59,2%).

Em relação ao porte, as FASFIL possuíam uma média de 9,8 pessoas ocupadas assalariadas, por entidade, em 2016, o que não mostra as diferenças significativas existentes no porte das entidades, quando se efetua a análise por Grandes Regiões e por áreas de atuação. A média de trabalhadores assalariados nas FASFIL da Região Sudeste (9,6) foi mais que o dobro da observada na Região Nordeste (4,5). Os Hospitais contaram com uma média de 286,6 pessoas assalariadas, enquanto nas entidades que compõem o grupo Religião a média se restringiu a 1,8.

Existe a predominância de pequenas entidades entre as FASFIL: 64,5% delas (152,9 mil) não possuíam nenhum empregado formalizado. A forte presença do trabalho voluntário e da prestação de serviços autônomos pode explicar, parcialmente,

tal fenômeno. Apenas 1,6% das entidades (3 732 mil) possuía 100 ou mais pessoas assalariadas, grupo em que estão concentradas 1,5 milhão de pessoas, ou 64,7% do total de assalariados.

A atividade desenvolvida influi no porte das entidades: de um lado, 68,3% das entidades sem empregados formais eram dos grupos de Religião (37,5%), Desenvolvimento e defesa de direitos (16,4%) e Cultura e recreação (14,3%). No outro extremo, entre as 3,7 mil instituições com 100 ou mais pessoas assalariadas, 37,7% desenvolveram atividades de Educação e pesquisa e 34,3%, de Saúde, as quais requerem um maior número de profissionais.

Os trabalhadores assalariados das FASFIL ganharam, em média, o equivalente a 3,0 s.m. mensais em 2016, o que equivale a uma média mensal de R\$ 2 653,33, o que se equipara à remuneração média de todos os assalariados das organizações, públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, ativas no CEMPRES.

Ao analisar o pessoal ocupado assalariado, por sexo, observa-se que a remuneração média das mulheres foi equivalente a 76,0% da remuneração média dos homens, sendo 3,6 s.m. o salário médio mensal verificado para os homens, e 2,7 s.m., para as mulheres. A remuneração média das mulheres correspondeu a 81,8% da remuneração média dos homens, quando se consideram todas as organizações.

A remuneração média, em salários mínimos, dos assalariados com nível de escolaridade superior foi de 5,1 s.m., enquanto a dos demais assalariados, isto é, sem nível superior, representou somente 37,3% desse valor (1,9 s.m.). A remuneração média dos assalariados com nível superior nas FASFIL foi 18,9% menor do que a auferida pelos assalariados do total das organizações ativas no CEMPRES (6,3 s.m.).

Uma análise mais detalhada da evolução recente das FASFIL, de 2010 a 2016, indica mudanças nas tendências observadas em períodos anteriores. Em 2016, todos os grupos apresentaram variação percentual negativa quando comparados com 2010, sobretudo Habitação (-37,5%); Associações patronais e profissionais (-32,1%); e Desenvolvimento e defesa de direitos (-27,9%). Assistência social (-21,6%) e Cultura e recreação (-21,0%) também tiveram grandes perdas, enquanto Religião registrou decréscimo de apenas 0,6%. Em números absolutos, os maiores decréscimos foram verificados nas entidades dos grupos Associações patronais e profissionais (-13,7 mil unidades) e Desenvolvimento e defesa de direitos (11,8 mil unidades).

Ao analisar tais resultados por Grandes Regiões, também se observa que as variações seguiram ritmos distintos no período de 2010 a 2016, com as maiores reduções de entidades nas Regiões Norte e Nordeste (-32,9% e -30,9%, respectivamente). Nessas duas regiões, a queda foi superior à média nacional (-16,5%). Nas demais Grandes Regiões, os decréscimos ocorreram em um patamar bem inferior: a Região Sul perdeu 14,7%, seguida das Regiões Centro-Oeste (-10,8%) e Sudeste (-9,1%). Embora a Região Sudeste tenha apresentado a menor queda em termos de variação percentual, a redução no número de entidades, em valores absolutos, foi a segunda mais elevada (-11,5 mil), inferior apenas à registrada na Região Nordeste, cuja baixa alcançou 19,9 mil unidades.

De 2010 a 2016, merece destaque o aumento de 11,7% no pessoal ocupado assalariado, embora tenha ocorrido queda no número de FASFIL (-16,5%). Nesse período, foram criados 238,5 mil postos assalariados em tais entidades. Comparando esse resultado com o crescimento de 3,5% verificado no número de pessoas assalariadas em todas as organizações ativas no CEMPRES, o ritmo de geração de postos assalariados nas FASFIL foi acelerado.

Como o ritmo de expansão dos empregos formais nas FASFIL superou o de criação de entidades, movimento contrário ao observado no período anterior, elevou-se o número de pessoal ocupado assalariado por instituição: a média de 7,2 pessoas ocupadas por entidade, em 2010, passou para 9,8 em 2016.

Proporcionalmente, o crescimento do pessoal ocupado, de 2010 a 2016, foi mais significativo nas entidades de Saúde (25,5%), Religião (23,9%) e Desenvolvimento e defesa de direitos (11,4%), porém, em termos de empregos criados, as diferenças entre esses grupos são grandes. Enquanto, na Saúde, foram criados 164,6 mil empregos novos, na Religião foram 29,0 mil, e no Desenvolvimento e defesa de direitos, apenas 8,6 mil.

Na distribuição dos trabalhadores assalariados, as entidades de Saúde e Educação e pesquisa permaneceram concentrando a maior parte desse contingente: nelas se encontram mais da metade dos trabalhadores das FASFIL, tanto em 2010, quanto em 2016. Não obstante, no período de 2010 a 2016, cresceu a participação dos trabalhadores da área de Saúde no total dos assalariados das FASFIL e se reduziu a dos trabalhadores da área de Educação e pesquisa, particularmente em Educação superior (-3,1%); Estudos e pesquisas (-17,2%); Educação profissional (-11,4%); e Outras formas de educação/ensino (-13,0%). Por outro lado, vale destacar que Educação infantil teve variação de 45,4% no pessoal assalariado de 2010 para 2016, passando de 57,2 mil para 83,2 mil assalariados.

Referências

AS FUNDAÇÕES privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 173 p. (Estudos e pesquisas. Informação econômica, n. 20). Acompanha 1 CD-ROM. Estudo realizado pelo IBGE em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - Abong e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: mar. 2019.

CICONELLO. A. *O conceito legal de público no chamado "terceiro setor"*. São Paulo: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - Abong, [2019]. 20 p. Disponível em: http://www.abong.org.br/novosite/download/conceito_legal.pdf. Acesso em: mar. 2019.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 425 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>. Acesso em: mar. 2019.

CLASSIFICATIONS of expenditure according to purpose: classification of the functions of government - Cofog; classification of individual consumption according to purpose - Coicop; classification of the purposes of non-profit institutions serving households - Copni; classification of the outlays of producers according to purpose - Copp. New York: United Nations, Statistics Division, 2000. 144 p. (Statistical papers. Series M, n. 84). Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_84e.pdf. Acesso em: mar. 2019.

ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 103 p. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: mar. 2019.

HANDBOOK on non-profit institutions in the system of national accounts. New York: United Nations, Statistics Division, 2003. 316 p. (Studies in methods. Series F, n. 91). Acima do título: Handbook of national accounting. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/seriesf_91e.pdf. Acesso em: mar. 2019.

LOPEZ, F. G. (org.). *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2018. 176 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180607_livro_perfil_das_organizacoes_da_sociedade_civil_no_brasil.pdf. Acesso em: mar. 2019.

Anexos

1 - Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias - COPNI

2 - Estrutura completa e notas explicativas da COPNI Ampliada

3 - Tabela de Natureza Jurídica 2016

1 Classificação dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias - COPNI

01 Habitação

01.0 Habitação

02 Saúde

02.1 Medicamentos, produtos e equipamentos médicos

02.2 Serviços para pacientes em ambulatório

02.3 Serviços hospitalares

02.4 Serviços de saúde pública

02.5 Estudos e pesquisas na área de saúde

02.6 Outros serviços de saúde

03 Lazer, recreação e cultura

03.1 Serviços desportivos e recreativos

03.2 Serviços culturais

04 Educação

04.1 Educação infantil e ensino básico

04.2 Ensino secundário

04.3 Ensino pós-secundário não superior

04.4 Educação superior

04.5 Ensino não definível por níveis

04.6 Estudos e pesquisas na área de educação

04.7 Outros serviços de educação/ensino

05 Proteção social

05.1 Serviços de proteção social

05.2 Estudos e pesquisas na área de proteção social

06 Religião

06.0 Religião

07 Partidos políticos, organizações laborais e profissionais

07.1 Serviços de partidos políticos

07.2 Serviços de organizações laborais

07.3 Serviços de organizações profissionais

08 Meio ambiente

08.1 Serviços de proteção ao meio ambiente

08.2 Estudos e pesquisas na área de meio ambiente

09 Serviços não especificados

09.1 Serviços não especificados.

09.2 Estudos e pesquisas em áreas não especificadas

2 Estrutura completa e notas explicativas da COPNI Ampliada

Grupo 01: Habitação

01.0 Habitação

Este subgrupo compreende:

- As associações responsáveis pelo desenvolvimento, construção, gestão, arrendamento, financiamento, renovação e reabilitação de habitações; e
- As sociedades e cooperativas habitacionais.

Grupo 02: Saúde

02.1 Hospitais

Este subgrupo compreende:

- Os hospitais, as casas de saúde; e
- Os serviços de hospitalização prestados a pacientes internos, realizados em hospitais gerais e especializados, sanatórios, centros de medicina preventiva e outras instituições de saúde com internação.

Este subgrupo compreende também:

- Os serviços prestados pelas unidades mistas de saúde, que são compostas por um centro de saúde e uma unidade de internação com características de hospital local de pequeno porte, sob administração única.

02.2 Outros serviços de saúde

Este subgrupo compreende:

- Os centros de atenção à saúde e os agentes comunitários de saúde;
- As atividades de atendimento a urgências e emergências;
- As atividades de atenção ambulatorial;
- As atividades de serviços de complementação diagnóstica ou terapêutica;
- As atividades de outros profissionais da área de saúde;
- As associações, centros ou institutos de terapias alternativas; e
- Outras atividades relacionadas com atenção à saúde.

Grupo 03: Cultura e recreação

03.1 Cultura e arte

Este subgrupo compreende:

- As associações culturais, as associações de artesãos, as escolas de samba, os grupos carnavalescos, as academias de letras, os teatros, as bandas, os corais, os grupos folclóricos, os museus, as bibliotecas, as rádios, as filarmônicas e os centros de tradições gaúchas.

Este subgrupo compreende também:

- A edição, impressão e reprodução de gravações;
- As atividades cinematográficas e de vídeo;

- As atividades de rádio e de televisão; e
- Outras atividades artísticas e de espetáculos.

03.2 Esporte e recreação

Este subgrupo compreende:

- Os grupos escoteiros, os guardas mirins;
- As associações recreativas, esportivas e atléticas;
- As associações de funcionários voltadas para o esporte, lazer e recreação;
- As sociedades de atiradores;
- Os clubes diversos tais como, de futebol, esportivos, kart, moto, camping, jockey, jeep, aero, entre outros; e
- As associações de turismo em geral.

Este subgrupo compreende também:

- As associações de intercâmbios;
- As associações de Yoga;
- As atividades desportivas; e
- Outras atividades relacionadas ao lazer.

Grupo 04: Educação e pesquisa

04.1 Educação infantil

Este subgrupo compreende:

- As atividades de creches, ensino pré-escolar em escolas maternais e jardins de infância;
- As atividades de instituições de ensino que se destinam ao desenvolvimento integral da criança, em geral, de até 3 anos de idade; e
- As atividades de ensino pré-escolar em escolas maternais e jardins-de-infância, preferencialmente, para crianças de 4 a 6 anos de idade.

Este subgrupo compreende também:

- As instituições assistenciais que abrigam crianças cujas mães são necessitadas ou trabalham fora do lar;
- As atividades do 1º ano do ensino fundamental, quando prestadas por escolas maternais e jardins-de-infância; e
- As escolas de educação especial que desenvolvem atividades educacionais regulares de educação infantil.

04.2 Ensino fundamental

Este subgrupo compreende:

- As atividades de ensino fundamental;
- As instituições que oferecem cursos e exames supletivos no nível de conclusão do ensino fundamental, da modalidade de educação de jovens e adultos, ministrados nos estabelecimentos de ensino fundamental; e

- Os serviços educacionais de educação especial no ensino fundamental oferecidos em escola exclusivamente especializada.

Este subgrupo compreende também:

- As atividades dos cursos de alfabetização de adultos;
- As atividades de ensino à distância no ensino fundamental; e
- As atividades de ensino especial do ensino fundamental.

04.3 Ensino médio

Este subgrupo compreende:

- As atividades de ensino médio de formação geral (ensino médio regular);
- Os serviços educacionais de educação especial no ensino médio;
- As instituições que oferecem os cursos e exames supletivos no nível de conclusão do ensino médio da modalidade de ensino de educação de jovens e adultos, ministrados nos estabelecimentos de ensino médio.
- O ensino médio profissionalizante, programa em extinção que está sendo substituído, gradativamente, pelos cursos de educação profissional; e
- As instituições que oferecem cursos normais de nível médio.

Este subgrupo compreende também:

- As atividades de ensino à distância do ensino médio; e
- As atividades de ensino especial do ensino médio;

04.4 Educação superior

Este subgrupo compreende:

- O ensino superior geral, profissional, técnico ou científico em cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado em universidades, faculdades e escolas superiores isoladas;
- As instituições de educação superior que oferecem exclusivamente cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, podendo ou não oferecer cursos de extensão universitária;
- As instituições de educação superior que oferecem cursos de graduação e com programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, podendo ainda oferecer cursos de especialização, aperfeiçoamento, dentre outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de educação superior; e
- As instituições de educação superior que oferecem exclusivamente cursos de pós-graduação e/ou cursos de extensão abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Este subgrupo compreende também:

- As instituições de educação superior que oferecem cursos sequenciais, cursos por campo de saber (áreas de conhecimento) de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino.

04.5 Caixas escolares e similares

Este subgrupo compreende:

- As unidades executoras do Programa Dinheiro Direto na Escola do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: caixas escolares, caixa de custeio, conselhos escolares, conselhos deliberativos, associações de pais e mestres, círculo de mestres e similares.

04.6 Estudos e pesquisas

Este subgrupo compreende:

- Os centros de estudos e pesquisa em educação;
- As atividades de pesquisas básicas, trabalhos experimentais ou teóricos, desenvolvidas com o objetivo de obtenção de novos conhecimentos sobre causas de fenômenos ou efeitos observáveis, sem a previsão de sua aplicação ou uso determinado;
- As atividades de pesquisa aplicada, de natureza original com o objetivo de adquirir novos conhecimentos para uma determinada finalidade; e
- As atividades de pesquisa experimental, envolvendo pesquisas ou experiências com objetivo de criar ou aperfeiçoar materiais, produtos, dispositivos, processos, sistemas e serviços.

04.7 Educação profissional

Este subgrupo compreende:

- As instituições que oferecem cursos destinados a proporcionar habilitação profissional, com organização curricular própria, a alunos matriculados no ensino médio ou egressos do ensino médio, por via regular ou supletiva, organizados por áreas profissionais, proporcionando aos alunos habilitação de ensino médio;
- As atividades de escolas técnicas, agrotécnicas, industriais, comerciais e de serviços terciários;
- As atividades das escolas de cursos técnicos, em geral; e
- As instituições que oferecem cursos de nível superior, destinados a alunos egressos do ensino médio e técnico, estruturados em áreas especializadas para atender aos diversos setores da economia (regulamentados pela própria educação superior).

Este subgrupo compreende também:

- As instituições que oferecem cursos normais em nível superior, que são cursos para licenciatura de profissionais em educação infantil e de professores para os anos iniciais do ensino fundamental.

04.8 Outras formas de educação/ensino

Este subgrupo compreende:

- As instituições que desenvolvem trabalhos no campo da educação para a cidadania;
- As instituições que oferecem cursos de educação profissional de nível básico, de duração variável, destinados a qualificar e requalificar os trabalhadores independentemente da escolaridade prévia, não estando sujeitos a regulamentação curricular;

- As atividades de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial;
- As atividades de cursos de condutores (auto-escolas), pilotagem de barcos e aeronaves;
- As atividades de cursos de informática, datilografia, taquigrafia, balé, música, artes, corte e costura, idiomas, preparatórios para concursos em geral, etc.; e
- As atividades de professores independentes, exceto de esportes; aulas particulares.

Grupo 05: Assistência social

05.0 Assistência social

Este subgrupo compreende:

- A assistência social a crianças, idosos, pessoas em situação de exclusão social e categorias especiais de pessoas com algum impedimento para valerem-se por si mesmas, quando o tratamento médico e a educação não constituem o elemento central deste atendimento, podendo estas atividades ser realizadas em: orfanatos, albergues infantis, centros correccionais para jovens, asilos para idosos, instituições para pessoas incapacitadas física e mentalmente, centros de reabilitação para pessoas com tendência ao consumo de álcool e outras drogas;
- As atividades sociais de informação, assessoria, orientação e outras similares prestadas a indivíduos ou famílias em seu domicílio ou em instituições privadas ou oficiais; e
- Os centros de orientação: familiar, a detentos, a refugiados, a imigrantes, a pessoas com tendência ao consumo de álcool e outras drogas, etc.

Este subgrupo compreende também:

- As atividades dos conselhos tutelares para a criança e o adolescente; e
- Os fundos e caixas de assistência e previdência.

Grupo 06: Religião

06.0 Religião

Este subgrupo compreende:

- As atividades de igrejas, paróquias, sinagogas, templos, tendas, mesquitas, santuários, mosteiros, conventos, lojas maçônicas, capítulos Rosa Cruz, centros espíritas, evangélico; e
- As dioceses, bispados, seminários ou organizações similares que promovem crenças religiosas e administram serviços religiosos e rituais.

Este subgrupo compreende também:

- As associações e auxiliares de congregações religiosas e organizações que promovem e dão apoio a crenças, serviços e rituais religiosos.

Grupo 07: Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais

07.1 Partidos políticos

Este subgrupo compreende:

- Os partidos políticos, bem como seus diretórios; e
- As coligações de demais partidos políticos.

07.2 Sindicatos, federações e confederações

Este subgrupo compreende:

- Os sindicatos, as federações, as confederações e centrais sindicais, de trabalhadores ou patronais.

Este subgrupo não compreende:

- As entidades de fiscalização do exercício profissional e as associações profissionais ou de classe.

07.3 Associações empresariais e patronais

Este subgrupo compreende:

- As atividades das organizações, federações e confederações empresariais e patronais nos níveis nacional, estadual ou municipal, centradas na representação (diante de órgãos da Administração Pública e em negociações trabalhistas) e na comunicação (difusão de informações);
- As atividades das câmaras de comércio e das corporações e organismos similares; e
- O clube de dirigentes lojistas, as associações comerciais e industriais.

07.4 Associações profissionais

Este subgrupo compreende:

- As atividades de organizações e associações constituídas em relação a uma profissão, técnica ou área de saber, centradas em: difusão de informação, estabelecimento e fiscalização do cumprimento de normas profissionais e representação perante órgãos da administração pública; e
- Colônias de pescadores e grupos de pesca.

07.5 Associações de produtores rurais

Este subgrupo compreende:

- As associações de produtores rurais, de criadores de animais, de cultores e de pescadores.

Grupo 08: Meio ambiente e proteção animal

08.0 Meio ambiente e proteção animal

Este subgrupo compreende:

- As associações de defesa do meio ambiente, ecológicas, e de proteção da natureza;
- As atividades dos hospitais veterinários para tratamento cirúrgico e odontológico;
- A assistência veterinária em estabelecimentos agropecuários, domicílios e consultórios;
- O diagnóstico clínico-patológico em animais;

- Os serviços de vacinação em animais;
- Os serviços de esterilização em animais; e
- As atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas.

Este subgrupo compreende também:

- Atividades de ambulâncias para animais.

Grupo 09: Desenvolvimento e defesa de direitos

09.1 Associações de moradores

Este subgrupo compreende:

- As associações de moradores, de bairros e das habitações populares.

09.2 Centros e associações comunitárias

Este subgrupo compreende:

- As associações e centros comunitários e as associações de desenvolvimento comunitário; e
- As sociedades de abastecimento de água.

09.3 Desenvolvimento rural

Este subgrupo compreende:

- Os assentamentos rurais e os distritos de irrigação; e
- As associações de desenvolvimento/apoio rural e agrícola.

09.4 Emprego e treinamento

Este subgrupo compreende:

- As empresas juniores e as entidades de integração profissional.

09.5 Defesa de direitos de grupos e minorias

Este subgrupo compreende:

- As associações de defesa de direitos das mulheres, de crianças, adolescentes, pessoa com deficiência, pessoa portadora do vírus HIV, negros, população indígena, GLBT(gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros);
- As associações de donas de casa;
- As associações de estudantes e os diretórios acadêmicos;
- As associações de veteranos e de aposentados; e
- As associações de anistiados.

09.6 Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos

Este subgrupo compreende:

- As instituições de crédito ou microcrédito como Banco do Povo, Banco do Empreendedor etc; e
- As demais formas de desenvolvimento e defesa de direitos não alocadas anteriormente.

Grupo 10: Outras instituições privadas sem fins lucrativos**10.1 Condomínios**

Este subgrupo compreende:

- Os condomínios em edifícios, horizontais ou verticais, residenciais, comerciais ou mistos, regulados pela Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964;
- As associações de condomínio.

10.2 Cartórios

Este subgrupo compreende:

- Os serviços notariais e registrais (cartórios), públicos ou privatizados.

10.3 Sistema S

Este subgrupo compreende:

- As entidades pertencentes aos serviços sociais autônomos (Sistema S), a saber: SENAI, Sesi, SENAC, Sesc, SENAT, Sest, SENAR, SEBRAE, SESCOOP, etc.

10.4 Entidade de mediação e arbitragem

Este subgrupo compreende:

- As entidades de mediação e arbitragem (juízos arbitrais) previstas na Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996.

10.5 Comissão de conciliação prévia

Este subgrupo compreende:

- As comissões de conciliação prévia de que trata o art. 1º da Lei n. 9.958, de 12 de janeiro de 2000.

10.6 Conselhos, fundos e consórcios municipais

Este subgrupo compreende:

- Os conselhos municipais, conselhos de segurança, consórcios municipais; e
- As câmaras e tribunais de conciliação.

10.7 Cemitérios e funerárias

- Os cemitérios e as funerárias.

10.8 Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente

Este subgrupo compreende:

- As comissões de formatura;
- E os não classificados propriamente ditos, isto é, que possuem natureza jurídica 3 e não foram alocados em nenhum dos grupos/ subgrupos descritos anteriormente.

Anexo 3 - Tabela de Natureza Jurídica 2016(Resolução CONCLA n. 1, de 28.04.2016, publicada, no *Diário Oficial da União*, em 02.05.2016)

(continua)

Código	Descrição
1. Administração Pública	
101-5	Órgão Público do Poder Executivo Federal
102-3	Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal
103-1	Órgão Público do Poder Executivo Municipal
104-0	Órgão Público do Poder Legislativo Federal
105-8	Órgão Público do Poder Legislativo Estadual ou do Distrito Federal
106-6	Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
107-4	Órgão Público do Poder Judiciário Federal
108-2	Órgão Público do Poder Judiciário Estadual
110-4	Autarquia Federal
111-2	Autarquia Estadual ou do Distrito Federal
112-0	Autarquia Municipal
113-9	Fundação Pública de Direito Público Federal
114-7	Fundação Pública de Direito Público Estadual ou do Distrito Federal
115-5	Fundação Pública de Direito Público Municipal
116-3	Órgão Público Autônomo Federal
117-1	Órgão Público Autônomo Estadual ou do Distrito Federal
118-0	Órgão Público Autônomo Municipal
119-8	Comissão Polinacional
120-1	Fundo Público
121-0	Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública)
122-8	Consórcio Público de Direito Privado
123-6	Estado ou Distrito Federal
124-4	Município
125-2	Fundação Pública de Direito Privado Federal
126-0	Fundação Pública de Direito Privado Estadual ou do Distrito Federal
127-9	Fundação Pública de Direito Privado Municipal
2. Entidades Empresariais	
201-1	Empresa Pública
203-8	Sociedade de Economia Mista
204-6	Sociedade Anônima Aberta
205-4	Sociedade Anônima Fechada
206-2	Sociedade Empresária Limitada
207-0	Sociedade Empresária em Nome Coletivo
208-9	Sociedade Empresária em Comandita Simples
209-7	Sociedade Empresária em Comandita por Ações
212-7	Sociedade em Conta de Participação
213-5	Empresário (Individual)
214-3	Cooperativa
215-1	Consórcio de Sociedades
216-0	Grupo de Sociedades
217-8	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira
219-4	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira
221-6	Empresa Domiciliada no Exterior
222-4	Clube/Fundo de Investimento
223-2	Sociedade Simples Pura
224-0	Sociedade Simples Limitada
225-9	Sociedade Simples em Nome Coletivo

Anexo 3 - Tabela de Natureza Jurídica 2016

(conclusão)

Código	Descrição
2. Entidades Empresariais	
226-7	Sociedade Simples em Comandita Simples
227-5	Empresa Binacional
228-3	Consórcio de Empregadores
229-1	Consórcio Simples
230-5	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)
231-3	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)
232-1	Sociedade Unipessoal de Advogados
233-0	Cooperativas de Consumo
3. Entidades sem Fins Lucrativos	
303-4	Serviço Notarial e Registral (Cartório)
306-9	Fundação Privada
307-7	Serviço Social Autônomo
308-5	Condomínio Edifício
310-7	Comissão de Conciliação Prévia
311-5	Entidade de Mediação e Arbitragem
313-1	Entidade Sindical
320-4	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras
321-2	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior
322-0	Organização Religiosa
323-9	Comunidade Indígena
324-7	Fundo Privado
325-5	Órgão de Direção Nacional de Partido Político
326-3	Órgão de Direção Regional de Partido Político
327-1	Órgão de Direção Local de Partido Político
328-0	Comitê Financeiro de Partido Político
329-8	Frente Plebiscitária ou Referendária
330-1	Organização Social (OS)
331-0	Demais Condomínios
399-9	Associação Privada
4. Pessoas Físicas	
401-4	Empresa Individual Imobiliária
402-2	Segurado Especial
408-1	Contribuinte individual
409-0	Candidato a Cargo Político Eletivo
411-1	Leiloeiro
412-0	Produtor Rural (Pessoa Física)
5. Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	
501-0	Organização Internacional
502-9	Representação Diplomática Estrangeira
503-7	Outras Instituições Extraterritoriais

Glossário

ano de fundação Ano de fundação das empresas e outras organizações consoante a sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

empregado *Ver* pessoal ocupado assalariado

natureza jurídica Identificação jurídico-institucional das entidades públicas e privadas.

organização Pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal, compreendendo entidades empresariais, órgãos da administração pública e entidades sem fins lucrativos.

pessoal ocupado assalariado Pessoas efetivamente ocupadas em 31.12 do ano de referência do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, incluindo pessoas com vínculo empregatício formal, assim como aquelas sem vínculo formal, como membros da família e cooperativados com atividade na unidade.

pessoal ocupado assalariado médio Número médio de pessoas ocupadas, calculado a partir de informações provenientes da RAIS Empregado, do Ministério do Trabalho, que contém informações das datas de admissão e desligamento por vínculo empregatício. Quando a pessoa assalariada trabalhou durante todos os dias do ano na unidade, atribui-se peso 1; caso contrário, determina-se um peso proporcional ao número de dias trabalhados no ano. Para cada dia trabalhado, cada pessoa recebeu um peso equivalente a $\frac{1}{365}$, o que representa um peso de $\frac{1}{12}$ ao mês. Assim, se a pessoa trabalhou por seis meses, por exemplo, seu peso foi de 0,5. Para calcular o pessoal ocupado assalariado

médio de uma unidade local ao longo do ano, considera-se, portanto, o somatório dos pesos relacionados a todos os vínculos empregatícios existentes naquela unidade durante o ano.

salário médio mensal Razão entre o total de salários e outras remunerações do ano de referência e o número médio de pessoas assalariadas em atividade no ano, dividida por 13 meses.

salário médio mensal em salários mínimos Salário médio mensal expresso em termos do valor médio mensal do salário mínimo médio mensal do ano de referência.

salário mínimo mensal médio Valor médio do salário mínimo no ano, calculado a partir da soma dos valores do salário mínimo no ano, dividida por 13. Em 2016, o valor médio do salário mínimo mensal foi de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

salários e outras remunerações Importâncias pagas no ano, a título de salários fixos, honorários, comissões, ajuda de custo, 13º salário, abono financeiro de $\frac{1}{3}$ das férias, participações nos lucros, entre outras, às pessoas assalariadas com vínculo empregatício, sem dedução das parcelas correspondentes às cotas de previdência e assistência social (IAPAS/INSS) ou de consignação de interesse dos empregados (aluguel de casa, conta de cooperativa etc.).

unidade local Endereço de atuação da empresa ou outra organização que ocupa, geralmente, uma área contínua na qual são desenvolvidas uma ou mais atividades econômicas, identificado pelo número de ordem (sufixo) da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal. São consideradas as unidades locais estabelecidas no País.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Cadastro e Classificações

Francisco de Souza Marta

Gerência de Classificação

Breno Augusto Campolina Barbosa

Gerência de Análise, Crítica e Disseminação

Adriane Gonzalez Rodrigues D'Almeida

Gerência de Cadastros de Empresas

Vinícius Mendonça Fonseca

Gerência de Infraestrutura

Fabiano da Silva Giovanini

Gerência de Novas Tecnologias

Augusto Cesar Fadel

Supervisão da pesquisa SIMCAD

Breno Augusto Campolina Barbosa

Daniel de Almeida

Eliseu Marques Ferreira de Oliveira

Elon Martins de Sá

Francisco de Souza Marta

Paulo Alexandre Francisco Castilho

Pedro Paes Martins de Albuquerque

Planejamento da montagem da base de dados 2016

Adriane Gonzalez Rodrigues D'Almeida

Bruno Pereira Palma

Carlos Alberto Mendonça dos Santos

Fabiano da Silva Giovanini
Gustavo Alexandre Nogueira da Costa

Crítica dos microdados

Adriane Gonzalez Rodrigues D'Almeida
Breno Augusto Campolina Barbosa
Carlos Alberto Mendonça dos Santos
Clician do Couto Oliveira
Francisco de Souza Marta
Paulo Alexandre Francisco Castilho

Crítica de dados agregados

Adriane Gonzalez Rodrigues D'Almeida
Clician do Couto Oliveira
Denise Guichard Freire
Katia Cilene Medeiros de Carvalho
Thiego Gonçalves Ferreira

Elaboração do texto introdutório e das notas metodológicas

Adriane Gonzalez Rodrigues D'Almeida
Clician do Couto Oliveira
Denise Guichard Freire
Katia Cilene Medeiros de Carvalho
Francisco de Souza Marta

Plano tabular

Thiego Gonçalves Ferreira
Marcelo Sterental Altschuller
Gabriel dos Santos Gomes (estagiário)

Análise dos resultados

Denise Guichard Freire
Katia Cilene Medeiros de Carvalho

Revisão dos originais

Adriane Gonzalez Rodrigues D'Almeida
Carlos Alberto Mendonça dos Santos
Clician do Couto Oliveira
Denise Guichard Freire
Katia Cilene Medeiros de Carvalho
Thiego Gonçalves Ferreira

Analistas de sistemas - CEMPRES

Fabício Ávila de Queiroz

Suporte administrativo

Maria Inês Teixeira de Oliveira
Roberto Correia de Araújo

Colaboração especial pelo IPEA

Anna Maria Tiburcio Medeiros Peliano
Janine Mello dos Santos

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Fernanda Jardim

Leonardo Martins

Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Aline Carneiro Damacena

Leonardo Martins

Solange Maria Mello de Oliveira

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva

Fabiana do Nascimento Cortes Muniz (Estagiária)

Juliana Chagas Moreira

Juliana da Silva Gomes

Lioara Mandoju

Nádia Bernuci dos Santos

Valéria Maria Melo (Estagiária)

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques

Helvio Rodrigues Soares Filho

Série Estudos e Pesquisas

Números Divulgados

Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 1516-3296

Síntese de indicadores sociais 1998, n. 1, 1999.

Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil, n. 2, 1999.

População jovem no Brasil, n. 3, 1999.

Síntese de indicadores sociais 1999, n. 4, 2000.

Síntese de indicadores sociais 2000, n. 5, 2001.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000, n. 6, 2001.

Mapa do mercado de trabalho no Brasil 1992-1997, n. 7, 2001.

Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 8, 2002.

Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 9, 2002.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000, n. 10, 2002.

Síntese de indicadores sociais 2002, n. 11, 2003.

Síntese de indicadores sociais 2003, n. 12, 2004.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000, n.13, 2004.

Indicadores sociais municipais: uma análise da amostra do censo demográfico 2000, n.14, 2004.

Síntese de indicadores sociais 2004, n. 15, 2005.

Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000, n. 16, 2005.

Síntese de indicadores sociais 2005, n. 17, 2006.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003, n. 18, 2006.

Síntese de indicadores sociais 2006, n. 19, 2006.

Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000, n. 20, 2007.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007, n. 21, 2007.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005, n. 22, 2008.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008, n. 23, 2008.

Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, revisão 2008, n. 24, 2008.

Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil 2009, n. 25, 2009.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009, n. 26, 2009.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010, n. 27, 2010.

Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, n. 28, 2010.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, n. 29, 2012.

Tábuas abreviadas de mortalidade por sexo e idade - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, n. 30, 2013.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007- 2010, n. 31, 2013

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013, n. 32, 2013.

Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, n. 33, 2014.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014, n. 34, 2014.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015, n. 35, 2015.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016, n. 36, 2016.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017, n. 37, 2017.

Informação geográfica - ISSN 1517-1450

Saneamento básico e problemas ambientais em Goiânia, n. 1, 1999.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002, n. 2, 2002.

Reserva ecológica do IBGE: ambientes e plantas vasculares, n. 3, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004, n. 4, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008, n. 5, 2008.

Vetores Estruturantes da Dimensão Socioeconômica da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2009, n.6, 2009.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2010, n. 7, 2010.

Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal 2003, n. 8, 2011.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2012, n. 9, 2012.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015, n. 10, 2015.

Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: Uma primeira aproximação, n. 11, 2017.

Informação econômica - ISSN 1679-480X

As micros e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001, n. 1, 2003.

Caracterização do setor produtivo de flores e plantas ornamentais no Brasil, n. 2, 2004.

Indicadores agropecuários 1996-2003, n. 3, 2004.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002, n. 4, 2004. 2. ed. 2004.

Economia do turismo: análise das atividades: características do turismo 2003, n.5, 2006.

Demografia das empresas 2005, n.6, 2007.

- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.7, 2008.
- As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005, n.8, 2008.
- Economia da saúde: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.9, 2008.
- Demografia das empresas 2006, n.10, 2008.
- O Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil 2003-2006, n. 11, 2009.
- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006, n.12, 2009.
- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007, n.13, 2010.
- Demografia das Empresas 2008, n. 14, 2010.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2008, n. 15, 2011.
- Demografia das Empresas 2009, n. 16, 2011.
- Demografia das Empresas 2010, n. 17, 2012.
- Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, n. 18, 2012.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2010, n. 19, 2012.
- As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010, n. 20, 2012.
- Demografia das Empresas 2011, n. 21, 2013.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2011, n. 22, 2013.
- Demografia das Empresas 2012, n. 23, 2014.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2012, n. 24, 2014.
- Demografia das Empresas 2013, n. 25, 2015.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2013, n. 26, 2015.
- Demografia das Empresas 2014, n. 27, 2016.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2014, n. 28, 2016.
- Demografia das Empresas 2015, n. 29, 2017.
- Estatísticas de Empreendedorismo 2015, n. 30, 2017.
- Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo 2016, n.31, 2018.
- As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2016, n. 32, 2019.

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

AS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL

2016

Com esta publicação, o IBGE divulga seu mais recente estudo sobre as organizações da sociedade civil organizada no Brasil, com base nos dados do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, também de responsabilidade do Instituto, tendo como objetivo o mapeamento do universo associativo e fundacional no que tange, especialmente, à sua finalidade de atuação e distribuição espacial no território brasileiro.

Nas edições passadas, cumpre destacar, o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, como órgãos de estatística e pesquisa do governo federal, atuaram em conjunto na formulação do estudo, com a parceria, também, da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE. Para a realização da presente edição, o IBGE contou com a colaboração de técnicos da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia - DIEST, do IPEA, nas discussões sobre a revisão metodológica ora implementada e a crítica dos dados.

Os resultados estão apresentados para o conjunto do País, Grandes Regiões e Unidades da Federação. A análise efetuada fornece um panorama geral dessas organizações em 2016, abarcando estatísticas sobre seu quantitativo, localização, tempo de existência, porte, atividade desenvolvida, número de empregados e remunerações, bem como questões relacionadas a gênero e nível de escolaridade do pessoal assalariado em tais organizações. Os comentários realçam, ainda, as principais mudanças ocorridas neste segmento entre 2010 e 2016 e buscam confrontar suas estatísticas com aquelas apresentadas pelas demais organizações públicas e privadas ativas existentes no CEMPRE. A publicação traz notas técnicas, com considerações sobre as modificações e os aprimoramentos metodológicos introduzidos na presente edição do estudo, e um glossário com os termos e conceitos considerados relevantes para a compreensão dos resultados.

A publicação também está acessível no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza, ainda, o plano tabular completo do estudo com detalhamento geográfico por Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios, contemplando os anos de 2010 (metodologia revisada), 2013 e 2016.

O conjunto dessas informações fornece valiosa contribuição para o conhecimento sobre o perfil, a dimensão e a dinâmica desse expressivo segmento do setor social.



ISBN 978-85-240-4486-1



9 788524 044861